

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A NÃO ESPACIALIDADE DAS COISAS EM SI MESMAS
À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DE HENRY ALLISON

Tiago Fonseca Falkenbach

Porto Alegre, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A NÃO ESPACIALIDADE DAS COISAS EM SI MESMAS
À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DE HENRY ALLISON

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção
do Título de Mestre em Filosofia

Tiago Fonseca Falkenbach

Orientador: José Alexandre Durry Guerzoni

Porto Alegre, 2006

A meu grande amigo
Alexandre Cabeda Egger Moellwald
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Tatiana, à nossa filha, Joana, aos meus pais, Jorge e Elza, à minha irmã, Maria, gostaria de agradecer, sobretudo pela paciência e compreensão, mas também pelo apoio constante e imenso carinho. Ao meu orientador, professor José Alexandre Durry Guerzoni, a quem devo muito do que aprendi em lógica e filosofia. Sua amizade, disponibilidade e rigor foram fundamentais para a realização deste trabalho. Ao professor Balthazar Barbosa Filho, pelo estímulo permanente, pela paciência e pelas valiosas sugestões, as quais seguramente influenciaram as escolhas teóricas centrais do presente estudo. À professora Silvia Altmann e ao professor Gerson Louzado, pelas críticas incontestáveis que apresentaram a uma versão preliminar do texto. À professora Andréa Maria Altino de Campos Loparic e ao professor Paulo Faria, por me terem transmitido um estilo de pensar e estudar filosofia que creio conservar até hoje. À professora Lia Levy e ao professor João Carlos Brum Torres, pelo apoio em um momento difícil. Aos meus colegas Inara Zanuzzi, Mauro Engelmann, Márcio Teixeira, Renato Duarte Fonseca e Rogério Passos Severo, pela amizade, pelas discussões sobre filosofia kantiana e tantos outros assuntos. Ao Eduardo Mendes Ribeiro, pelo amparo. Ao Paulo Roberto Coimbra de Carvalho, pelo suporte bibliográfico. Aos meus amigos. À UFRGS, pelo ensino público e gratuito. Ao CNPq, pela concessão de uma bolsa de estudos.

(...)

Wir haben nie, nicht einen einzigen Tag,
den reinen Raum vor uns, in den die Blumen
unendlich aufgehn. (...)

Wer hat uns also umgedreht, dass wir
was wir auch tun, in jener Haltung sind
von einem, welcher fortgeht? Wie er auf
dem letzten Hügel, der ihm ganz sein Tal
noch einmal zeigt, sich wendet, anhält, weilt –,
so leben wir und nehmen immer Abschied.

Rainer Maria Rilke
Duineser Elegien, Die achte Elegie.

RESUMO

A presente dissertação consiste em um exame do argumento que Kant apresenta na ‘Estética Transcendental’ (*Crítica da Razão Pura*, A26/B42) em defesa da não espacialidade das coisas em si mesmas. Esse exame está amplamente baseado na interpretação de Henry Allison, seja por assimilar algumas de suas teses interpretativas centrais, seja por insistir no diálogo com os textos do intérprete nos momentos em que deles se distancia ou diverge.

São dois os eixos principais da leitura desenvolvida na dissertação. O primeiro é a compreensão da distinção transcendental entre coisas em si mesmas e aparições [*Erscheinungen*] conforme a assim chamada “teoria dos dois aspectos”. Fruto dos trabalhos de Gerold Prauss e de Allison, essa tese de interpretação reza que a distinção transcendental deve ser entendida *não* como uma oposição entre reinos disjuntos de entidades, mas como uma *distinção de aspectos*. O segundo pilar da leitura proposta é a defesa de uma concepção *moderada* da tese da não espacialidade. Nessa versão moderada, diversamente da formulação mais forte à qual a maioria dos intérpretes costuma aderir, a tese kantiana *não* estabeleceria que as coisas em si mesmas seriam não-espaciais em *todo e qualquer* sentido que se pudesse conferir ao adjetivo ‘espacial’.

Os primeiros capítulos da dissertação concentram-se em averiguar a solidez da *teoria dos dois aspectos*, em especial, em demonstrar sua compatibilidade com duas importantes teses kantianas, a afirmação que as aparições do sentido externo são espaciais e a referida tese da não espacialidade. O trabalho de conciliação resume-se a esclarecer como é possível afirmar, sem contradição, que aparições e coisas em si mesmas são as *mesmas coisas* (conquanto consideradas sob aspectos distintos) e que aparições possuem certas propriedades (determinações espaciais) que as coisas em si mesmas não possuem. A solução dessa dificuldade resultou na identificação de duas premissas fundamentais que uma caridosa interpretação baseada na teoria dos aspectos deveria reconhecer no argumento kantiano: de um lado, o princípio do caráter *constitutivo* da relação cognitiva, de outro, a admissão de uma estrutura judicativa peculiar: o *juízo reduplicativo*.

O terceiro capítulo trata, por fim, do sentido da tese da não espacialidade. Em primeiro lugar, procurou-se desqualificar aquelas interpretações que pretendem fortalecer o peso lógico da tese. Essencial para essa fase crítica da argumentação foi a discussão de dois paradoxos recorrentes na literatura secundária: a célebre objeção suscitada por A. Trendelenburg (a alternativa negligenciada) e a dificuldade de conciliação entre as afirmações da não espacialidade e da incognoscibilidade das coisas em si mesmas. Em um segundo momento, buscou-se apresentar os fundamentos conceituais e exegéticos em favor de uma versão *mais fraca* da tese kantiana. Em síntese, a investigação pretendeu confirmar a proposição segundo a qual a não espacialidade das coisas em si mesmas, ainda que baseada nas condições ontológicas do *representado*, estaria prioritariamente fundada nas condições de *representação*, i.e., nas condições de atribuição dos conteúdos de uma representação consciente objetiva (cognição) ao representado.

Palavras-chave: história da filosofia, filosofia alemã, Immanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, tese da não espacialidade, distinção transcendental, teoria dos dois aspectos, Henry Allison, juízo reduplicativo.

ABSTRACT

This dissertation aims at presenting an analysis of the argument which Kant offers in the *Transcendental Aesthetic (Critique of Pure Reason, A26/B42)* in defense of the non-spatiality of things in themselves. This analysis is deeply based on Henry Allison's interpretation: it adopts some of Allison's main interpretative theses and obstinately insists on a dialogue with his texts, even when diverging from his ideas.

The reading developed in the dissertation has two main axes. The first one is the understanding of the transcendental distinction between things in themselves and appearances [*Erscheinungen*] according to the so-called 'two-aspect view'. A result of Gerold Prauss's and Allison's investigations, this interpretative thesis states that the transcendental distinction must be understood not as a contrast between two disjunctive realms of entities, but rather as a *distinction of aspects*. The second axis of the proposed reading is the defense of a moderate conception of the non-spatiality thesis. In this moderate version, contrary to the stronger formulation to which most of the interpreters subscribe, the non-spatiality thesis would *no longer* establish that things in themselves are non-spatial in *each and every* meaning we could assign to the adjective 'spatial'.

The first chapters therefore aim at verifying the solidity of the two-aspect view, and especially at demonstrating its compatibility with two important Kantian claims: the statement that appearances of the external sense are spatial and the already mentioned non-spatiality thesis. This conciliatory work consists in explaining how it is possible to affirm, without contradiction, that appearances and the things in themselves are the same things (albeit considered under distinct aspects) and that appearances have certain proprieties (spatial determinations) which things in themselves do not. The solution to this problem resulted in the identification of two basic premises which a well-intentioned supporter of the two aspect view should recognize in Kant's argument: on the one hand, the principle of the *constitutive* character of the cognitive relation; on the other hand, the supposition of a peculiar propositional structure: the *reduplicative judgment*.

The third chapter finally deals with the meaning of the non-spatiality thesis. Firstly, we have rejected those interpretations which try to strengthen the thesis' logical content. Central to this critical part of the argumentation has been the discussion of two paradoxes recurrently present in the secondary literature: the famous objection raised by A. Trendelenburg (the neglected alternative) and the problem of conciliating the non-spatiality thesis with the claim that things in themselves cannot be known. Secondly, we have attempted a presentation of the conceptual and exegetical foundations of a *weaker* version of Kant's thesis. In brief, the investigation has tried to confirm the proposition that the non-spatiality of things in themselves, although being based on the ontological conditions of *that which is represented*, would primarily be founded on the conditions of *representation*, or, more specifically, on the conditions of the relation of an objective representation (cognition) to its object.

Key words: history of philosophy, German philosophy, Immanuel Kant, *Critique of Pure Reason*, the non-spatiality thesis, transcendental distinction, two-aspect view, Henry Allison, reduplicative judgment.

SUMÁRIO

Introdução	viii
1. A reconstrução de Allison e a crítica de Guyer	1
1.1. A objeção de P.Guyer	1
1.2. Abstração das condições da sensibilidade	13
1.3. A resposta de Allison	21
2. A resposta à objeção de Guyer (segunda abordagem)	42
2.1. Distinção aspectual e identidade	42
2.2. Identidade relativa numérica	47
2.3. Identidade relativa numérica e juízos reduplicativos	51
2.4. Juízos reduplicativos e a tese da não espacialidade	65
2.5. A resposta de Allison à objeção de Guyer	93
3. Fundamento das premissas e o alcance do argumento kantiano	98
3.1. Dificuldades remanescentes	98
3.2. O peso lógico das premissas de Allison	100
3.3. A interpretação de Guyer	111
3.4. Resposta às questões (A) e (B)	128
Conclusão	141
Referências Bibliográficas	143

Introdução

Na *Estética Transcendental*, primeira parte de uma ciência dos elementos da *Crítica da Razão Pura*, na seção intitulada *Conclusões a partir dos conceitos acima*, Kant obtém dois resultados de maior importância para os rumos de sua doutrina.

a) O espaço não representa nenhuma propriedade de coisas em si, nem tampouco estas em suas relações recíprocas; isto é, não representa nenhuma determinação das mesmas que seja inerente aos próprios objetos e permaneça ainda que se abstraia de todas as condições subjetivas da intuição. [...]

b) O espaço não é senão a forma de todas as aparições dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade unicamente sob a qual nos é possível intuição externa.¹

A literatura secundária kantiana elegeu alguns títulos para a designação dessas conclusões. A primeira é habitualmente denominada *tese da não espacialidade das coisas em si mesmas*. A segunda ganha circulação ora como a tese que o *espaço é forma das aparições*, ora como a proposição que *o espaço empírico é forma da sensibilidade*.

O valor das teses acima pode ser facilmente estimado. A leitura do texto que sucede à passagem citada mostra que o autor extrai, das conclusões anteriores, um dos preceitos fundamentais da filosofia crítica, a idealidade transcendental do espaço. Além disso, a conclusão (a) contém a primeira ocorrência da noção de coisas em si mesmas no corpo da obra. É razoável suspeitar, assim, que o conjunto das duas conclusões constitua a primeira apresentação, na ordem

¹ KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. A26/B42. As referências à *Crítica da Razão Pura* (doravante referida como *KrV*.) seguem as paginações A e B. As traduções consultadas para as citações são as seguintes: (i) Kant, *Crítica da Razão Pura*, trad. de Valério Rohden e Udo Moosburger, Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 2ª. Edição, 1983; e (ii) Kant, *Crítica da Razão Pura*, trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 3ª. edição, 1994.

das razões, da célebre *distinção transcendental*. A distinção entre aparições [*Erscheinungen*]² e coisas em si mesmas é sabidamente um requisito de enunciação da doutrina do *idealismo formal ou transcendental*. Mas talvez seja mais que isso. A introdução sutil da distinção não elimina a hipótese que os seus fundamentos demarquem já as premissas do intrincado idealismo kantiano. Ao menos do ponto de vista histórico-exegético, essa é uma questão que desperta particular interesse.

Na presente dissertação, pretendemos estudar a tese kantiana da não espacialidade das coisas em si mesmas à luz da interpretação de Henry Allison. Além da mencionada relevância das conclusões anteriores, outras razões definiram a escolha do tema. Primeiro, as naturais restrições impostas a uma dissertação de mestrado, dentre as quais, a seleção de tópicos e objetivos modestos. Em vez de examinar a relação entre os diferentes resultados obtidos na *Estética*, optamos por selecionar a primeira conclusão e tentar compreender como o filósofo julgou demonstrá-la. Um segundo motivo está na especial atenção que os intérpretes dedicam ao argumento que pretende demonstrar aquela tese. O volume dos comentários, bem como o debate que, não raro, os autores travam em torno da inferência concorrem substancialmente para a sua compreensão.

² A escolha do termo ‘aparência’ para traduzir ‘Erscheinung’ e não do termo ‘fenômeno’, como é usual, deve-se às seguintes razões. Em primeiro lugar, desejamos evitar qualquer prejuízo sobre o sentido que Kant confere a certas expressões. Para tanto, torna-se às vezes oportuno traduzir uma expressão por um termo que não tenha muita circulação em filosofia. Em segundo lugar, uma boa tradução deve tentar preservar as distinções lingüísticas e conceituais que o próprio autor traçou. Ora, Kant parece distinguir o sentido das expressões ‘Erscheinung’ e ‘Phaenomenon’. Na *KrV.*, A20/B34, ele define *Erscheinung* como “o objeto indeterminado de uma intuição empírica”. Já em A248-9, lemos que “aparências [*Erscheinungen*], enquanto são pensadas como objetos segundo a unidade das categorias, chamam-se fenômenos [*Phaenomena*]”. As definições anteriores não são equivalentes. Na segunda passagem, a própria noção de *Erscheinung* é usada na definição nominal de *Phaenomena*. Por fim, a tradução de ‘Erscheinung’ por ‘aparência’ é também desaconselhável. A expressão ‘aparência’ poderia ser usada para traduzir o termo alemão ‘Schein’. Mas, em B69-70, Kant distingue explicitamente ‘Schein’ de ‘Erscheinung’ [cf. A293/B349-50].

Cabe, desde já, explicitar alguns pressupostos metodológicos desse trabalho. Em primeiro lugar, pretendemos preservar a distinção entre as questões sobre a coerência de uma doutrina e as questões sobre sua verdade. Mesmo quem eventualmente defenda que na filosofia existência ou verdade seguem-se da consistência, há de admitir que a última é uma condição necessária da verdade. Sendo assim, podemos colocar as questões relativas à consistência em primeiro plano. Em segundo lugar, em nosso exame insistimos em encontrar uma unidade no texto kantiano, isto é, uma relação entre as diversas partes que forme um todo coerente e razoável. Nosso desejo é refrear qualquer tentativa precoce de imputar inconsistências, falácias e inverdades a Kant.

De certo modo, as regras do método justificam nosso interesse pela literatura secundária e, em particular, pela interpretação de H. Allison. A análise textual não dispõe necessariamente de um único meio de atingir aquela unidade completa e consistente. Desconsiderar o problema da verdade não é, portanto, uma garantia de concordância com o original. Ademais, tão complexa é a tarefa de encontrar uma leitura coesa da *Crítica* que mesmo o debate sobre qual unidade melhor reproduziria a intenção de Kant afigura-se como um distante ideal. Assim sendo, propomos um recuo estratégico aos intérpretes, no intuito de somar esforços e evitar, no primeiro momento, a arena dos combates. Daí a ênfase à interpretação de Allison. Sua leitura está muito próxima do espírito de nossa empresa. Ele demonstra simpatia pelo kantismo e empenha-se, na maioria das vezes, em conferir unidade ao texto.

Conter a atração pelas contendas não significa, porém, ignorar as discussões entre os intérpretes. Já admitimos o trivial que é poderem contribuir os debates para a compreensão dos textos. Poderíamos ainda acrescentar: o mero exame das disputas não se opõe aos pressupostos metodológicos antes assentados. Essa última constatação leva-nos, enfim, a um outro motivo de

nossa análise da leitura de Allison. Em um artigo recente,³ ele reconstrói o argumento em favor da tese da não espacialidade a partir de uma relevante controvérsia com um seu confrade e intérprete de Kant, Paul Guyer. Guyer apresenta⁴ duas objeções à reconstrução que Allison propusera no livro *Kant's Transcendental Idealism*. O artigo de 1996 tenta responder essas críticas, em parte, tentando mostrar que elas não afetam a interpretação original, em parte, revendo algumas opiniões.

A relevância da polêmica reside, em primeiro lugar, em seu foco ou objeto; em segundo lugar, no vínculo que as críticas de Guyer mantêm com outro ponto de discórdia entre os dois intérpretes. Ambos entretêm um longo diálogo acerca da distinção transcendental. Allison defende a hipótese interpretativa que é comumente denominada *tese dos dois aspectos*. Guyer, por sua vez, é um defensor da *tese dos dois mundos*. No artigo referido, Allison faz uma breve exposição dessas duas linhas de interpretação.

Entre meados dos anos setenta e o início dos oitenta, a compreensão dominante do idealismo kantiano, ao menos no mundo filosófico anglo-americano, foi aquela que é geralmente denominada de tese [*view*] dos “dois objetos” ou dos “dois mundos”. De acordo com essa posição, que pode ser retraçada aos contemporâneos imediatos de Kant, a distinção entre aparições [*appearances*] e coisas em si mesmas é construída como vigindo entre dois tipos de objetos: aparições [*appearances*] ou “meras representações”, entendidas como conteúdos de mentes particulares, e coisas em si mesmas, entendidas como um conjunto de coisas transcendentalmente reais, porém incognoscíveis, que de algum modo subjazem a ou fundamentam aquelas aparições. Tal posição [*picture*] é fácil de criticar, pois ela combina um fenomenalismo acerca dos objetos da cognição humana com a postulação de um conjunto de entidades exteriores à mente [*extra-mental*] que, em termos daquela própria teoria, seriam incognoscíveis.

³ ALLISON, H. ‘Transcendental Idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*). Tendo já adiantado três quartos da composição do presente trabalho, fomos surpreendidos pela publicação da segunda e amplamente revisada edição do principal estudo de Allison acerca da *Crítica da Razão Pura*, o título *Kant's Transcendental Idealism*. Nessa altura dos trabalhos, não teríamos condição de reescrever nosso texto a partir das mudanças de interpretação introduzidas na nova edição. Assim, o leitor deve observar que nossa principal referência para o exame da interpretação de Allison é o artigo acima, que data de 1996.

⁴ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. pp. 336-42.

A essa leitura dominante da distinção, Allison contrasta uma “*compreensão alternativa, que é usualmente denominada de tese [view] do “duplo aspecto” ou dos “dois aspectos”*”, segundo a qual:

[...] a distinção transcendental de Kant é antes entre dois modos em que as coisas (objetos empíricos) podem ser “consideradas” no meta-nível da reflexão filosófica (reflexão transcendental) do que entre dois tipos de coisa que são considerados. As coisas podem ser consideradas ou como elas se nos aparecem, isto é, como elas são em relação com as condições subjetivas da cognição humana, ou como elas são em si mesmas, independentemente dessas condições. Essa posição não é fenomenalista, pois mantém que nós conhecemos objetos reais, independentes da mente (embora não considerados como eles são em si mesmos); e, como as coisas consideradas como elas são em si mesmas não são ontologicamente distintas dos objetos da experiência humana, não há qualquer postulação de um reino separado de entidades incognoscíveis. Ao menos tal postulação não está envolvida na distinção transcendental.⁵

Em suma: de acordo com a *tese dos dois mundos*, a natureza da distinção transcendental seria ontológica. Coisas em si mesmas e aparições seriam entidades de *tipos* distintos. Aparições, enquanto “meras representações”, seriam opostas a realidades ditas “transcendentais”. A segunda interpretação, a *tese dos aspectos*, opõe-se à primeira na medida em que assume, por um lado, que a distinção não é ontológica, por outro, que os objetos da experiência humana são reais, independentes da mente.

As passagens anteriores suscitam uma série de dificuldades. O que *seriam* coisas em si mesmas e aparições, se elas não são, como defende a segunda interpretação, entidades de tipos ontológicos distintos? O que é um *tipo ontológico*? O que Allison entende por *conteúdo mental*? O que significa, na tese dos dois mundos, a afirmação que aparições seriam “*conteúdos de mentes particulares*”? Significaria que aparições teriam existência apenas na mente, e não a existência exterior, suposta pela tese dos aspectos? E em que sentido conteúdos mentais poderiam ser denominados *entidades*?

Mesmo sem responder essas questões, podemos nos valer do prévio relato das duas linhas interpretativas da distinção transcendental, para formular aquela que parece ser a mais séria dificuldade enfrentada por Allison. Ao conjugar a *teoria dos dois aspectos* com a tese kantiana da não espacialidade, o autor aparenta beirar o temível e obscuro abismo da contradição. Com efeito, se aparições e coisas em si mesmas são entidades ontologicamente idênticas e se as aparições (do sentido externo) estão localizadas no espaço, como é possível afirmar universalmente que as coisas em si mesmas não são espaciais? Observe-se que essa dificuldade não é partilhada com o defensor da tese dos dois mundos; pois este não assume que aparições e coisas em si mesmas pertenceriam ao mesmo tipo ontológico.

Vamos longamente nos ocupar com essa questão. Respondê-la é imprescindível para que se compreenda a reconstituição do argumento kantiano elaborada por Allison. A resposta exigirá não apenas o esclarecimento da distinção transcendental segundo a tese dos dois aspectos, mas também a detalhada elucidação dos diversos termos que compõem o enunciado da não espacialidade: a negação, a expressão ‘coisas em si mesmas’ e a expressão ‘espacial’.

Tendo exposto o tema e a metodologia do trabalho, podemos enunciar explicitamente seus objetivos. Pretendemos encontrar uma interpretação positiva do argumento apresentado na *Estética* em defesa da não espacialidade das coisas em si mesmas. Para tanto, vamos analisar a reconstrução proposta por Allison, procurando respeitar o seguinte programa. Primeiro, investigar se e como essa leitura logra preservar o requisito de consistência. Segundo, determinar se ela encontra suficiente apoio textual.

O que define a estrutura da dissertação não é, porém, a subdivisão de seus objetivos e sim a ordem das matérias observada pelo artigo de Allison. O intérprete divide sua análise em duas

⁵ ALLISON, H. ‘Transcendental Idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), p. 3.

partes. Na primeira, depois da preliminar reconstrução do argumento kantiano, ele apresenta e contesta a primeira objeção de Guyer. Na segunda, ele complementa sua reconstrução, tentando demonstrar alguns enunciados cuja verdade não resultara manifesta com a resposta à objeção.

No *primeiro* capítulo, faremos uma leitura do momento inicial da análise de Allison. No *segundo*, tentaremos compreender a refutação da crítica de Guyer por uma via que não preserva a estrita proximidade com a letra dos textos. Será esta a ocasião de esclarecer a dificuldade de conciliação entre a teoria dos aspectos e a tese da não espacialidade. Por fim, no *terceiro* capítulo, passaremos à leitura da segunda parte do comentário de Allison. Aqui, vamos discutir se o sentido atribuído nos capítulos precedentes à tese da não espacialidade faz justiça ao texto de Kant. Por um lado, poderemos avaliar com maior detalhe o apoio textual dessa interpretação. Por outro, acompanharemos os esforços de Allison, na segunda parte de sua análise, para conferir à tese da não espacialidade um sentido mais forte que aquele obtido em sua resposta a Guyer.

1. A reconstrução de Allison e a crítica de Guyer:

O propósito de Allison na segunda seção do artigo ‘Transcendental Idealism: a retrospective’⁶ é apresentar as razões kantianas para a fundamentação da *tese da não espacialidade das coisas em si mesmas*. No primeiro momento de seu exame, Allison pretende retificar uma estratégia de reconstrução do argumento por ele adotada inicialmente. Tratar-se-ia da tentativa de derivar a tese da não espacialidade a partir da mera análise do conceito de *coisa em si mesma*. O argumento poderia ser resumido em poucas linhas: se espaço e tempo são formas da sensibilidade humana e se considerar as coisas como elas são em si mesmas é considerá-las independentemente de tais formas, então as coisas consideradas em si mesmas não estão no espaço nem no tempo.

1.1. A objeção de P. Guyer:

Allison afirma que esse argumento *parece* ser alvo de uma objeção evidente, que foi suscitada por Paul Guyer. Este reconstrói o raciocínio nos seguintes termos:

- (1) ao mostrar que os objetos externos podem ser representados somente por meio da representação do espaço, a *Estética Transcendental* mostra que o espaço é uma condição epistêmica, uma condição necessária para a representação de objetos;
- (2) o conceito de uma coisa em si mesma é, contudo, precisamente a concepção de uma coisa que exclui qualquer condição epistêmica necessária para a representação de objetos;
- (3) portanto, coisas em si mesmas são concebidas sem referência ao espaço.
- (4) coisas em si mesmas não podem ser espaciais.⁷

⁶ ALLISON H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), pp. 3-26.

⁷ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 337.

Segundo Guyer, esse argumento confundiria asserções sobre conceitos com asserções sobre coisas. A inferência chave seria o passo de 3 a 4. Essa passagem seria “*justamente a inferência a partir da [from] ausência do predicado ‘espacialidade’ em um certo conceito de coisas à ausência da propriedade da espacialidade naquelas coisas em si mesmas.*”⁸ Guyer objeta não ser possível passar da afirmação que a *consideração (concepção, conceito) de uma coisa* faça abstração das características espaciais da coisa à afirmação que a *própria coisa* seja desprovida de tais características.

Assim formulada, a objeção consistiria na acusação de que o argumento apresentado por Allison seria *logicamente inválido*. De fato, se a premissa (3) se resume a um esclarecimento do *conceito* de coisas em si mesmas, sua correção não garante nem a verdade nem a falsidade da conclusão. Nesse caso, só mesmo um sofisma poderia levar-nos a extrair o enunciado (4) da premissa (3). Há, no entanto, uma segunda crítica, ou antes, um segundo *momento* da objeção de Guyer, que transparece em sua análise da *abstração* supostamente envolvida no conceito de coisas em si mesmas. Para melhor distinguir os dois momentos da objeção, vamos reformular a anterior reconstrução do argumento, buscando isolar no plano das premissas as eventuais relações mais substantivas:

- (i) espaço é uma condição epistêmica [premissa (1)];
- (ii) o conceito de coisas em si mesmas abstrai das condições epistêmicas [premissa (2)];
- (iii) logo, a partir das premissas (i) e (ii), o conceito de coisas em si mesmas abstrai do espaço [premissa (3)];
- (iv) premissa ausente na reconstrução de Guyer: se o conceito de coisas em si mesmas abstraísse do espaço, as coisas em si mesmas não seriam espaciais;

⁸ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 337.

(v) logo, a partir das premissas (iii) e (iv), as coisas em si mesmas não são espaciais.

Conforme a nova exposição, a conclusão seria obtida por uma regra de transformação comum a vários sistemas dedutivos contemporâneos, o *modus ponens*. A premissa omitida na reconstrução original realiza a passagem de um fato sobre conceitos a um fato sobre as coisas. A explicitação dessa premissa permite esclarecer o objeto das críticas de Guyer. O primeiro momento da objeção é a recusa de um certo *modo de fundamentar* a proposição (iv). O segundo momento é uma tentativa direta de demonstrar a *falsidade* daquela proposição.

Como vimos, a *primeira* parte da crítica apóia-se na tese que um fato sobre conceitos seria insuficiente para determinar um fato sobre as coisas. Esse princípio de natureza estritamente *lógica* impõe ser impossível fundamentar o enunciado (iv) alegando-se que a verdade do conseqüente do condicional já estaria contida (em uma relação mais fecunda que a implicação material) no antecedente. Já a *segunda* parte da objeção vincula-se a outros pressupostos, não explicitados nas premissas (iii) e (iv), mas igualmente assumidos por Allison em sua análise do conceito de coisa em si mesma. Dados os pressupostos adicionais (em essência, a *tese dos dois aspectos*), poder-se-ia mostrar que a noção de coisas em si mesmas abstrairia de propriedades espaciais e, não obstante, representaria coisas que efetivamente possuem tais propriedades. Em outras palavras, o antecedente do condicional em (iv) seria verdadeiro, ao passo que o conseqüente seria falso.

Guyer não apresenta distintamente o segundo momento da crítica. Como anunciamos, porém, sua discussão acerca da abstração envolvida no conceito de coisas em si mesmas introduz os elementos necessários para a formulação desse segundo ataque à premissa (iv). Ele fundamenta a negação dessa proposição mediante a analogia com um caso claro e distinto. Guyer compara o raciocínio de Allison com a inferência que parte da descrição de alguém como “pessoa”, e.g., em um documento para iguais oportunidades de emprego [*an equal*

employment opportunity compliance document], e conclui que essa pessoa não tem sexo, não é homem nem mulher.

Os conceitos de *mulher* e de *homem* têm diferenças e semelhanças. O conceito de mulher difere do conceito de homem na medida em que há uma distinção entre aquilo que eles representam, respectivamente a natureza feminina e a natureza masculina. Tais conceitos são, porém, idênticos com respeito aos predicados que caracterizam o que há de comum entre homens e mulheres, a saber, a natureza humana. Assim, se abstrairmos do conceito de mulher o predicado da feminilidade, resta-nos o conceito de *ser humano*. Guyer observa que o fato de o conceito de *ser humano* prescindir do predicado da feminilidade, ou ainda, da masculinidade, não implica que aquilo que é representado por esse conceito, os seres humanos, não seja mulher nem homem. Por certo, seres humanos são sexuados. Enquanto tais, são homens ou mulheres. Assim, da ausência do predicado da 'feminilidade' "*em um certo conceito de coisas*", a saber, o conceito de *ser humano*, não podemos inferir a ausência da propriedade da feminilidade nas coisas representadas por esse conceito, os seres humanos.

Quaisquer conceitos cuja relação fosse de *inferior* a *superior* serviriam como um exemplo análogo ao anterior. Sejam dois conceitos relacionados por representarem um *gênero* e sua respectiva *espécie*. Embora o conceito da diferença específica esteja ausente no conceito do gênero, isso não significa que aquilo que é representado pelo gênero não possua tal característica. O conceito de *animal* prescinde do predicado da *racionalidade*. Mas isso não significa que tudo o que é representado por aquele conceito seja irracional. Pelo contrário, há animais que são racionais. Ademais, a comparação de Guyer pode ser generalizada a qualquer par de conceitos que sejam ambos predicados verdadeiramente de *uma* mesma coisa. Por exemplo, os conceitos de 'ser carpinteiro' e 'ser médico' são bem distintos quanto às suas notas características, mas podem valer para uma mesma coisa, para alguém que fosse tanto carpinteiro quanto médico. Assim, o fato de que o conceito de 'ser carpinteiro' prescinda de

propriedades que definem o ‘ser médico’ não significa que aquilo que é representado por aquele conceito não possua tais propriedades.

Guyer parece assumir que há uma identidade entre a relação dos conceitos de *mulher* e de *ser humano* e a relação da concepção de uma coisa que desconsidera as propriedades espaciais desta coisa com a concepção que representa esta coisa através de suas propriedades espaciais. Além disso, Guyer atribui a Allison a tese segundo a qual a *concepção* das coisas que faz abstração de suas propriedades espaciais (e temporais) é a *representação* das coisas em si mesmas.

Allison parece confirmar essa tese em certos momentos. Há textos em que o intérprete identifica a *representação* das coisas em si mesmas com uma certa modalidade de *consideração* dos objetos empíricos. Ele afirma reiteradamente que a distinção transcendental entre aparição [*Erscheinung*] e coisa em si não é uma distinção entre dois reinos de entidades, mas uma distinção entre modos de *considerar* as mesmas coisas, os *objetos empíricos*.

No nível transcendental [...] a distinção entre aparições e coisas em si mesmas refere-se inicialmente a dois modos distintos em que as coisas (objetos empíricos) podem ser “consideradas”: ou bem em relação com as condições subjetivas da sensibilidade humana (espaço e tempo) e, portanto, como elas “aparecem”, ou independentemente dessas condições, portanto, como elas são “em si mesmas”⁹.

[A] distinção transcendental kantiana é antes entre dois modos em que as coisas (objetos empíricos) podem ser “consideradas” no meta-nível da reflexão filosófica (reflexão transcendental) do que entre tipos de coisa que são considerados.¹⁰

Além disso, Allison afirma explicitamente que representar as coisas em si mesmas é considerar os objetos empíricos *independentemente das condições da sensibilidade humana*, das formas do espaço e tempo.

[F]alar de aparições [*appearances*] no sentido transcendental é simplesmente falar de entidades espaço-temporais (fenômenos), isto é, de

⁹ ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism*. p. 8.

¹⁰ ALLISON, H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), p. 3.

coisas enquanto são consideradas [*viewed*] como sujeitas às condições da sensibilidade humana. Correlativamente, falar transcendentemente de coisas em si mesmas é falar de coisas enquanto elas são independentes dessas condições.¹¹

As coisas podem ser consideradas ou como elas se nos aparecem, isto é, como elas são em relação com as condições subjetivas da cognição humana, ou como elas são em si mesmas, independentemente dessas condições.¹²

Textos como esses talvez permitam concluir que Allison compreenderia a representação das coisas em si mesmas como um *conceito* que representa *objetos empíricos*, conquanto faça *abstração* de algumas características desses objetos, como sua localização espaço-temporal. Ou seja, ele admitiria que o conceito de coisas em si mesmas poderia *prescindir* das propriedades espaço-temporais, sem, por isso, deixar de representar objetos empíricos. Ora, objetos empíricos estão no espaço. Assim, as coisas representadas pelo conceito de coisas em si mesmas não seriam desprovidas das propriedades espaciais. Por conseguinte, seria falso julgar que coisas em si mesmas não são espaciais. Em suma, Allison já não poderia responder *ao segundo momento* da objeção de Guyer, uma vez que concordaria em asserir o antecedente e negar o conseqüente da premissa (iv).

Na contramão das recentes observações, Allison apresenta uma resposta à objeção. Assim como Guyer, ele não distingue com clareza os dois momentos da crítica. Isso sugere, no entanto, que a resposta pretenda eliminar os *dois* ataques dirigidos à premissa (iv) [cf. pp.2-3]. O texto da réplica é extremamente denso e conciso, mas versa apenas sobre a compreensão da representação das coisas em si mesmas. O autor faz pouco mais que distinguir duas interpretações alternativas da expressão ‘em si mesmas’ e sugerir que a leitura correta não seria vulnerável à objeção. Do laconismo e do enfoque da resposta depreende-se que a estrutura do argumento foi preservada. Allison aceita todas as premissas. Seu empenho

¹¹ ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism*. p. 7.

¹² ALLISON, H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), p. 3. Veja-se também pp. 8-9: “[s]e espaço e tempo são formas da sensibilidade humana [...] e se considerar as coisas em si mesmas é considerá-las independentemente dessas formas ...”.

é, pois, direcionado a determinar uma certa concepção das coisas em si mesmas que reclame tanto a verdade do antecedente da premissa (iv), afirmado na premissa (iii), quanto a verdade do conseqüente, asserido na conclusão.

Antes, porém, de discutir a réplica, caberia examinar um outro texto em que Allison tenta esclarecer a noção de coisas em si mesmas. Isso permitirá salientar a gravidade do segundo passo da objeção, elucidar o papel da tese dos dois aspectos nessa contenda e preparar o caminho para a compreensão da aludida resposta. Em *Kant's Transcendental Idealism*, o autor delimita dois sentidos em que as expressões ‘coisa em si mesma’, ‘*noumenon*’ e ‘objeto transcendental’ seriam tomadas por Kant.

Na maioria das vezes, estes termos referem claramente ao objeto que aparece, considerado como ele é em si mesmo; isto é, como ele é “independentemente [*apart*] da constituição de nossa sensibilidade”. Há, porém, lugares onde eles referem a uma entidade ou entidades ontologicamente distintas dos objetos sensíveis da cognição humana. [...] No entanto, não se deve inferir disso que Kant estaria confuso sobre a sua própria distinção transcendental. Como vimos, as distinções aparição-coisa em si mesma e fenomênico-numênico indicam um contraste entre dois modos em que os objetos da experiência humana podem ser considerados em uma reflexão transcendental. A concepção de um *noumenon* como uma entidade ontologicamente distinta é requerida apenas para permitir a possibilidade da concepção de Deus (e talvez de almas racionais).¹³

O primeiro sentido da expressão ‘coisas em si mesmas’ seria aquele empregado na distinção transcendental. A expressão significaria o “*objeto que aparece considerado [...] em si mesmo*”. Não há aqui nenhuma novidade em relação às passagens citadas anteriormente, exceto a substituição da expressão ‘objetos empíricos’ por ‘objeto que aparece’. Mas Allison diz algo mais. Nessa primeira acepção, a expressão ‘coisas em si mesmas’ não significaria nenhuma entidade ontologicamente distinta dos objetos empíricos. Apenas em um segundo sentido, que não é o da distinção transcendental, a expressão significaria entidades de outros tipos ontológicos, como Deus e as almas racionais.

O fundamento dessa delimitação é, em parte, a “tese dos aspectos”. Essa tese compreende dois momentos: (i) a distinção transcendental é antes uma distinção entre dois modos de considerar as mesmas coisas, os objetos empíricos (ii) do que uma distinção entre tipos de entidades. Do primeiro momento, pode-se inferir que considerar a *coisa em si mesma* é considerar o objeto empírico em si mesmo. Dito de outro modo, as coisas em si mesmas são *os objetos empíricos considerados em si mesmos*. O segundo momento, por seu turno, nega que as coisas em si mesmas sejam entidades *ontologicamente distintas* das aparições. Acrescentando-se a isso a tese que os objetos empíricos são aparições, pode-se, então, concluir não haver distinção ontológica entre coisas em si mesmas e objetos empíricos. Assim, a expressão ‘coisas em si mesmas’ não designaria nenhuma “*entidade ou entidades ontologicamente distintas dos objetos sensíveis*”. Por outro lado, se a distinção transcendental contrastasse tipos de entidades, ela dividiria o domínio das coisas em dois reinos “ontologicamente distintos”, de um lado, objetos sensíveis, de outro, realidades supra-sensíveis. Nesse caso, a expressão ‘coisas em si mesmas’ designaria entidades supra-sensíveis e não os objetos empíricos.

Restam, certamente, algumas dificuldades na passagem anterior. Em primeiro lugar, a tese dos aspectos não é suficiente para fundamentar a distinção entre os dois sentidos de ‘coisas em si mesmas’. Como dissemos acima, ela justifica apenas *em parte* aquela distinção. A tese em nada contribui para a introdução do segundo sentido. Ela não elucida como poderíamos representar objetos supra-sensíveis, nem tampouco quais objetos supra-sensíveis poderíamos representar. Em segundo lugar, mesmo a tese dos aspectos foi pouco esclarecida. O que devemos entender por ‘ontologicamente distintos’? Quando podemos considerar que duas expressões representam entidades ontologicamente indistintas? Respostas a essas

¹³ ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism*. p. 239. Veja-se também ‘The non-spatiality of things in themselves for Kant’ (in.: *Journal of the History of Philosophy*), pp. 317-8 e ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), p. 20.

questões são necessárias para determinarmos o que Allison entende por um tipo ontológico e, em contrapartida, por um aspecto.

A despeito dessas dificuldades, o resultado preliminar de nosso exame contribui para esclarecer a interpretação de Allison e a segunda parte da objeção de Guyer. A passagem recém analisada elucida como Allison compreende a relação vigente entre os conceitos de objeto empírico e coisa em si mesma. Tratar-se-ia de dois conceitos coextensivos. Se coisas em si mesmas e objetos empíricos não são entidades ontologicamente distintas, todas as coisas que são representadas pelo primeiro conceito são representadas pelo segundo e vice-versa.

Deve-se observar que essa relação diverge daquela contemplada pela analogia proposta por Guyer. Para fundamentar sua objeção, o autor compara a distinção entre os conceitos de *objeto empírico* e *coisa em si mesma* com a distinção entre os conceitos de *mulher* e *ser humano*. O contexto da polêmica sugere, porém, que Guyer atribuiria a Allison a tese segundo a qual a relação entre os conceitos do primeiro par seria a mesma que a relação entre os do segundo, a saber, a relação do *inferior* ao *superior*. Ou seja, assim como o conceito de ser humano representa, além dos elementos do sexo feminino, aqueles do sexo masculino, o conceito de coisas em si mesmas representaria todos os objetos empíricos, mas também entidades ontologicamente distintas dos objetos empíricos. Entretanto, essa interpretação claramente contraria a tese dos dois aspectos, que, como vimos, ocorre implícita no último texto citado. Se a distinção transcendental fosse uma distinção de aspectos, nenhuma entidade que caísse sob o conceito de coisa em si mesma seria ontologicamente distinta das entidades representadas pelo conceito de objeto empírico.

Além disso, a relação entre os conceitos de aparição e coisa em si mesma segundo a ordem do inferior ao superior é também incompatível com a tese dos dois mundos. Pois, conforme essa tese, as coisas apreendidas na experiência e as coisas em si mesmas perfazem

domínios disjuntos. Em outras palavras, o que ocorre em um “mundo” não pode ocorrer em outro. Conseqüentemente, o reino das coisas em si mesmas não poderia conter sob si entidades que pertencessem ao reino dos objetos empíricos, muito menos ser o gênero que abarcasse toda a espécie dessas entidades. A relação entre inferior e superior exprime, assim, uma terceira maneira de interpretar a distinção transcendental, a qual é oposta tanto à teoria dos dois aspectos quanto à teoria dos dois mundos. Donde se pode inferir, afinal, que essas duas teorias não são opostos contraditórios.

A divergência entre a interpretação de Allison e a analogia de Guyer tem conseqüências na concepção da abstração que estaria envolvida na noção de coisas em si mesmas. Para Guyer, a abstração das propriedades espaciais daria azo a um conceito mais amplo que o de objetos empíricos. A amplitude do conceito resultaria da conjunção de dois aspectos inerentes a esse modo de abstrair, os quais podem ser facilmente determinados com base no analogado introduzido pelo autor, a relação entre os conceitos de mulher e ser humano. Por um lado, graças à *desconsideração* da feminilidade, o conceito de ser humano pode representar entidades que não possuem essa característica. Por outro lado, visto que o conceito *apenas prescind* da propriedade e *não a toma como excluída* dos entes por ele apreendidos, pode também representar os elementos do sexo feminino. Em decorrência do primeiro aspecto, o conceito de ser humano compreende algumas entidades que são extrínsecas ao domínio representado pelo conceito de mulher. Pelo segundo aspecto, aquele conceito também abrange todas as entidades contidas nesse domínio. O que autoriza dizer, em termos matemáticos, que o conceito de mulher está *propriamente* contido no de ser humano. Em outras palavras, o conceito de ser humano é mais amplo que o de mulher.

Para Allison, porém, o fato que a noção de coisas em si mesmas abstraia das propriedades espaciais não implicaria ser ela mais ampla que o conceito de objetos empíricos. Os dois conceitos compreenderiam exatamente as mesmas coisas, ainda que de modo distinto.

A abstração seria, bem entendido, fundamento dessa diferença quanto ao modo de apreensão. No entanto, ela não distinguiria os dois conceitos com respeito à sua extensão. O conflito com a reconstrução de Guyer é claro. Sua objeção parece pressupor uma abstração que interfere na grandeza da esfera dos objetos representados. Desconsiderar as propriedades espaciais internas aos objetos empíricos conduziria a um conceito superior, que abarcaria tanto objetos sensíveis quanto supra-sensíveis. A noção de coisas em si mesmas assim originada seria, pois, em virtude do *primeiro* aspecto reconhecido nessa abstração, nada mais que o conceito de *coisas em geral*. Ora, justo esse aspecto não poderia figurar na abstração pressuposta por Allison. Para o autor, a desconsideração das propriedades espaciais não levaria de um conceito inferior a um superior.

Convém, nesse instante, indagar se a discrepância entre os dois autores não redundaria no malogro da objeção de Guyer, já que o ponto de discórdia é central ao argumento de Allison, cuja terceira premissa (iii) versa precisamente sobre a *abstração* subjacente à noção de coisas em si mesmas. Observa-se, porém, que aquela objeção é geral o suficiente para abarcar tanto a relação entre conceitos inferior e superior quanto a relação própria à tese dos dois aspectos. Ou melhor, interessa a Guyer detectar a possibilidade de um modo de abstração das propriedades espaciais que seria compatível com a noção de coisas em si mesmas abranger coisas que possuem tais propriedades, os objetos empíricos. Represente esse conceito apenas objetos empíricos ou ainda outras entidades, o importante é que a abstração não o impediria de representar objetos empíricos. Mas essa condição parece satisfeita tanto pela abstração pressuposta por Allison quanto por aquela sugerida na analogia de seu oponente.

Em suma, a validade da objeção de Guyer depende única e exclusivamente do *segundo* aspecto atribuído à abstração pertinente à sua analogia, aspecto que pareceria compartilhado pela abstração pressuposta por Allison. Se a abstração *apenas prescinde* do

espaço e *não* o *exclui* das entidades representadas pelo conceito de coisa em si mesma, entre elas poderiam estar incluídas os objetos empíricos. Teria Allison outra maneira de explicar como a abstração das propriedades espaciais resultaria em um conceito que representa entidades ontologicamente idênticas aos objetos empíricos?

A gravidade da crítica de Guyer torna-se, assim, manifesta. A dificuldade enfrentada por Allison pode ser expressa como a tentativa de conciliar duas afirmações aparentemente incompatíveis: (i) *as coisas consideradas em si mesmas não são coisas distintas dos objetos empíricos*. (ii) *as coisas consideradas em si mesmas não são os objetos empíricos*. O primeiro enunciado deve ser entendido no sentido demarcado pela tese que o domínio das coisas em si mesmas não é constituído por entidades ontologicamente distintas dos objetos empíricos. Nosso comentário pretendeu mostrar que essa tese depende de uma concepção peculiar da abstração que constitui a noção de coisas em si mesmas. A objeção de Guyer presumidamente revelaria a singularidade dessa abstração, ao salientar o seu caráter “precisivo”, não exclusivo. O segundo enunciado vincula-se diretamente à tese da não espacialidade. Se as coisas em si mesmas não são espaciais (conclusão do argumento de Allison), elas não poderiam coincidir com os objetos empíricos, já que estas apresentam propriedades espaciais.

A oposição entre os dois enunciados parece imediata. Como pode o conceito de coisas em si mesmas representar algo não espacial e distinto do que é representado pelo conceito de objetos empíricos, se, conforme o primeiro enunciado, as coisas em si mesmas não seriam outras senão os objetos empíricos? Em que sentido pode-se dizer que *as coisas em si mesmas não são os objetos empíricos* e, ao mesmo tempo, que nenhuma coisa em si mesma é ontologicamente distinta dos objetos empíricos?

Podemos, agora, recorrer a essa suposta incompatibilidade, para ressaltar a acuidade e o alcance da crítica de Guyer. Vamos reformular o segundo momento de sua objeção [cf. pp.2-3], explicitando o sentido preciso e exato em que ela afeta o argumento de Allison:

- (1) Em primeiro lugar, supõe-se que a *representação* das coisas em si mesmas tenha uma natureza essencialmente abstrativa. Essa abstração é expressa pela fórmula ‘as coisas em si mesmas são os objetos empíricos, considerados em si mesmos’. O elemento abstrativo estaria designado pela partícula ‘considerados em si mesmos’, que significa ‘considerados independentemente das condições da sensibilidade’. Trata-se da premissa (iii) do argumento de Allison.
- (2) Guyer observa, então, haver um modo de compreender a abstração interna à noção de coisas em si mesmas que não a impediria de representar os objetos empíricos. Esse modo de abstrair caracteriza-se por sua natureza “prescisiva”, não exclusiva.
- (3) Ora, em seu argumento, Allison não apenas se abstém de contestar esse sentido de abstração, mas justamente parece pressupô-lo, ao afirmar que as coisas em si mesmas não são entidades ontologicamente distintas dos objetos empíricos. Mas isso remonta ao enunciado (i).
- (4) Ora, se não há diferença ontológica entre coisas em si mesmas e objetos empíricos, é impossível afirmar que as coisas em si mesmas não são os objetos empíricos. Ou seja, dada a inconsistência entre os enunciados (i) e (ii) e dada a afirmação do primeiro, deve-se recusar o segundo.
- (5) Portanto, se é falso o enunciado (ii), i.e., se as coisas em si mesmas devem ter as mesmas características que os objetos empíricos, em particular, as propriedades espaciais, a *tese da não espacialidade* também deve ser rejeitada.

1.2. Abstração das condições da sensibilidade:

O último passo que prepara nosso exame da resposta de Allison a essa objeção reside na discussão do estatuto particular da abstração por ele adotada. Com isso, poderemos mostrar que a natureza dessa abstração será o ponto focal de sua réplica.

Cumpro, primeiro, destacar uma dificuldade. Ponderou-se acima que a abstração suposta por Allison concordaria apenas parcialmente com os atributos da abstração sugerida pela analogia de Guyer, vale dizer, com o segundo, não com o primeiro aspecto. A aporia provém justamente da tentativa de separar os dois aspectos, pois o que funda o primeiro parece fundamentar também o segundo: a compreensão da abstração como uma *desconsideração*. Se a desconsideração, i.e., o mero prescindir das propriedades espaciais habilita a noção de coisas em si mesmas a representar coisas ontologicamente idênticas aos objetos empíricos, por outro lado, essa mesma desconsideração parece autorizá-la a representar outras entidades, distintas dos objetos empíricos.

Deve-se explicar, portanto, como pode um conceito representar *somente* as coisas que são apreendidas por um segundo conceito, quando a *única* diferença entre eles é que o primeiro prescinde de uma propriedade representada pelo segundo. Ou seja, trata-se de elucidar como o fato de um conceito abstrair de uma propriedade representada por outro conceito não seria incompatível com a sua coextensionalidade, i.e., com representarem os dois conceitos as mesmas coisas, e isso não por uma mera coincidência factual.

Vejamos um primeiro candidato para a função de fundamentar esse modo particular de abstração: a tese tomista sobre a relação entre *ser* e *conhecimento*. Para Santo Tomás, que uma coisa seja conhecida não é uma propriedade real da *coisa*. A própria coisa não sofre nenhuma alteração ao ser conhecida. Assim, considerar a coisa abstraindo de sua relação com as faculdades cognitivas é considerar a coisa sem abstrair nenhuma propriedade da *coisa*. Ora, isso nada mais é do que considerar a própria coisa. Em contrapartida, na relação entre os conceitos de *médico* e *médico atento*, o primeiro conceito abstrai de uma propriedade real das coisas representadas pelo segundo. A representação resultante dessa abstração, o conceito de *médico*, não representa apenas as coisas que possuem a propriedade abstraída, mas também coisas que não a possuem, a saber, os médicos desatentos.

Assim, se coisas em si mesmas são *objetos empíricos, considerados abstração feita da relação com a sensibilidade*, dada a tese tomista, dever-se-ia concluir que nessa abstração não seria desconsiderada nenhuma característica dos próprios objetos empíricos. A expressão ‘coisas em si mesmas’ representaria *as mesmas coisas* que a expressão ‘objeto empírico’, mas segundo um modo distinto. Enquanto a expressão ‘objeto empírico’ faria alusão àquela relação das coisas com a sensibilidade (experiência), a expressão ‘coisas em si mesmas’ representaria as mesmas coisas, aludindo à abstração de sua relação com a sensibilidade.

A abstração requerida por Allison conjugaria, enfim, duas características, que estariam retratadas, respectivamente, nas considerações de Guyer e Tomás de Aquino. Em primeiro lugar, visto *apenas prescindir* da propriedade em questão, a noção de coisas em si mesmas poderia representar *todos* os objetos empíricos. Em segundo lugar, como a propriedade prescindida *não seria real*, mas *relacional*, ela não acrescentaria aos objetos empíricos nada de que as coisas em si mesmas pudessem ser *realmente* desprovidas. Por conseguinte, a noção de coisas em si mesmas, que abstrai dessa propriedade, não representaria nenhuma coisa externa ao conceito de objetos empíricos. Ela abarcaria *apenas* os objetos empíricos.

Entretanto, há dois equívocos nessa via de explicação. O primeiro concerne à paráfrase da expressão ‘coisas em si mesmas’ por ‘objetos empíricos, considerados abstração feita da *relação com a sensibilidade*’. Nos textos analisados anteriormente, seja de Guyer ou de Allison, o escopo da abstração é referido como ‘*condição epistêmica*’, ou ainda, como ‘*condição da sensibilidade*’. Ademais, nessas passagens as condições sensíveis são determinadas como espaço e tempo. Ora, coube à tese tomista justificar que a condição epistêmica abstraída não seria uma propriedade real da coisa conhecida. Concorreu para essa justificação a manobra de apresentar essa condição em termos da *relação com a sensibilidade*. Pelo menos no tomismo, a mera relação com a sensibilidade não constitui a coisa conhecida, já que o rompimento desse elo não afeta a própria coisa. Todavia, tratar as condições de

conhecimento abstraídas na noção de coisas em si mesmas como uma relação cognitiva não inerente à própria coisa conhecida parece incompatível com identificá-las como espaço e tempo.

No realismo preconizado por São Tomás, o espaço é uma propriedade real das coisas conhecidas. Ou seja, não é uma propriedade que as coisas perderiam em caso de extinção das criaturas cognoscentes. Assim, a menos que Allison estivesse disposto a assumir que o espaço não é uma propriedade real da coisa conhecida, vale dizer, dos objetos empíricos, a tese tomista sobre a relação entre ser e conhecimento seria inadequada para exprimir a abstração visada pelo autor.

No fundo, esse problema repousa sobre a ambigüidade da expressão ‘condição epistêmica’. Em uma acepção, ela significa as condições cognitivas *do sujeito* [genitivo subjetivo], i.e., as condições do sujeito pelas quais ele conhece. Em outra acepção, ela designa as condições *da coisa conhecida* [genitivo objetivo], as condições da coisa pelas quais ela pode figurar como termo da relação cognitiva. No realismo tomista, para que uma coisa material seja conhecida, ela deve possuir certas propriedades, por exemplo, cores que afetem o órgão sensível da visão. A cor é uma condição que as *coisas* devem satisfazer para serem conhecidas, e não uma condição que o sujeito deva realizar para conhecê-las. Em suma, é uma condição epistêmica das *coisas*, não do sujeito cognoscente. Em compensação, a apreensão sensível da coisa e sua concepção, embora sejam relações que dependam tanto do sujeito que apreende quanto da coisa apreendida, têm seu peso ontológico depositado sobre o sujeito. A coisa não sofre nenhuma alteração ao ser apreendida. É o sujeito o que se altera com a apreensão. Assim, ser a coisa concebida ou apreendida pelos sentidos é uma condição epistêmica do *sujeito* e não da coisa.

O primeiro equívoco cometido nessa leitura da interpretação de Allison refere-se, portanto, ao estatuto da condição epistêmica abstraída na noção de coisas em si mesmas. A

paráfrase inspirada na tese tomista exigiria que a propriedade abstraída fosse uma condição cognitiva *apenas do sujeito*, a saber, uma relação com a sensibilidade não constitutiva da coisa conhecida. Já a paráfrase de Allison parece impor que a propriedade abstraída seja uma condição cognitiva da *coisa conhecida*.

A distinção entre os sentidos de ‘condição epistêmica’ mostra também que a singularidade da propriedade abstraída na noção de coisas em si mesmas consistiria, na versão motivada pelo princípio tomista, não propriamente em seu caráter *relacional*, mas na *assimetria ontológica* entre os *relata*. O oposto de um atributo real da coisa não é uma propriedade relacional, mas uma propriedade relacional cujo peso ontológico não recai sobre a coisa, mas sobre o outro termo da relação. Graças a essa assimetria, a coisa não se altera quando destituída da propriedade. De sorte que considerar a coisa, abstração feita dessa propriedade, seria apreendê-la exatamente como ela é.¹⁴

O segundo equívoco dessa análise é a confusão entre propriedades *reais* e propriedades *restritivas*. Supostamente, o caráter *não real* da propriedade abstraída deveria implicar que a noção de coisas em si mesmas representa *apenas* os objetos empíricos. Em outras palavras, a *assimetria ontológica* da relação desconsiderada deveria garantir que o conceito de coisas em si mesmas não seria mais amplo que o de objetos empíricos. Mas essa suposição é falsa. Se a singularidade da abstração assumida por Allison deve ser deduzida a partir do *caráter peculiar* da propriedade abstraída, então o fundamento da coextensionalidade entre os dois conceitos residiria, antes, na natureza *não restritiva* da propriedade.

É possível representar um conjunto de coisas mediante uma propriedade *não real* cuja abstração resultaria, não obstante, em um conceito que representa um domínio mais amplo. O

domínio das coisas atual e distintamente *consideradas* é, haveremos de convir, mais estreito que o domínio de todas as coisas. Não pela razão de existirem coisas que não *poderiam* ser pensadas, mas simplesmente por não haver ocasião suficiente para pensarmos distintamente a infinidade de coisas existentes. Ora, *ser considerado distintamente* é uma propriedade que não acrescenta nada à coisa a que é atribuída. Mas o conceito de *coisa*, o qual abstrai dessa propriedade, é mais amplo que o conceito de *coisa distintamente considerada*.

O mesmo não ocorreria com a propriedade *ser considerável*. Com efeito, supondo não haver nenhuma coisa que *não possa ser pensada* (sob o pretexto que a simples tentativa de conceber essa situação dependeria de pensarmos tal coisa), o conceito de *coisa considerável* seria coextensivo com o conceito de *coisa*. Não porque a propriedade abstraída nesse último, a propriedade *ser considerável*, não seja real, mas sim porque representá-la não restringiria o domínio apreendido pelo conceito *coisa*. Analogamente, as locuções ‘esta coisa considerada’ e ‘esta coisa’ têm a mesma referência, não porque a propriedade *ser considerada* não pertenceria à própria coisa, mas por ela não restringir a referência já determinada pelo demonstrativo ‘esta’.

Para abordar a abstração pressuposta por Allison, devemos retomar algumas observações. Em primeiro lugar, vimos que os objetos empíricos possuem propriedades espaciais. É importante notar que a referência às propriedades espaço-temporais pode contribuir para a demarcação do *domínio* representado pelo conceito de objetos empíricos. Com efeito, há em Kant um vínculo necessário entre os adjetivos ‘espacial’, ‘temporal’, ‘empírico’ e ‘sensível’, a saber, todo objeto espacial ou temporal é necessariamente sensível e deve poder ser apreendido pela experiência. Inversamente, todo objeto sensível, se não ocupa

¹⁴ Há um modo abreviado de exprimir essa mesma oposição: uma *propriedade intrínseca* de algo é aquilo que aqui denominamos um “atributo real da coisa”. Uma *propriedade extrínseca* de uma coisa é uma propriedade relacional da coisa cujo peso ontológico repousa sobre o outro termo da relação.

um lugar no espaço, tem ao menos “localização” temporal. A demonstração desse nexos constitui um dos pontos centrais da *Estética Transcendental* (§§1-3 e 4-6).

Em segundo lugar, Allison parece admitir que o conceito de objetos empíricos delimita uma esfera de entidades mediante um *recorte* no domínio de *todas as coisas*. Em várias passagens, por exemplo, no texto citado anteriormente [p.7], ocorre uma distinção entre objetos sensíveis e entidades supra-sensíveis, como Deus e almas racionais. O adjetivo ‘sensível’ cumpriria a função de distinguir, no domínio de todas as coisas, apenas aquelas entidades que podem estar relacionadas com nossa *sensibilidade*. Ora, dado o nexos proposto na *Estética*, todas essas entidades podem estar relacionadas com nossa experiência e possuem propriedades espaciais ou temporais. Assim, os adjetivos ‘espacial’ e ‘temporal’ também serviriam para separar os entes sensíveis dos supra-sensíveis. Em outras palavras, a representação das propriedades *espaço-temporais* restringiria a extensão do conceito de *coisas em geral*, determinando um conceito coextensivo com o conceito de objetos empíricos.

Sabemos que, segundo Allison, a noção de coisas em si mesmas representa os objetos empíricos, abstraindo de condições epistêmicas, precisamente, das propriedades espaço-temporais. Ora, se a representação de tais propriedades exerce uma função *restritiva* ao circunscrever o domínio dos objetos empíricos, parece que a desconsideração dessas propriedades em um conceito de coisas exerceria a função inversa, qual seja, a função *ampliativa*. Por conseguinte, o conceito de coisas em si mesmas não representaria apenas as coisas que caem sob o conceito de objetos empíricos, mas também entidades supra-sensíveis. Porém, isso contraria a interpretação de Allison, para quem a abstração das condições epistêmicas é compatível com a coextensionalidade entre os dois conceitos.

A presente dificuldade é esclarecida pela proposição que considerar os objetos empíricos abstraindo das condições epistêmicas equivaleria a apreendê-los desconsiderando a “empiricidade”. Ou seja, que as coisas em si mesmas seriam os objetos empíricos

considerados, *não como empíricos*, mas em si mesmos. Se o adjetivo ‘empírico’ divide o domínio de todas as coisas ao demarcar a esfera dos objetos empíricos, como poderia a desconsideração da “empiricidade” não conduzir novamente ao conceito de *coisas em geral*? Seria tentador contestar que, para Kant, o adjetivo ‘empírico’ não exerce uma função restritiva, já que nossos conceitos não possuem nenhuma validade objetiva, nenhum sentido ou significado, quando não relacionados com a experiência.¹⁵ Poder-se-ia, assim, cogitar que o conceito de *coisas* só teria sentido caso representasse entidades empíricas. No entanto, em Allison, nas passagens referidas, e mesmo em Kant, há claros indícios da admissão de um *conceito de coisas em geral* que não compreenderia apenas objetos empíricos.

Talvez Allison não tenha outra saída para a dificuldade senão reconhecer que a singularidade da abstração não repousa sobre a peculiaridade da *propriedade* abstraída. Tornaremos a discutir o problema nas próximas seções. Por ora, podemos nos contentar com elucidar o liame entre a natureza *não restritiva* de uma propriedade e o estatuto de uma *distinção aspectual*.

Allison não define o que ele entende por uma distinção de aspectos. Para determiná-lo, devemos partir de sua caracterização da distinção transcendental: é antes uma distinção entre dois modos em que as coisas podem ser consideradas do que entre tipos de coisas que são considerados.¹⁶ Nessa acepção, a distinção de aspectos não contrastaria tipos de coisas. Como vimos, segundo o intérprete, não haveria diferença ontológica entre coisas em si mesmas, aparições e objetos empíricos. Expressamos essa tese ao dizer que os conceitos de *coisa em si mesma* e de *objeto empírico* seriam coextensivos. Eles representariam a mesma esfera de

¹⁵ Há inúmeras passagens em que Kant expõe essa tese, já presente, de certo modo, na própria afirmação que “*pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceito são cegas*” [KrV. A51/B75]; cf. A76-7/B102. Dentre aquelas passagens, destacam-se especialmente, A139-40/B178-9, **A146-7/B186-7**, A239-40/B298-9, A240-1/B300, B303, **B309**.

¹⁶ cf. ALLISON, H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), p. 3.

entidades, mas de modos distintos. Ou seja, são as mesmas coisas que figuram nos dois termos da distinção; porém, enquanto consideradas de modos distintos.

Os conceitos de *animal racional* e *bípede sem penas* expressam uma distinção de aspectos. Eles representam os mesmos seres, os homens, de modos distintos. Os dois conceitos diferem nas notas características mediante as quais eles representam o domínio dos seres humanos. Ora, se um conceito difere de outro conceito por conter todas as notas do segundo e mais uma, eles serão coextensivos apenas se a nota adicional não *restringir* o domínio já determinado pelas demais. Assim, se conceitos de *coisa* e *objeto empírico* apresentam uma distinção de aspectos e se o segundo difere do primeiro apenas por conter a nota adicional ‘empírica’, essa nota não poderia restringir o domínio já representado por aquelas que constituem o conceito de *coisa*.

1.3. A resposta de Allison:

Allison responde a objeção de Guyer fazendo duas observações. Primeiro, ele concede que “*o ponto de Guyer dificilmente pode ser negado*”. Em seguida, porém, introduz uma ressalva: “*sua relevância para minha análise é uma outra questão*”¹⁷. Vamos tentar compreender em que sentido Allison concorda com a objeção de Guyer e em que medida “sua análise” é imune a ela. Assim, lemos em seu artigo:

[L]onge de ter esquecido o [*being oblivious to*] problema, como sugere a crítica de Guyer, eu explicitamente o suscitei e procurei ocupar-me [*to deal*] dele em meu tratamento inicial [*earliest*] da questão da alternativa negligenciada. [nota: veja-se ‘The non-spatiality of things in themselves for Kant’ pp. 320-1]. Seguindo Gerold Prauss, eu havia indicado que, quando construída transcendentemente (em vez de empiricamente), a expressão ‘*an sich selbst*’ em ‘*Ding an sich selbst betrachtet*’ funciona adverbialmente para modificar ‘*betrachtet*’, em vez de funcionar como adjetivo [*adjectivally*] para modificar ‘*Ding*’. Em suma, ela caracteriza *como* se considera coisas em uma reflexão transcendental em vez de caracterizar o *tipo* de coisas (aquelas que existem em si mesmas) que estão sendo consideradas [*being considered*]. Se

¹⁷ ALLISON H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), p. 9.

esse último fosse o caso, Guyer estaria correto, pois teríamos então de distinguir entre a coisa que está sendo considerada (ou concebida) e nossa concepção dela. Mas na leitura adverbial não há lugar para essa distinção e não há nenhuma confusão, pois tudo o que está em questão é o como da consideração.

Pode-se inicialmente extrair desse texto as seguintes afirmações:

- (i) Allison teria discutido o problema da distinção entre *coisas* e *conceitos* diretamente, ao adotar a leitura adverbial de ‘*an sich selbst*’ proposta por Prauss;
- (ii) A distinção traçada por Guyer entre *coisas consideradas* e a *consideração das coisas* deveria ser traçada apenas se a expressão ‘*an sich selbst*’ caracterizasse o *tipo de coisas* e não o *modo de consideração*. Já na leitura adverbial não haveria lugar para aquela distinção.

A primeira afirmação esclarece em parte o que Allison entende pelo “*ponto de Guyer*”. Trata-se da necessidade de se distinguir as *coisas consideradas* de sua *consideração*. A segunda afirmação, por sua vez, parece indicar-nos o escopo de validade dessa distinção e, ao mesmo tempo, explicar por que a “análise de Allison” estaria fora desse escopo. Ora, a leitura da expressão ‘coisa em si mesma considerada’ adotada pelo autor toma a expressão ‘em si mesma’ como um advérbio que determina o *modo de consideração* da coisa. De acordo com a segunda afirmação, se a expressão ‘em si mesma’ caracterizasse o *modo de consideração*, não haveria lugar para a distinção entre as *coisas consideradas* e sua *consideração*. Assim, Allison não só está ciente da necessidade de distinguir as coisas de seus conceitos, mas pressupõe toda uma teoria sobre o âmbito de aplicação dessa distinção.

Mas o que exatamente *significa* dizer que a distinção “não tem lugar” quando assumimos a análise adverbial da expressão ‘em si mesma’? A dificuldade é evidente se observarmos que talvez a própria oposição entre as análises adjetiva e adverbial já pressuponha a distinção. Com efeito, as duas leituras parecem diferir no sentido em que uma

qualificação da *coisa* distingue-se de uma qualificação da *consideração da coisa*. Assim, a análise adverbial pareceria antes supor que excluir a distinção. Além disso, a relevância da questão já se evidencia quando constatamos que, dada uma coisa qualquer, é *sempre* possível expressar o contraste entre a coisa e sua representação, não havendo qualificação da *representação* que nos possa impedir de traçá-lo.

Em nosso exame da resposta de Allison, vamos destacar, além do problema anterior, um segundo, que está intimamente imbricado naquele. A passagem citada apresenta a tese sobre o âmbito de validade da distinção entre a *coisa considerada* e *sua consideração* como solução à objeção suscitada por Guyer. Segundo Allison, a distinção seria pressuposta pela objeção. Donde, se ela é válida somente quando admitida a leitura adjetiva da expressão ‘em si mesmas’, tal leitura seria uma condição necessária da crítica de Guyer. Bastaria, portanto, mostrar que a expressão deve ser analisada adverbialmente, para recusar a aplicação da distinção e, por conseguinte, a legitimidade da crítica.

No entanto, ao contrário do que parece, não é tão fácil compreender como a leitura adverbial forneceria uma resposta à objeção. De certa forma, o problema pode ser reconhecido com base na já aludida dificuldade em se conferir um sentido literal à limitação do escopo da distinção entre a coisa considerada e sua consideração. Diante dessa dificuldade, convém separar daquela primeira questão uma segunda, que trate especificamente do modo como a leitura adverbial permitiria invalidar a crítica. Examinaremos os dois problemas conjuntamente, os quais, por simplicidade, serão referidos como questões (a) e (b):

Questão (a): o que significa dizer que, quando assumida a leitura adverbial, a distinção entre a coisa considerada e sua consideração não teria lugar?

Questão (b): como exatamente a leitura adverbial da expressão ‘em si mesmas’ permite contornar a objeção de Guyer?

À primeira vista, Allison parece afirmar que uma vez pressuposta a leitura adverbial, a demonstração da tese da não espacialidade não demandaria a passagem de um enunciado sobre conceitos a uma asserção sobre as coisas. Desse modo, *não haver lugar* para a distinção entre a coisa e sua consideração não denotaria a impossibilidade do contraste entre a *consideração* da coisa em si mesma e a própria *coisa* em si mesma. Significaria apenas não depender o argumento da transição de conceitos a coisas. No entanto, essa interpretação não é correta.

O estatuto gramatical da expressão ‘em si mesmas’ não interfere na estrutura do argumento. Seja a expressão um adjetivo ou um advérbio, a conclusão permanece sendo obtida mediante a aplicação da regra *modus ponens* cujo condicional afirmaria a transição de um fato sobre *conceitos* a um fato sobre as *coisas* [cf. pp.2-3]. A premissa (iii) é manifestamente uma determinação do *conceito* de coisas em si mesmas. O que nela é asserido ocorre como suposição no condicional da premissa (iv). A leitura adverbial parece diferir da adjetiva apenas no modo como se determina o *conceito* de coisas em si mesmas através da elucidação da *expressão* que significa esse conceito. Na primeira, descrevemos o conceito observando que a expressão ‘em si mesmas’ seria um advérbio, na segunda, destacando que a expressão seria um adjetivo.¹⁸ Assim, a resolução do problema apontado por Guyer não consistiria na modificação da forma lógica do argumento. Seria, antes, a demonstração de que a passagem dos conceitos às coisas seria válida, caso o conceito de coisas em si mesmas fosse determinado segundo a leitura adverbial.

¹⁸ Note-se que o fato de residir a premissa (iii) na determinação do *conceito* de coisas em si mesmas *não* é incompatível com a observação anterior, segundo a qual as leituras adjetiva e adverbial poderiam diferir no sentido em que uma qualificação da *coisa* distingue-se de uma qualificação da *consideração da coisa*. Pois, caso adotada a primeira leitura, a premissa (iii) determinaria o *conceito* de coisas em si mesmas ao tratar a partícula ‘em si mesmas’ como designação de uma qualificação da *coisa*. Assim, por exemplo, ao definir o *conceito* de navio-pirata, tomamos a partícula ‘pirata’ como designando a característica distintiva do tipo de navio que visamos delimitar. Já na leitura adverbial, o *conceito* de coisas em si mesmas seria determinado pela elucidação da partícula ‘em si mesmas’ como expressão de uma característica da *consideração da coisa*.

Todavia, poder-se-ia redargüir, o fato que a premissa (iii) contenha a determinação do conceito de coisas em si mesmas não implica que a premissa (iv) enuncie o nexos entre conceitos e coisas. Restaria a possibilidade de que o conseqüente do condicional fosse também uma simples determinação de conceitos. Nessa versão, o argumento não efetuar a passagem de um fato sobre conceitos a um fato sobre coisas, mas permaneceria invariavelmente no nível conceitual. Ou seja, tanto as premissas quanto a conclusão versariam sobre os conceitos, não sobre coisas.

Essa interpretação, por mais excêntrica, encontra apoio nos escritos de Allison. Em *Kant's Transcendental Idealism*, ao precisar a natureza da distinção transcendental, o autor chega a afirmar que “*a distinção não é entre uma coisa considerada como uma aparição e a mesma coisa considerada como uma coisa em si mesma; é, antes, entre uma consideração de uma coisa como ela aparece e uma consideração da mesma coisa como ela é em si mesma.*”¹⁹ Ora, dado que a distinção transcendental contrasta aparições com coisas em si mesmas, a explicação mais direta desse texto deveria identificar as coisas em si mesmas com uma certa modalidade de *consideração das coisas*, e não, contrariamente às expectativas, com as *coisas consideradas* de um certo modo.

Na frase seguinte, Allison elucida sua definição com nada menos que a tese adverbial: “[*e*]m outras palavras, os termos relevantes funcionam adverbialmente para caracterizar como nós consideramos as coisas em uma reflexão transcendental, não substantivamente para caracterizar o que é que está sendo considerado ou refletido”. Em consonância com a glosa da primeira passagem, a tese adverbial assumiria uma conotação singular. Dizer que a expressão ‘em si mesmas’ caracteriza o *modo de considerar* as coisas seria um expediente sinuoso para afirmar que o conceito de coisas em si mesmas significa a *consideração* e não as próprias coisas.

A tese da não espacialidade, extraída na conclusão do argumento de Allison, seria, nesse caso, um enunciado sobre conceitos. A expressão ‘coisas em si mesmas’ não designaria coisas, mas os estados mentais mediante os quais representamos as coisas. Assim, a tese da não espacialidade seria trivialmente verdadeira, visto reduzir-se à proposição que um estado mental não possui propriedades espaciais. Com efeito, um conceito não está nem à esquerda, nem à direita de uma outra representação.

A maior virtude dessa interpretação talvez seja sua conformidade com o sentido literal da afirmação enfocada na questão (a), i.e., que a pressuposição da leitura adverbial tornaria impraticável a distinção entre a coisa considerada e sua consideração [cf. pp.23-4]. Se a expressão ‘coisas em si mesmas’ representa apenas a consideração e não as próprias coisas, se os passos argumentativos conservam-se no plano conceitual, *não haveria lugar*, na inferência, para a distinção entre a coisa em si mesma e sua consideração.²⁰

¹⁹ ALLISON H. *Kant's Transcendental Idealism*, pp. 240-1.

²⁰ Busca-se acaso a plausibilidade dessa leitura na ênfase ao participio ‘consideradas’, quando empregado na paráfrase, fixada por Prauss e Allison, do termo ‘coisas em si mesmas’. A locução ‘coisas enquanto consideradas em si mesmas’ não representaria as coisas segundo seu modo de existência *fora da mente*, mas sua existência *na consideração*. Esse uso da construção ‘enquanto considerada’ não é novidade na história da filosofia. Já o encontramos em Santo Tomás. Lemos, por exemplo, na *Suma Teológica* I q.76 a.2 ad.4, que “[...] a natureza da coisa entendida está de fato fora da alma, mas ela não tem aquele modo de ser fora da alma que ela tem enquanto ela é entendida. Pois a natureza comum é entendida como independente dos princípios individuantes, mas ela não tem esse modo de ser fora da alma.” [grifo nosso]. Entretanto, essa observação ampara-se em uma doutrina cujos pressupostos sejam, talvez, inconciliáveis com o kantismo e mesmo inadequados como suporte à interpretação de Allison.

Convém salientar, de início, o papel da teoria aristotélica das formas. O contraste apresentado nessa passagem não concerne propriamente à coisa, mas à sua *natureza*. O que está na alma é a *forma* da coisa. A noção de *forma* é fundamento do caráter *específico*, não numérico, da identidade entre a coisa e o sujeito que a apreende intelectualmente. Ora, como não inferimos, da identidade específica entre dois homens, que um estaria no segundo (Sócrates não está em Platão, exceto no sentido em que a mesma humanidade é partilhada por ambos), não afirmamos que a própria coisa apreendida estaria na alma do sujeito que apreende. Assim, o texto citado não autoriza a afirmar que a própria coisa esteja na mente, nem tampouco que a expressão ‘coisa considerada’ signifique apenas a consideração da coisa. A esse respeito, há uma segunda nota esclarecedora: “Nestas palavras ‘a coisa atualmente entendida’ há um duplo significado: a coisa que é entendida e o fato que ela é entendida” [*Suma Teológica* I q.85 a. 2 ad.2].

Além disso, também concorre para a distinção tomista a noção de *semelhança*. Ela deve explicar como pode a forma da coisa material, com relação à qual o sujeito que conhece é o mesmo que a coisa no ato do conhecimento, ter um modo de existência imaterial na alma. Assim, o texto discutido inicia com as palavras “[...] o que é entendido está no intelecto não de acordo com si mesmo, mas de acordo com sua semelhança...”, as quais são complementadas com o célebre adágio do *Tratado da Alma*: “a pedra não está na alma, mas sua semelhança”.

Não obstante, dois problemas centrais afetam essa versão da réplica de Allison. Em primeiro lugar, embora a questão (a) tenha recebido um tratamento exemplar, a questão (b) permaneceria sem solução. Pois não seria propriamente a função *adverbial* da expressão ‘em si mesmas’ o que responderia à objeção de Guyer, mas antes uma maneira um tanto inusitada de compreender a locução ‘coisas consideradas em si mesmas’.

Em segundo lugar, o autor explicitamente nega que a tese da não espacialidade seja um enunciado trivial ou analítico. Antes de abordar a objeção apresentada por Guyer, ele anuncia a intenção de modificar sua antiga posição quanto à demonstração daquela tese. O principal objeto da segunda seção de seu artigo é, de um lado, mostrar que o argumento kantiano não dependeria da mera análise do conceito de coisas em si mesmas²¹; de outro, esboçar os passos de uma prova correta. Assim, após responder à objeção de Guyer, ele acrescenta:

Entretanto, por si só, isso [a resposta de Allison a Guyer] não é suficiente para estabelecer a tese da não espacialidade, pois deixa em aberto a questão de por que as formas da sensibilidade, ou, mais propriamente, o conteúdo de tais formas, devem ser atribuídas apenas ao aparato cognitivo da mente humana e, portanto, não poderiam ser também atribuídas às coisas consideradas como elas são em si mesmas. *Essa é uma afirmação [claim] substantiva e não pode ser derivada da análise do modo de considerar sem circularidade [without begging the question].* [grifo nosso].²²

Se a tese da não espacialidade fosse o mero enunciado que certos estados mentais não estão espacialmente localizados, ela não dependeria, ao contrário do que sugere esse parágrafo, da adesão ao princípio da *subjetividade* das formas sensíveis. Ademais, para Allison, essa premissa é uma afirmação substantiva e sintética. Isso atestaria o caráter sintético da tese derivada; pois sabemos que, embora os passos de uma inferência sejam

²¹ “Inicialmente, eu tentei derivar a tese da não espacialidade diretamente de uma análise do conceito de uma coisa considerada como ela é em si mesma.” [grifo nosso] [ALLISON, H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’. (in.: *Idealism and Freedom*), p. 8].

²² ALLISON H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’. (in.: *Idealism and Freedom*), p. 9.

regidos por princípios estritamente lógicos, a conclusão é de natureza sintética, caso alguma premissa o seja.²³

Tais considerações são suficientes para afastar a precedente interpretação do texto de Allison. Geram, porém, novas dificuldades. A *primeira* diz respeito à *estrutura lógica* do argumento em favor da não espacialidade das coisas em si mesmas. Se a subjetividade das formas sensíveis deve ser tomada como premissa do raciocínio, não seria necessário alterar a conformação que lhe foi imputada na reconstituição da página 2?

Há boas razões para negá-lo. Observamos [pp.6-7] que Allison não fornece nenhum indício de que a estrutura da inferência estaria incorreta. A tese da não espacialidade seria obtida, mediante uma regra de transformação usual, a partir das premissas (iii) e (iv). Embora o problema de demonstrar o caráter sintético da conclusão traga à tona uma nova premissa, não resulta daí necessariamente uma modificação dos passos inferenciais já assentados. Pois, como vimos, a sinteticidade da conclusão requer apenas que alguma das premissas seja sintética. Assim, bastaria que a nova premissa, pretensamente sintética, fosse fundamento de alguma das *premissas já apresentadas* (i, ii, ou iv), para que a sinteticidade da conclusão fosse assegurada.

A *segunda* dificuldade refere-se à relação entre a subjetividade das formas sensíveis e a resposta à objeção de Guyer. Allison separa nitidamente o exercício de réplica da tarefa de comprovar o caráter sintético da tese da não espacialidade. Além disso, ele introduz o princípio da subjetividade apenas em conexão com o segundo problema. Talvez isso pudesse sugerir que o novo princípio não cumpriria nenhum papel na resposta à objeção. A presente

²³ Kant elucida o vínculo entre demonstração e sinteticidade de uma proposição em *KrV*. B14: “[...] *por ter-se descoberto que as inferências dos matemáticos procedem todas segundo o princípio de contradição (o que a natureza de cada certeza apodítica exige), persuadiram-se [os dissecadores da razão humana] que também os princípios seriam conhecidos a partir do princípio de contradição. Nisso se enganaram, pois uma proposição sintética pode seguramente ser compreendida segundo o princípio de contradição, mas somente de tal modo que se pressuponha uma outra proposição sintética da qual a primeira possa ser inferida, jamais porém em si mesma.*”

aporia consiste em determinar se essa suspeita estaria correta, ou seja, se a tese da subjetividade teria ou não relevância para a contestação da crítica de Guyer.

Finalmente, um *terceiro* problema: o princípio da subjetividade seria uma condição demonstrativa da premissa (iii) ou da premissa (iv)? Também essa questão tem valor para compreensão da resposta de Allison. Com efeito, o propósito da réplica é demonstrar o condicional expreso no enunciado (iv) [p.2]. Se demonstração desse enunciado dependesse apenas do que está implícito na premissa (iii), a réplica consistiria tão somente na *elucidação* dos pressupostos de (iii). Nesse caso, o princípio da subjetividade seria condição dedutiva de (iii) e teríamos de explicar como a caracterização que essa premissa fornece ao conceito de coisas em si mesmas poderia ser sintética. Por outro lado, se a demonstração de (iv) exige que se *acrescente* à premissa (iii) a tese da subjetividade, a réplica não consistiria na mera análise dos pressupostos de (iii). Essa talvez seja a alternativa menos provável; pois, se a demonstração do condicional expreso no enunciado (iv) dependesse do concurso entre a premissa (iii) e o princípio da subjetividade, provavelmente a réplica deveria fazer explícita alusão a tal princípio.

As segunda e terceira dificuldades não são objeto de uma resposta tão direta e simples como foi a primeira. Desse modo, em vez de resolver os problemas (a) e (b) [cf. pp.22-23], logramos apenas agregar outras dificuldades. Retomaremos, enfim, nosso exame a partir da questão (a). Já em um artigo de 1976, intitulado *The non-spatiality of things in themselves for Kant*, Allison sugere uma solução.²⁴ Depois de evocar um contra-exemplo à sua interpretação, para todos os efeitos, idêntico à crítica endereçada por Guyer, ele contesta:

Essa linha argumentativa é tentadora, mas radicalmente incorreta [*misconceived*]. [...] A raiz dessa incorreção pode ser localizada na hipóstase [*hypostisization*] da coisa em si mesma. Isso ocorre sempre que se constrói a distinção entre coisas em si mesmas e aparições de uma maneira empírica ou

²⁴ ALLISON, H. 'The non-spatiality of things in themselves for Kant' (in.: *Journal of the History of Philosophy*). Trata-se exatamente do texto referido por Allison na passagem citada anteriormente: p. 21.

quase empírica e que, portanto, se concebe a relação entre as duas em termos do modelo de um objeto físico e sua representação mental. Dado esse modelo, é perfeitamente natural tentar distinguir a coisa em si mesma como ela “realmente é” de como nós a consideramos. Construída [a distinção] no sentido transcendental, porém, a coisa como é em si mesma simplesmente é o objeto empírico considerado independentemente de sua relação cognitiva com a mente humana. Prauss expôs esse ponto muito bem, ao notar que, quando construída transcendentemente, a expressão ‘an sich selbst’ em ‘Ding an sich selbst betrachtet’ e suas equivalentes funcionam antes adverbialmente do que como adjetivo [*adjectivally*]. Como tal, ela modifica ‘betrachtet’ e não ‘Ding’; isso significa que ela caracteriza como se considera coisas em reflexões transcendentais e não que tipo de coisas se considera. Ora, com isso podemos ver que a consideração de coisas segundo esse modo transcendental é a consideração das coisas como elas *realmente são*, isto é, como elas são independentemente de sua relação com a mente humana e suas formas cognitivas. Não há, portanto, nenhum sentido em sugerir que coisas como são em si mesmas poderiam não ser como nós as consideramos.²⁵

A última frase esclarece o sentido em que, na leitura adverbial da expressão ‘em si mesmas’, *não haveria lugar* para a distinção entre a coisa considerada e sua consideração: não seria possível que a consideração das coisas não correspondesse à realidade das coisas consideradas. Ou seja, na reflexão transcendental não haveria possibilidade de concebermos a coisa *diferentemente* do que ela é. Por conseguinte, seria completamente legítima a passagem de uma *consideração* das coisas em si mesmas que abstrai das propriedades espaciais ao *fato* da não espacialidade dessas coisas.

Esse texto reitera, portanto, a im procedência da interpretação que recusa admitir no argumento de Allison uma passagem inferencial dos conceitos às coisas. O conflito que o autor pretende encontrar na relação entre a leitura adverbial e a distinção entre consideração e coisa considerada seria, pois, melhor expresso como o fato que, tomada a expressão ‘em si mesmas’ adverbialmente, *não haveria erro* no passo que leva da consideração às coisas. Vamos, doravante, adotar essa solução da questão (a).

Essa escolha exegética tem, por seu turno, conseqüências para a formulação da questão (b). Na versão revisada, tratar-se-ia do problema de determinar exatamente como a

²⁵ ALLISON, H. ‘The non-spatiality of things in themselves for Kant’ (in.: *Journal of the History of Philosophy*), p. 321.

leitura adverbial corrobora a inferência dos conceitos às coisas e, por outro lado, estabelecer por que a análise adjetiva a compromete. Em outras palavras, consistiria na demarcação da influência que uma ou outra análise exercem na justificação da premissa (iv), consolidada como o condicional que assevera o vínculo entre um fato sobre conceitos e um fato sobre as coisas. Podemos, agora, voltar-nos a esse ponto.

A virtude do texto anterior não reside, porém, na clareza da resposta à questão (b). Tentaremos, inicialmente, distinguir as diversas razões ali aduzidas para mostrar que a leitura adverbial fundamentaria o enunciado (iv). Depois, avaliaremos os argumentos apresentados, procurando destacar aquele que realiza de forma mais satisfatória essa demonstração.

Allison reporta-se ao contraste *kantiano* entre os sentidos empírico e transcendental da distinção entre aparições [*Erscheinungen*] e coisas em si mesmas [*Dinge an sich selbst*].²⁶ O intérprete associa, como em outras ocasiões,²⁷ a oposição entre os dois sentidos com a divisão entre as teorias aspectual e dos dois mundos. Na acepção empírica, a distinção supostamente discriminaria dois tipos de entidades, de um lado, o objeto físico, de outro, sua representação. Assim, a incompetência em discernir claramente as duas acepções poderia dar ensejo à tese dos dois mundos, i.e., à suposição que também a distinção transcendental seria uma separação entre as coisas: as coisas como realmente são e suas meras representações. Na tese dos dois aspectos, como sabemos, os termos da distinção não remetem a entidades ontologicamente distintas, já que a coisa em si mesma seria o *objeto empírico* considerado abstração feita das condições da sensibilidade.

Além disso, Allison sugere naquele fragmento uma segunda consequência da confusão entre o empírico e o transcendental. Não reconhecer o que é característico do significado transcendental da expressão ‘coisas em si mesmas’ poderia levar-nos a admitir uma diferença

²⁶ Cf. *KrV*. B62-3.

entre a coisa em si mesma como ela *realmente é* e o modo como a *consideramos*. Em contrapartida, quando superada a imprecisão, essa diversidade seria revelada improcedente e ilegítima. Novamente, as últimas linhas da citação elucidam o tema em foco. Na reflexão transcendental, tomada em sentido próprio, representar as coisas em si mesmas é representá-las como elas *realmente são*, isto é, “*independentemente de sua relação com a mente humana e suas formas cognitivas*”. O autor não afirma que não podemos distinguir a coisa em si mesma de sua representação, mas simplesmente que na concepção transcendental, nós necessariamente consideramos as coisas como elas realmente são. Pois, segundo o texto, não haveria sentido em insinuar que as coisas pudessem ser diferentes de, i.e., não correspondentes à sua consideração.

Para sustentar a sua posição, o intérprete apóia-se nas especificações gramaticais de Gerold Prauss. A análise adverbial da expressão ‘em si mesmas’ indicaria o sentido exato e rigoroso da representação transcendental das coisas em si mesmas. Assim, caberia à tese adverbial mostrar por que, na reflexão transcendental, não poderia haver aquela diversidade entre as coisas em si mesmas e nossa consideração. Por outro lado, Allison parece também recorrer à distinção entre as leituras adjetiva e adverbial para demarcar a oposição entre as teorias aspectual e dos dois mundos. Esse procedimento aparenta ser igualmente adotado na passagem da resposta a Guyer no artigo de 1996. Quando afirma que a expressão ‘em si mesmas’, enquanto adjetivo, caracterizaria o *tipo* de coisas considerado e não o modo de consideração, o autor dá a entender que a análise adjetiva implicaria uma distinção de dois mundos, entre dois tipos de coisas. O adjetivo ‘em si mesmas’ operaria de forma restritiva, circunscrevendo, na esfera que abrange todas as coisas, o subdomínio das entidades supra-sensíveis. Já as aparições constituiriam outro subconjunto daquela esfera. Na leitura adverbial, essa divisão ontológica seria inviável, pois a expressão ‘em si mesmas’ não determinaria um

²⁷ Por exemplo, em *Kant’s Transcendental Idealism*, pp. 4-8, ‘Transcendental idealism: a retrospective’. (in.:

tipo de coisas, mas o modo de consideração. A expressão veicularia apenas uma maneira distinta de apreender o mesmo domínio de coisas que é representado pela expressão ‘aparições’.

Aparentemente, nenhuma dessas observações é capaz de fundamentar uma resposta à questão (b) e, por conseguinte, à objeção de Guyer. Em primeiro lugar, se o trunfo do texto citado limitar-se-ia à promoção da teoria aspectual, em detrimento da teoria dos dois mundos, Allison não teria resolvido a dificuldade. Com efeito, constatamos [p.11] que a mera adoção da tese dos aspectos não pareceria implicar o fracasso da objeção. Ademais, em ambos os artigos de 1976 e 1996, o intérprete parece sustentar que a análise adjetiva implicaria a tese dos dois mundos e que a objeção em foco teria como pressuposição essa análise. Entretanto, como pudemos observar [pp.9-10], a posição que Guyer adota ao ilustrar a objeção é distinta tanto da tese dos aspectos quanto da tese dos dois mundos. Perante essas dificuldades, somos tentados a assumir que Allison teria um justo motivo para haver apresentado, na passagem anteriormente citada, aquela segunda conseqüência da confusão entre o empírico e o transcendental [cf. pp.31-2], bem como para haver indicado o papel que a análise adverbial cumpriria na sua dissolução.²⁸

Idealism and Freedom), pp. 3-4.

²⁸ Convém aqui abrir um parêntese para uma recapitulação histórica de algumas associações feitas por Allison. No artigo de 1976, pudemos verificar, o autor relaciona o contraste empírico / transcendental com a divergência entre as interpretações aspectual e dos dois mundos, mediante o apelo à distinção, introduzida por Prauss, entre as leituras adjetiva e adverbial da expressão ‘em si mesmas’. Na página 317, porém, o autor fundamenta a oposição entre as duas teses interpretativas no comentário de Prauss sobre o emprego do termo ‘betrachten’. Prauss argumenta que a expressão mais adequada para exprimir o pensamento de Kant seria a fórmula extensa ‘coisa em si mesma *considerada*’, e não as formas abreviadas ‘coisa em si’ ou ‘coisa em si mesma’. Embora as duas observações lingüísticas possam resultar equivalentes, pois, na fórmula extensa, ‘em si mesma’ é naturalmente tomada como advérbio, nas formas reduzidas, como adjetivo, Allison parece, por vezes, entrever ali uma sutil distinção. No livro de 1983, o intérprete associa o contraste empírico / transcendental com as teses dos dois aspectos e dos dois mundos, mas apela, em favor dessa associação, *apenas* à observação sobre o uso de ‘betrachten’. No artigo de 1993, pp. 3-4, ele retoma implicitamente as mesmas relações estabelecidas no livro anterior. Curiosamente, tanto nesse último artigo quanto no primeiro, de 1976, o intérprete introduz a distinção entre as teses adjetiva e adverbial como resposta ao problema da passagem inferencial da consideração às coisas. Assim, como a mera tese dos aspectos não resolve essa dificuldade, Allison provavelmente assume que a diversidade entre as análises adjetiva e adverbial encerra algo mais do que a oposição entre as duas interpretações da distinção transcendental.

Em segundo lugar, porém, mesmo esse passo suplementar não aparenta ser dirimente. A leitura adverbial deveria garantir que, no sentido transcendental, considerar as coisas em si mesmas é considerá-las como elas *realmente são*, a saber, nos termos de Allison, “*independentemente de sua relação com a mente humana e suas formas cognitivas*”. Ora, isso não parece suficiente para estabelecer a não espacialidade das coisas em si mesmas. Faltaria demonstrar que considerar as coisas independentemente de sua relação com as formas cognitivas é considerar algo não espacial.

Para compreender melhor o problema desse segundo passo argumentativo, cabe atentar para os diversos sentidos da locução ‘considerar a coisa como ela *realmente é*’ e determinar aquele que é visado por Allison. Uma representação que desconsidera o que não está efetivamente separado de seu objeto *pode*, mesmo assim, retratar o objeto como ele *realmente é*. Pois o fato de um conceito prescindir de algo que não está realmente separado da coisa concebida não implica a *falsidade* da concepção. Ao tratar dos modos de abstração, Santo Tomás expõe essa possibilidade com notável clareza:

A abstração pode ocorrer de dois modos: primeiro, pelo modo da composição e divisão, quando entendemos que uma coisa não existe em outra, ou que aquela é separada dessa. Segundo, pelo modo da consideração simples e absoluta, quando entendemos uma coisa sem considerar a outra. Assim, o intelecto abstrair uma coisa de outras que não estão realmente separadas entre si implica, no primeiro modo de abstração, falsidade. Mas, no segundo modo de abstração, abstrair o intelecto coisas que não estão realmente separadas entre si não envolve falsidade, como se vê claramente no caso dos sentidos. Pois se nós entendermos ou dissermos que a cor não está em um corpo colorido, ou que ela é separada dele, haverá erro em nossa opinião ou asserção. Mas se nós considerarmos a cor e suas propriedades sem referência à maçã que é colorida, ou se expressarmos em palavras o que assim entendemos, não haverá erro em tal opinião ou asserção; pois maçã não está na noção de cor e, portanto, a cor pode ser entendida independentemente de maçã.²⁹

Santo Tomás distingue aqui dois modos de abstração, que podem ser denominados, respectivamente, *abstração exclusiva* e “*prescisiva*”. Conforme a primeira modalidade,

²⁹ AQUINO, T. *Suma Teológica* I q.85 a.1 ad.1.

abstraímos de uma coisa A quando consideramos algo B *como* separado de A, por exemplo, quando entendemos *que* a cor não está na maçã. Conforme a segunda modalidade, nossa consideração não exclui uma coisa A de outra coisa B; nós simplesmente apreendemos a coisa B *sem considerar* a coisa A. Nos dois casos, pode-se dizer que B é considerado *separadamente* de A. Nas linhas seguintes ao texto citado, São Tomás explica que, no primeiro modo de abstração, o advérbio ‘separadamente’ determina o entendimento *da parte [ex parte] da coisa*; no segundo modo, porém, ele determina o entendimento *da parte [ex parte] daquele que entende*. Essa diferença esclarece a relação entre os modos de abstração e a falsidade. No primeiro caso, a separação refere-se às coisas. Assim, se B não está realmente separado de A, nossa consideração não é adequada à realidade. No segundo caso, como a separação diz respeito *apenas* ao modo de apreensão, a adequação entre consideração e realidade independe do fato de B estar ou não realmente separado de A.

Destacamos acima que um dos elementos da resposta de Allison consiste na tese que, pressuposta a análise adverbial, considerar as coisas em si mesmas é considerá-las como elas *realmente são*, independentemente de sua relação cognitiva com a mente humana. Ora, essa afirmação *não* constituiria, por si só, uma refutação da objeção, caso significasse apenas que a abstração assinalada pela expressão ‘independentemente’ *não implicaria a falsidade* da consideração. Com efeito, nessa interpretação, se o conceito de coisas em si mesmas fizesse abstração *prescisiva* das formas sensíveis, ele poderia representar as coisas como realmente são, mesmo se elas fossem espaciais. Todavia, ao discutirmos a questão (a) [cf.p.23], foi assentado que a réplica de Allison deve garantir a correção da passagem da determinação do conceito de coisas em si mesmas ao fato da não espacialidade das coisas assim concebidas.

A validade da réplica impõe que a locução ‘considerar a coisa como ela realmente é’ seja tomada em um sentido mais forte, que assegure a não espacialidade das coisas em si mesmas. Dizer que o conceito representa as coisas como elas *são realmente* deve significar

que a separação na *consideração* corresponde a uma separação nas *coisas*. Allison tem duas alternativas, referentes aos dois modos de *separação na consideração* distinguidos por São Tomás, a abstração *exclusiva* e a *precisiva*. A cada modalidade de abstração convém um sentido de correspondência entre a separação na consideração e a separação no considerado. Se a abstração for exclusiva, a correspondência consiste na relação entre a representação da coisa *como separada* das formas sensíveis e o fato de sua separação. Se a abstração for precisiva, o que corresponde ao fato da separação entre coisas em si mesmas e formas sensíveis é antes aquela separação que determina apenas o modo de apreensão, i.e., que determina o entendimento *da parte daquele que entende*. Em outras palavras, no primeiro caso, é a representação *da* separação [genitivo objetivo] o que corresponde à separação real. No segundo, a correspondência reside na relação entre a separação *das* representações [genitivo subjetivo] e a separação real.

Pode-se facilmente verificar que a cada modo de correspondência acima definido corresponde uma leitura distinta da locução ‘considerar as coisas como elas realmente são’. Mais importante aqui, porém, é notar a dificuldade de atribuir à análise adverbial o mérito de fundamentar tais relações de correspondência.

Para Allison, sabemos, a expressão ‘em si mesmas’ designa a abstração das formas da sensibilidade. A tese adverbial acrescenta que essa expressão qualifica antes a *consideração* do que a própria *coisa*. Isso pode sugerir que a abstração das formas sensíveis deva ser tratada como *precisiva*. Pois, conforme a terminologia tomista, essa modalidade de abstração é uma separação na consideração da parte *daquele que entende*, não da parte da *coisa considerada*. Entretanto, nessa interpretação da tese adverbial, o fracasso do argumento de Allison parece inevitável. A premissa (iii) seria a determinação de que o conceito de coisas em si mesmas faz abstração precisiva das formas sensíveis, ou ainda, do espaço. A premissa (iv) enunciaria que, se o conceito de coisas em si mesmas fosse assim definido, as coisas em si mesmas

seriam não espaciais. Ora, não é claro o que poderia fundamentar essa proposição: prescindir um conceito de algo não implica que a coisa representada pelo conceito seja realmente separada do que é desconsiderado [primeira parte da objeção de Guyer; cf. pp.2-3].

A legitimidade do argumento de Allison talvez demande, então, o caráter *exclusivo* da abstração assinalada pela expressão ‘em si mesmas’. O conceito de coisas em si mesmas seria o conceito de coisas *enquanto desprovidas* das formas sensíveis, ou ainda, a concepção das coisas *como não* espaciais. Sem dúvida, essa leitura parece mais capacitada a fundamentar a passagem de um fato sobre a *consideração* das coisas em si mesmas ao fato da não espacialidade das *coisas* assim concebidas. Pois, se o conceito de coisas em si mesmas é definido como a concepção de coisas não espaciais, seguir-se-ia analiticamente que, se *existem* coisas que satisfazem esse conceito, tais coisas não são espaciais.

Essa interpretação encontra certa base textual no artigo de 1976. Em primeiro lugar, no texto em que expõe a objeção a seu argumento, Allison parece dar indicação de compreender a abstração envolvida na noção de coisas em si mesmas como *exclusiva*. “*Mas o crítico poderia perguntar: segue-se do fato que nós consideramos as coisas em si mesmas como carentes dessas propriedades [that we consider things in themselves to lack these properties] que elas realmente careçam delas?*” [grifo nosso].³⁰ Em segundo lugar, em uma passagem do longo texto de resposta transcrito anteriormente, talvez se possa descobrir o esforço de Allison em fundamentar a “*satisfatibilidade*” do conceito de coisas em si mesmas. “[*N*]o sentido transcendental, [...] a coisa como é em si mesma simplesmente é o objeto empírico considerado independentemente de sua relação cognitiva com a mente humana”.³¹ Note-se que a ênfase ao verbo ‘ser’ é dada pelo próprio autor. Se as coisas em si mesmas *são*

³⁰ ALLISON, H. ‘The non-spatiality of things in themselves for Kant’ (in.: *Journal of the History of Philosophy*), p. 320.

³¹ ALLISON, H. ‘The non-spatiality of things in themselves for Kant’ (in.: *Journal of the History of Philosophy*), p. 321.

os objetos empíricos considerados de uma certa maneira, bastaria demonstrar, de um lado, a *existência* dos objetos empíricos, de outro, a *adequação* desse seu modo de consideração, para estabelecer a existência das coisas em si mesmas.

Infelizmente, há também uma série de dificuldades que afetam essa segunda via interpretativa. A primeira retoma a questão (b), já exposta nas páginas anteriores [p.23 e pp.30-1]. Se a validade do argumento de Allison depende da adesão ao caráter *exclusivo* da abstração envolvida no conceito de coisas em si mesmas, a *tese adverbial* parece não ser o único fundamento da resposta à objeção de Guyer. Pois a classificação adverbial da expressão ‘em si mesmas’, se não implica a natureza precívia da abstração designada por essa expressão, ao menos é insuficiente para estabelecer sua natureza exclusiva. Ademais, como entender a alegação de que a tese adjetiva é um dos pressupostos da crítica? Ou ainda, dado o caráter exclusivo da abstração, qual o sentido que se deve conferir à afirmação segundo a qual a expressão ‘em si mesmas’ determina apenas a consideração e não as próprias coisas? Ora, se a expressão ‘em si mesmas’ deve significar uma abstração *exclusiva*, conforme a construção ‘as coisas *enquanto desprovidas* das formas sensíveis’, sua categoria gramatical parece ser antes o *adjetivo*. A não ser que o verbo ‘considerar’ exerça uma função, conquanto implícita, *essencial e irreduzível* na fórmula anterior. Ou seja, uma elucidação perspicua do conceito de coisas em si mesmas teria a irreduzível estrutura: ‘as coisas *consideradas enquanto desprovidas* das formas sensíveis’.

Uma segunda dificuldade refere-se ao título epistêmico da tese da não espacialidade. Vimos que, se o conceito de coisas em si mesmas faz abstração exclusiva das formas sensíveis, seguir-se-ia *analiticamente* que, existindo coisas que satisfaçam esse conceito, tais coisas não seriam sensíveis. A analiticidade desse passo inferencial não comprometeria por completo o caráter *sintético* da tese da não espacialidade, explicitamente defendido no artigo de 1996? Parece haver duas saídas. Em *primeiro* lugar, sustentar que a tese da não

espacialidade dependeria do princípio, supostamente sintético, que determinasse o espaço como forma sensível. Em *segundo* lugar, mesmo que se declarasse analítico esse princípio, haveria uma maneira de defender a natureza sintética da tese da não espacialidade, qual seja, supor que ela dependeria da demonstração da existência das coisas em si mesmas. Sabe-se que, para Kant, todo juízo de existência pressupõe uma síntese.³² Nesse caso, o argumento de Allison assumiria a seguinte configuração: dada a correta definição do conceito de coisas em si mesmas e comprovado que o conceito não é vazio, concluir-se-ia a *tese da não espacialidade*. Todavia, nenhuma dessas soluções faz justiça à declaração contida no referido artigo de que a premissa sintética do argumento seria a *subjetividade* das formas sensíveis.

Finalmente, a maior dificuldade dessa via de interpretação consiste na questão sobre a “*satisfatibilidade*” do conceito de coisas em si mesmas. Sabemos que, além de defender o significado *abstrativo* da expressão ‘em si mesmas’, Allison sustenta a identidade ontológica entre coisas em si mesmas e objetos empíricos. A tese dos dois aspectos é o verdadeiro pressuposto do uso da fórmula conceitual ‘*objetos empíricos considerados em si mesmos*’. Assim, se a abstração que qualifica esse modo de consideração for exclusiva, a locução anterior seria parafraseada nos seguintes termos: ‘objetos empíricos considerados *enquanto desprovidos* das formas sensíveis’. No entanto, essa segunda construção parece conter uma incompatibilidade inevitável.

Face à distinção entre os dois sentidos, subjetivo e objetivo, de condição epistêmica [p.16], pode-se melhor esclarecer a presente dificuldade. Se, por ‘formas sensíveis’, entendem-se as formas *do sujeito* pelas quais ele apreende as coisas sensivelmente, a construção acima talvez seja passível de uma leitura generosa. Pois, em primeiro lugar, parece trivial querer excluir da coisa conhecida aquelas formas que pertenceriam *apenas* ao sujeito

³² Em *KrV*. A598 / B626, Kant afirma que todo juízo de existência é sintético: “[s]e, ao contrário, confessais, como com justiça tem de o confessar todo ente racional, que toda proposição existencial [Existenzialsatz] é sintética ...”.

cognoscente. No cenário tomista, por exemplo, dizer que a coisa conhecida é separada de sua apreensão tem o peso de uma prece matutina. Em segundo lugar, se a abstração exclusiva incide não exatamente sobre as formas subjetivas, mas sobre a *relação* da coisa conhecida com tais formas, também parece restar uma leitura positiva. Os objetos empíricos destituídos da relação com as formas sensíveis seriam aquelas coisas que *podem* estar relacionadas com a sensibilidade, mas que *não* o estão *atualmente*. Entretanto, se as formas sensíveis são as formas *da coisa* pelas quais ela pode figurar na relação cognitiva, não haveria, ao menos à primeira vista, maneira de evitar a *incompatibilidade* da construção.

Para Allison, pudemos observar [pp.15-6], a noção de formas sensíveis que constitui o conceito de coisas em si mesmas seria preferencialmente tomada na acepção objetiva. Os objetos empíricos seriam *dotados* de formas objetivas sem as quais eles não poderiam ser apreendidos pelos sentidos. Por conseguinte, não seria possível considerá-los como destituídos de suas formas objetivas sem incorrer em *falsidade*. Desse modo, o conceito ‘*objetos empíricos desprovidas de formas sensíveis*’ seria vazio. Além disso, se as formas sensíveis do espaço e tempo são, como requer Kant, condições *necessárias* dos objetos empíricos, não seria *possível* excluí-las de tais objetos. A vacuidade do conceito de coisas em si mesmas resultaria, portanto, de uma *incompatibilidade* entre a representação dos objetos empíricos e a exclusão de suas formas sensíveis.

Paralelamente, na primeira seção do presente capítulo, já fora constatada outra conseqüência indesejável da conjunção entre a natureza abstrativa da expressão ‘em si mesmas’ e a teoria dos dois aspectos. Se o conceito de coisas em si mesmas fosse a concepção dos *objetos empíricos* mediante a *desconsideração* de suas formas sensíveis objetivas, o caráter *precisivo* da abstração não apenas seria insuficiente para demonstrar a tese da não espacialidade; pareceria forçoso concluir mesmo a falsidade da tese [segunda parte da objeção

de Guyer; cf. pp.2-3]. Enfim, tudo se passa como se Allison, depois de ter empregado todas suas armas, deixar-se-ia abater pelo inimigo.

Todavia, descontentes com esse desfecho, insistimos na hipótese de que, apesar da aparência, seria possível encontrar nas teses que foram introduzidas por Allison uma resposta à objeção de Guyer. Para explorar essa suposição, é necessária uma especulação sobre o significado profundo do texto, o que naturalmente demanda um esforço teórico que excede à simples exegese. Damos, assim, início a um passo temerário de nossa análise.

2. A resposta de Allison (segunda abordagem):

2.1. Distinção aspectual e identidade:

A tarefa preliminar da investigação subsequente consiste em elucidar o conceito allisoniano de *distinção aspectual*. Constatou-se [p.20], que uma definição direta desse conceito deve ser extraída da caracterização apresentada por Allison da *distinção transcendental*: antes uma distinção entre dois modos em que as coisas podem ser consideradas do que entre tipos de coisas que são considerados.³³ Uma distinção de aspectos, presume-se, já pelo nome, seria uma distinção que contrastaria *aspectos*. No entanto, a anterior caracterização da distinção transcendental não fornece elementos suficientes para esclarecer o que seriam os tais aspectos. Para elucidá-lo, são necessárias algumas observações.

Em primeiro lugar, dizer que a distinção aspectual não contrasta tipos de *coisas* não significa que ela recaia apenas sobre o que é *subjetivo*, i.e., sobre a *consideração* das coisas ou de suas propriedades. Malgrado a formulação de Allison, o que é contrastado na distinção transcendental não são os próprios *modos de considerar* as coisas. Um modo de consideração é uma modalidade do sujeito que considera e não da coisa considerada. Um conceito é um modo de considerar as coisas. Embora a diferença entre os conceitos possa estar fundada em distinções das próprias coisas concebidas, ela é uma distinção de modalidades *do sujeito cognoscente*. Ora, como vimos [pp.27-9], Allison não entende a distinção transcendental como uma discriminação de *conceitos*. Trata-se da oposição entre *coisas* em si mesmas e *aparições*.

Em segundo lugar, ao afirmar que os *aspectos* distinguidos não seriam *tipos* de coisas, o intérprete pretende salientar que coisas em si mesmas e aparições não seriam entidades ontologicamente distintas. A distinção transcendental não contrastaria domínios disjuntos de entidades. Ou seja, poder-se-ia afirmar que o que ocorre nos *termos* de uma distinção aspectual não são entidades ontologicamente distintas; são, pois, as mesmas coisas. Isso permite concluir que o contraste entre as *coisas* e seus *aspectos* cumpre um papel essencial no interior de uma distinção aspectual. Com efeito, se o que é distinguido são os aspectos e se a *mesma* coisa ocorre nos dois termos da distinção, visto que o distinguido não pode, enquanto distinguido, ser o mesmo, deve haver uma distinção entre a coisa e os seus aspectos.

A referida função do contraste entre coisa e aspecto lança luz sobre o problema central do conceito de distinção aspectual: como conciliar a identidade ontológica entre os termos da distinção e o fato que a distinção contrasta aspectos? Em parte, a resposta depende da dissolução de uma ambigüidade superficial. Não se trata de *qualquer* identidade ontológica. O que é identificado são as *coisas*, não os *aspectos* das coisas. Em outras palavras, o que aqui conta como *entidade* não são os aspectos, mas sim as coisas. A distinção entre aspectos não é uma distinção entre *entidades*. Isso não significa que a distinção aspectual não *trate* de entidades concebidas nesse sentido estrito. Como vimos, os *termos* da distinção transcendental são entidades ontologicamente idênticas: coisas em si mesmas e aparições. Desse modo, por exemplo, embora as coisas que satisfaçam os conceitos de *animal racional* e *bípede sem penas* sejam estritamente as mesmas, há uma diferença entre os atributos representados nesses conceitos. Ser um animal racional não é o mesmo que ser um bípede sem penas. Donde poderemos imaginar um animal racional quadrúpede, ou um ser racional emplumado.

³³ cf. ALLISON, H. 'Transcendental Idealism: a retrospective' (in.: *Idealism and Freedom*), p. 3.

Isso não resolve, porém, outra faceta do problema anterior: como seria possível uma distinção cujos termos são ontologicamente idênticos? O que está em questão é a estrutura lógica de uma distinção aspectual. Na tentativa de compreendê-la, pode-se traçar uma fecunda analogia com o problema fregeano sobre a natureza de um juízo de identidade. Frege pretende justificar a introdução do símbolo de identidade em sua “conceitografia”. Com esse intuito, ele é levado a elucidar o valor cognitivo [*Erkenntniswert*] de proposições que expressam a igualdade. Segundo o autor, sentenças da forma $a=a$ valem *a priori* e receberiam, consoante a teoria kantiana, a qualificação de *analiticidade*. Em compensação, proposições da forma $a=b$ freqüentemente promoveriam a *extensão* de nosso conhecimento [*Erkenntnis*] e nem sempre poderiam ser fundamentadas *a priori*.³⁴ Como se sabe, a tentativa de esclarecer os juízos de identidade ampliativos motivou o reconhecimento de uma distinção interna à relação expressas nesses juízos. Desde cedo, já na *Begriffsschrift*, o autor destacou a importância da diversidade entre *modos de determinação* [*Art der Bestimmung*] de um objeto para explicar quando uma proposição da forma $a=b$ não seria arbitrária ou trivialmente verdadeira. Essa noção de modo de determinação é, aliás, o ancestral imediato do conceito fregeano de *sentido* [*Sinn*] de uma expressão, isto é, do conceito de *modo de apresentação* [*Art des Gegebenseins*] do significado de um termo.³⁵

Sem prejuízo para nossa analogia, podemos desconsiderar a polêmica que anima a escola fregeana sobre o vínculo entre as noções de *modo de determinação* e *modo de apresentação*. Interessa-nos apenas chamar atenção para o seguinte fato. Embora a ocorrência de modos distintos de apresentação de um objeto seja imprescindível para a formulação de um juízo de identidade que amplie o conhecimento, isso não pode implicar que as entidades julgadas como relacionadas sejam *mera e simplesmente* os modos de apresentação. Pois, caso

³⁴ FREGE, G. ‘Über Sinn und Bedeutung’ (in.: *Funktion, Begriff, Bedeutung*), p. 40. Veja-se também *Begriffsschrift*, §8.

³⁵ FREGE, G. ‘Über Sinn und Bedeutung’ (in.: *Funktion, Begriff, Bedeutung*), p. 41.

fossem distintos, seria falso identificá-los. Em outras palavras, se uma proposição de identidade trata *apenas* dos *sentidos* das expressões, todo juízo de identidade ampliativo seria falso. Assim, a elucidação da relação de identidade deve ser capaz de conciliar a eventual distinção entre os modos de apresentação de um objeto e a identidade, por que não dizer *ontológica*, dos elementos relacionados.³⁶

Percebe-se, assim, uma certa simetria entre as duas questões acima apresentadas referentes, respectivamente, à distinção aspectual e à relação de identidade. No entanto, se o segundo problema recebe casualmente uma resposta satisfatória sob a égide da distinção fregeana entre sentido [*Sinn*] e significado [*Bedeutung*], o primeiro não desfruta da mesma sorte. Para Frege, sentido e significado compõem o conteúdo de uma mesma expressão. Por exemplo, um termo singular tem por *significado* um objeto, o qual é apresentado de uma certa maneira. O mesmo termo singular expressa [*ausdrücken*] esse modo de apresentação, i.e., o seu *sentido*.³⁷ Assim, em uma proposição de identidade que propõe uma ampliação do conhecimento, haveria, de fato, uma discrepância no conteúdo dos termos que flanqueiam o símbolo de identidade. No entanto, uma vez que esses termos não apenas expressam modos distintos de apresentação de um objeto, mas também designam [*bezeichnen*]²¹ um significado, uma proposição de identidade ampliativa não estaria fadada a apresentar o distinto como idêntico, o que seria falso, antes, ela determinaria como idêntico o que é *apresentado* de modo distinto.

Com respeito à distinção aspectual, pareceria razoável esperar que um princípio análogo à distinção fregeana entre o significado de uma expressão e o modo de apresentação desse significado opere de forma a garantir a conciliação entre a oposição dos aspectos e a

³⁶ A conciliação visada por Frege pretende localizar-se em um ponto intermediário às duas situações que Wittgenstein desqualifica em um conhecido aforismo do *Tractatus*: “[...] dizer de duas coisas que elas são idênticas é um contra-senso e dizer de uma coisa que ela é idêntica a si mesma não é dizer rigorosamente nada” (5.5303).

³⁷ FREGE, G. ‘Über Sinn und Bedeutung’ (in.: *Funktion, Begriff, Bedeutung*), p. 46.

identidade ontológica dos termos da distinção. Na distinção transcendental, por exemplo, as coisas significadas pelas expressões ‘coisa em si mesma’ e ‘aparência’ seriam ontologicamente idênticas, mas *apresentadas* de modos distintos, *com base na* oposição entre os aspectos das coisas significadas. Daí a importância de se falar em modos de *consideração* ao formular a noção de distinção aspectual. Não porque os aspectos fossem acaso modos de considerar, mas já porque a articulação entre a identidade ontológica dos termos relacionados e a oposição entre os aspectos exigiria uma distinção no modo de consideração.

Todavia, isso não responde a questão anterior [p.44] sobre a possibilidade de uma distinção cujos termos sejam ontologicamente idênticos. Se a oposição fregeana entre sentido e significado logra compatibilizar diversidade e identidade na apresentação de uma *relação*, isso se deve, entre outras razões, ao fato que a relação apresentada é, no caso de Frege, a de *identidade*. O alvo de Allison, porém, é a relação oposta, a relação de *diferença* ou *distinção*. Para Frege, se uma proposição que enuncia uma relação de distinção é verdadeira, não seria possível que as expressões que saturam as lacunas do termo relacional ‘... é distinto de ...’ tenham o mesmo significado e difiram apenas quanto ao modo de apresentá-lo. As expressões não poderiam representar as mesmas coisas e diferir somente com respeito ao modo de sua consideração. Com efeito, assim como o juízo de identidade expressaria a identidade do que é *significado* pelas expressões e não dos modos de apresentação de seus significados, esperar-se-ia que a proposição que enuncia uma relação de distinção apresente o contraste entre os *significados* das expressões e não apenas entre os modos de sua apresentação ou consideração.

Recapitulemos. A dificuldade que perturba o entendimento da estrutura de uma distinção aspectual resulta da tentativa de satisfazer duas condições. (i) Primeiro, um enunciado que formula uma distinção aspectual não afirma que *uma* coisa seja distinta de *outra* coisa, pois a distinção não contrasta *tipos* de coisas. Não se trata, por exemplo, da

oposição entre *animais racionais* e *animais irracionais*, porquanto os termos da distinção devem ser ontologicamente idênticos. Ademais, essa exigência de identidade também determina que o referido enunciado não exprimiria uma *oposição entre atributos* satisfeitos pelas mesmas coisas. A distinção aspectual não consistiria, por exemplo, na discriminação entre *ser animal racional* e *ser bípede sem penas*. Pois, se os termos da distinção devem ser ontologicamente idênticos, eles não poderiam se resumir a atributos distintos. (ii) Segundo, o enunciado aparentemente não poderia informar que uma *coisa* seria distinta de *si mesma*, pois supostamente isso acarretaria falsidade. Assim, por exemplo, ele não afirmaria que *animais racionais* são distintos dos *bípedes sem penas*, visto ser incorreta tal assertiva.

A comparação com Frege, à primeira vista inocente, permite extrair uma conclusão adversa. Se a proposição que apresenta uma distinção aspectual expressa o contraste entre os *significados* das expressões, tudo leva a crer que o segundo requisito exposto no parágrafo anterior seria violado. Pois, uma vez pressuposta a oposição entre significado e modo de apresentação, o que, senão os *significados* das expressões, deveria contar como ontologicamente idêntico?

Felizmente, é possível visualizar uma solução da dificuldade apresentada acima. Para conciliar as condições (i) e (ii), convém introduzir algumas ressalvas, o que, no entanto, nos levará a abandonar definitivamente o esquema fregeano da distinção entre sentido e significado.

2.2. Identidade relativa numérica:

Parece haver um sentido em que podemos dizer que uma coisa é distinta de si mesma: podemos dizer que o adulto João é distinto da criança Joãozinho. Essa noção de distinção reclama um conceito especial de *identidade*, que foi sistematizado por Peter Geach e por ele

denominado *identidade relativa*. A identidade relativa é distinta da identidade leibniziana, pois não impõe a indiscernibilidade dos termos identificados. Na acepção relativa, João e Joãozinho são idênticos *com respeito a um aspecto*, i.e., são o mesmo *homem*.³⁸

A importância dessa noção de identidade para a compreensão de uma distinção aspectual, em particular, da distinção transcendental, como Allison a compreende, revela-se na possibilidade da atribuição de predicados opostos aos termos identificados quanto a um aspecto. Por exemplo, a criança Joãozinho tem baixa estatura e o adulto João tem estatura elevada. Se Joãozinho é o mesmo *homem* que João, então uma mesma coisa, a saber, um mesmo homem, é tanto alto quanto baixo. Ou ainda, um mesmo homem é tanto alto quanto não é alto. Certamente, esse último enunciado exige qualificação, sob pena de violar o princípio de não contradição. Para dissolver a aparente inconsistência do enunciado, seria necessário explicitar o *tempo* em que os predicados ‘ser alto’ e ‘não ser alto’ são verdadeiros do homem em questão.

Todavia, o exemplo anterior não é suficiente para elucidar a distinção transcendental. A predicação de pares opostos àquela mesma coisa que é tanto aparição quanto coisa em si mesma não escapa da acusação de inconsistência pela mera distinção de “índices temporais”. Não estaria correto afirmar que essa coisa seria, em um certo tempo, espacial, em outro tempo, não espacial.

Em um artigo destinado à exposição e ao aprimoramento da noção de identidade relativa, Peter Geach abstém-se de ilustrá-la mediante exemplos envolvendo entidades que sobreviveriam à mudança.³⁹ Não obstante, o exemplo apresentado nesse artigo, a identidade relativa entre ocorrências [*tokens*] de grafismos, é também insuficiente para a elucidação da distinção transcendental. Um *token* da letra ‘A’ na página 19 de um certo livro é o mesmo tipo

³⁸ Cf. GEACH, P. *Mental Acts*, pp. 69-71. Para Geach, o uso de um nome próprio pressupõe um critério de identidade que seria expresso pela fórmula ‘... é o mesmo *homem* que ...’.

[*type*] de letra que um *token* da letra ‘A’ na página 20 do mesmo livro. As duas ocorrências da letra ‘A’ são, com respeito ao tipo, idênticas. O problema desse exemplo é que a identidade em foco não seria *numérica*, mas *específica*. A identidade relevante no caso da distinção transcendental é, porém, justamente a identidade numérica.

Em suma, a interpretação de Allison exigiria a *identidade numérica* entre aparições e coisas em si mesmas, mas também uma distinção entre os termos identificados que não dependeria de índices temporais, i.e., da determinação do tempo em que predicados opostos são verdadeiros de uma e mesma coisa. Casualmente, é no debate aristotélico sobre o *princípio de não contradição* que encontramos referência a uma distinção dessa natureza. Em várias ocasiões, Aristóteles reporta-se à possibilidade de atribuição de predicados opostos a uma mesma coisa, atribuição cuja coerência não dependeria de uma distinção entre índices temporais, mas de qualificações de outra ordem.

Se, então, é impossível afirmar ou negar verdadeiramente ao mesmo tempo, também é impossível que contrários devam pertencer a um sujeito ao mesmo tempo, exceto se ambos pertencerem a ele em relações particulares, ou um em uma relação particular e o outro sem qualificação.⁴⁰

Quais seriam as qualificações não temporais que possibilitariam a predicação de opostos a uma mesma coisa? Ademais, que tipo de atributo é passível de ser afirmado e negado de uma mesma coisa sob uma qualificação não temporal? Uma resposta à segunda questão é apresentada nos *Tópicos*:

³⁹ GEACH, P. ‘Identity’ (in.: *Logic Matters*), pp. 238-47.

⁴⁰ ARISTÓTELES. *Metafísica*, Γ, 6, 1011^b10-25. A mesma tese é apresentada em *Refutações Sofísticas*, 25, 180^b25-30, todavia, sem a ênfase à distinção entre as qualificações temporais e as demais qualificações: “[...] é impossível que contrários, opostos e uma afirmativa e uma negativa pertençam à mesma coisa sem qualificação; nada impede, porém, que pertençam em um respeito, relação ou maneira particular, ou que um pertença em um respeito particular e o outro sem qualificação.” Além disso, a possibilidade de atribuir predicados contraditórios a uma mesma coisa mediante a distinção de qualificações não temporais parece estar prevista na própria enunciação aristotélica do princípio de não contradição: “[...] o mesmo atributo não pode, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer ao mesmo sujeito e no mesmo respeito; para nos guardarmos de objeções dialéticas, devemos pressupor quaisquer outras ressalvas que possam ser aduzidas.” [grifo nosso] [*Metafísica*, Γ, 3, 1005^b19 ss.]; “[...] é impossível que atributos contrários pertençam ao mesmo tempo ao mesmo sujeito (as

[...] pois, no caso dos acidentes e em nenhum outro, é possível que algo seja verdadeiro em um certo respeito e não universalmente. [...] Pois nenhum desses atributos [definição, propriedade, gênero] pode pertencer e não pertencer segundo um aspecto; eles devem ou pertencer ou não pertencer absolutamente. No caso dos acidentes, ao contrário, nada impede que um atributo (e.g. brancura ou justiça) pertença segundo um aspecto, de sorte que não é suficiente mostrar que a brancura ou justiça pertencem a um homem para mostrar que ele é branco ou justo; pois é possível contestar e dizer que ele é branco e justo apenas segundo um aspecto.⁴¹

Nesse texto, Aristóteles expõe a tese que os *acidentes* são os únicos atributos que podem pertencer e não pertencer a uma mesma coisa sob distintas qualificações. Além disso, o filósofo apresenta dois exemplos de atributos acidentais que atenderiam a essas condições: a brancura e a justiça. Conforme sua elucidação, um mesmo homem seria, em parte, branco, em parte, não branco. Nas *Refutações Sofísticas*, Aristóteles retoma o mesmo exemplo, agora melhor determinando as qualificações sob as quais o atributo da brancura seria atribuído e negado a um mesmo homem: “[...] ‘suponha que um hindu seja sobretudo negro, mas branco com respeito aos seus dentes; então ele é tanto branco quanto não branco’.”⁴² Embora o autor entenda o enunciado anterior como ilustração de um sofisma, por essa razão a ocorrência de aspas, sua intenção no contexto é negar que o fato de ser o hindu branco quanto aos dentes e negro quanto à pele permita concluir que o hindu seja, *sem quaisquer qualificações*, tanto branco quanto não branco. Poder-se-ia no máximo concluir que o hindu, *quanto aos dentes*, é branco, *quanto à pele*, não é branco.

O breve exame dos textos anteriores garante uma caracterização preliminar das qualificações não temporais que tornariam possível atribuir opostos a uma mesma coisa. Na ausência de uma distinção entre “índices temporais”, poder-se-ia recorrer ao contraste entre

qualificações usuais devem também ser pressupostas nessa proposição).” [grifo nosso]. [*Metafísica*, Γ, 3, 1005^b26 ss.].

⁴¹ ARISTÓTELES. *Tópicos*, II, 1, 109^a10-20. Vejam-se também *Tópicos* IV, 1, 120^b30-5; IV, 5, 125^b35-40; IV, 5, 126^a15-20.

⁴² ARISTÓTELES. *Refutações Sofísticas*, 5, 167^a5-10. Em seguida, 167^a10-5, é apresentada uma variação do exemplo anterior: “suponha que um homem assumisse que o etíope é negro e, então, perguntasse se ele é branco com respeito aos seus dentes; assim, se ele é branco naquele respeito, ele poderia pensar, ao finalizar sua indagação de modo redutivo, ter argumentado que ele é tanto negro quanto não é negro.”

“índices espaciais”, a fim de eliminar aparentes contradições. Os predicados opostos ‘ser branco’ e ‘não ser branco’ seriam atribuídos verdadeiramente a uma mesma coisa, um mesmo homem, graças à distinção entre as partes espaciais desse homem.

Infelizmente, o modesto resultado dessa leitura, além de ser alvo de várias críticas, não parece interessar a Allison. O exemplo de Aristóteles é incapaz de explicar a distinção transcendental. A atribuição dos predicados ‘ser espacial’ e ‘não ser espacial’ àquela mesma coisa que é distinguida como aparição e coisa em si mesma não poderia depender da discriminação entre partes espaciais dessa coisa. É trivialmente falso afirmar que uma coisa seria espacial com respeito a uma de suas partes espaciais, mas não espacial com respeito a outra.

A infecundidade do exemplo aristotélico não justifica, contudo, o abandono imediato dessa linha de investigação. Em primeiro lugar, não se demonstrou que, no intuito de dissolver contradições aparentes, índices espaciais são a única alternativa para as qualificações temporais. Em segundo, sequer foi esclarecido o caso, referido tanto na *Metafísica* quanto nas *Refutações Sofísticas*, em que um dos opostos seria predicado sob qualificação e o outro sem qualificação. Por fim, resta sempre a possibilidade de melhor compreendermos a distinção transcendental se determinarmos com maior detalhe por que os exemplos de Aristóteles não se aplicariam a Kant. Sendo assim, daremos prosseguimento à análise da noção de *identidade relativa numérica*, começando por finalizar a tarefa de reconhecer o seu emprego em Aristóteles.

2.3. Identidade relativa numérica e juízos reduplicativos:

Nos textos supracitados, Aristóteles pretende determinar as condições necessárias para a atribuição de predicados *opostos* a uma *mesma* coisa. Não seria possível atribuir sem

falsidade os predicados ‘ser branco’ e ‘ser não branco’ *diretamente* ao hindu. Pelo menos, um dos opostos deveria ser atribuído mediante *qualificação*, quando não, os dois predicados:

- $$\left\{ \begin{array}{l} \text{(a) o hindu, quanto aos dentes, é branco;} \\ \text{(b) o hindu, quanto à pele, não é branco, é negro.} \end{array} \right.$$

Se atributos opostos forem designados pelos termos predicativos de enunciados cujo *sujeito de predicação* é o mesmo, sem que disso resulte qualquer contradição, alguma diferença deve haver no significado das expressões complementares, isto é, dos termos que *não* representam os predicados atribuídos. Fosse o significado dessas expressões estritamente o mesmo, dever-se-ia concluir que os predicados não seriam, de fato, opostos. É o que se constata na tentativa de reduzir os qualificativos ‘quanto aos dentes’ e ‘quanto à pele’ a constituintes do predicado dos enunciados acima. Por certo, os termos predicativos ‘ser branco nos dentes’ e ‘ser negro na pele’ não designariam atributos opostos. Aristóteles, que investiga as condições de atribuição de *opostos* a uma mesma coisa, não parece aceitar essa redução. Antes, optaria por reconhecer nas expressões ‘o hindu, quanto aos dentes’ e ‘o hindu, quanto à pele’ os *termos do sujeito* dos enunciados (a) e (b). Nesse caso, uma vez que tais expressões viabilizariam a predicação de opostos a uma mesma coisa, seria necessário pressupor alguma distinção essencial entre os seus significados.

Essas considerações garantem, desde logo, uma elucidação provisória do emprego que a noção de identidade relativa numérica obtém no quadro teórico aristotélico. A noção de *identidade relativa* compreende a igualdade entre termos que, mesmo sendo *numericamente* idênticos, admitem uma certa *distinção*. Isso é mais intuitivo no caso da mudança. As expressões ‘João’ e ‘Joãozinho’ designam um mesmo ser humano. Pode-se, assim, afirmar que João é o mesmo *homem* que Joãozinho. Essa igualdade comporta, no entanto, uma certa diferença entre os termos identificados. É o que tornaria possíveis enunciados que expressam modificações daquele ser humano, por exemplo, a afirmação que o menino Joãozinho é agora

João. Analogamente, o parágrafo anterior mostrou que, embora as expressões ‘o hindu, quanto aos dentes’ e ‘o hindu, quanto à pele’ designem uma mesma coisa, o seu *significado* não poderia ser exatamente o mesmo. A identidade entre o *significado* daquelas expressões não é absoluta, mas sim relativa a um aspecto.⁴³

A aplicação do conceito de identidade relativa numérica a situações de atribuição de opostos, em especial, ao exemplo do hindu, requer o esclarecimento detalhado do modo como o significado de expressões como ‘o hindu, quanto aos dentes’ e ‘o hindu, quanto à pele’ acolheria tanto uma identidade quanto uma diferença. Abordaremos essa questão pela perspectiva do *juízo*, começando por examinar o que, além da oposição entre os predicados, haveria de distinto entre os enunciados (a) e (b).

A diferença não pode estar no *sujeito último de predicação*. O sujeito último, ou ainda, para usar o vocábulo dileto dos medievais, o *suppositum* de ambos os juízos é o mesmo. Uma mesma coisa, o hindu, com os seus atributos essenciais e acidentais, seus dentes, sua pele, suas cores é o *suppositum* dos dois enunciados. No entanto, conforme o arrazoado anterior, haveria uma necessária distinção entre o significado dos *termos do sujeito* daqueles juízos. O problema que aqui se impõe é, enfim, determinar como pode haver uma diferença entre o significado das *expressões do sujeito* de enunciados que, como (a) e (b), possuem o mesmo *suppositum*. Em outras palavras, cumpre elucidar o modo de significação daquelas *expressões do sujeito* que, apesar da divergência entre os seus significados, não impedem que o *sujeito último* dos enunciados em que elas tomam parte seja o mesmo.

Para uma resposta a essa questão, procederemos à execução de duas tarefas preliminares. Primeiro, a confirmação da legitimidade e relevância do problema. Segundo, o

⁴³ Em que medida o reconhecimento de uma distinção e identidade no que é *significado* por certas expressões representa um afastamento em relação à teoria fregeana será indicado mais adiante.

esclarecimento do sentido em que se pode dizer que a atribuição de opostos a uma mesma coisa *depende* de aspectos qualificativos.

A realização da primeira tarefa foi iniciada recentemente, com a exposição de uma das condições necessárias para a atribuição de *opostos* a uma *mesma* coisa. A predicação dos *opostos* dependeria de uma divergência entre o significado dos termos do sujeito. Se enfocarmos, agora, não mais a oposição entre os predicados, mas a *identidade* da coisa à qual são atribuídos, poderemos destacar um segundo requisito da atribuição: os termos do sujeito devem significar uma *mesma* coisa.⁴⁴ Isso implica, em particular, que os enunciados (a) e (b) não podem ser reduzidos a proposições que tratam simplesmente de *partes* do hindu e não do hindu como um *todo*. Seria inadequado converter os enunciados (a) e (b) em proposições como ‘os dentes do hindu são brancos’ e ‘a pele do hindu é negra’.

Com efeito, deve-se naturalmente reconhecer uma diferença entre discorrer sobre uma coisa e discorrer sobre as partes dessa coisa. Atribuir um predicado às *partes* de uma coisa não é o mesmo que atribuí-lo à coisa significada em seu *todo*.⁴⁵ Uma vez reconhecida essa diferença, observa-se que a redução acima mencionada ensejaria uma teoria bastante peculiar acerca da possibilidade de atribuição de opostos: não seria possível atribuir sem falsidade predicados opostos a uma coisa considerada em seu *todo*; os opostos poderiam ser atribuídos apenas às partes dessa coisa. Todavia, não é isso o que diz Aristóteles. Ele não afirma que

⁴⁴ Apesar de Aristóteles ser muito explícito quanto a compreender as palavras como símbolos das afecções da alma e não das coisas mesmas [*De Interpretatione* 1, 16^a1-5], cremos dispor de boas razões para adotar o modo de expressão aqui empregado. Em primeiro lugar, um realista como Aristóteles não haveria de sustentar que nosso discurso trate primeiramente das afecções da alma e não das próprias coisas. As afecções simbolizadas pelas palavras são nosso acesso à realidade: *semelhanças* das coisas, como ainda dirá o filósofo na seqüência do Tratado [16^a5-10]. Desse modo, com alguma licença, podemos dizer que os termos do sujeito dos enunciados que representam a convivência de atributos opostos *significam uma mesma coisa*. Em segundo lugar, como nosso propósito é traçar uma distinção entre as concepções aristotélica e fregeana da identidade, cumpre isolar aquelas diferenças entre os dois autores que julgamos acidentais para o ponto em discussão.

⁴⁵ Certamente, dizer que a coisa como um *todo* seja predicada de atributos não impõe admitir que possamos apreendê-la e significá-la em sua *totalidade*. É importante frisar, no entanto, que a tese da parcialidade de nossa apreensão constitui apenas a segunda metade da lição expressa no aforismo escolástico “*toto, sed non totaliter*”. A outra metade é igualmente relevante. Deveras, Aristóteles não deixaria de reconhecer, nessa mesma fatal e

atributos opostos possam ser com verdade predicados somente das partes das coisas. Pelo contrário, o filósofo investiga as condições para se atribuir predicados contrários a uma mesma *coisa*. É com essa e não outra intenção que ele escreve que a atribuição ou pertinência dos opostos à *coisa* deve ser qualificada.⁴⁶

Ademais, se há alguma relação de prioridade entre os enunciados (a) e (b) e as proposições ‘os dentes do hindu são brancos’ e ‘a pele do hindu é negra’, ela consistiria preferencialmente na ordem inversa àquela favorecida pela redução. Como se sabe, Aristóteles defende a tese que a *substância* seria o substrato último de atribuição. Essa tese deve ser compreendida em estreita conexão com o princípio da anterioridade ontológica da substância. Dois aspectos estão envolvidos nessa premissa. Em primeiro lugar, o ser dos atributos, sejam eles essenciais ou acidentais, é tributário do ser da substância. Em segundo lugar, as partes da substância dependem de seu *todo*, porquanto ela não se resume a um *agregado* de partes. Ora, mesmo consentindo que parte não seja atributo, antes, *ter uma parte* é o que contaria como propriedade, é razoável assumir que, se o mesmo atributo é predicado tanto da substância em seu *todo*, quanto das partes da substância, a primeira predicação, não a segunda, seria mais fundamental.

Pode-se, assim, concluir que as expressões do sujeito dos enunciados (a) e (b) significariam uma mesma coisa em seu *todo*, vale dizer, a mesma *substância*, o hindu, e não meramente partes dessa substância, os dentes ou a pele do hindu. Em outras palavras, as locuções ‘o hindu, quanto aos dentes’ e ‘o hindu, quanto à pele’, na condição de termos do sujeito das proposições (a) e (b), significariam um mesmo *substrato de atribuições*, o mesmo *suppositum* em seu *todo*. Essas conclusões permitem justificar o problema que está sendo examinado, bem como evidenciar sua gravidade e profundidade. Trata-se, pois, de esclarecer

inevitável parcialidade, a possibilidade de um discurso sobre as *coisas*, isto é, sobre as coisas em seu *todo* e não meramente sobre as *partes* das coisas.

⁴⁶ cf. *Metafísica*, Γ, 3, 1005^b19 ss.; Γ, 3, 1005^b26 ss.; Γ, 6, 1011^b10-25; *Refutações Sofísticas* 25, 180^a25-30.

como podem duas expressões significar o mesmo *suppositum* e, simultaneamente, diferir em significado.

Passaremos, agora, à execução da segunda tarefa: definir o sentido em que a atribuição de predicados opostos é considerada *dependere* dos aspectos qualificativos. A atribuição de brancura ao hindu dependeria da referência a certos aspectos do mesmo. Essa dependência diz respeito à *verdade* do vínculo predicativo. A atribuição da brancura ao hindu enquanto tal, i.e., enquanto designado como *hindu*, porém, sem o destaque suplementar a algum outro aspecto do mesmo, por exemplo, à sua pele ou aos seus dentes, *não seria verdadeira*. O predicado ‘... é branco’, quando atribuído absolutamente, i.e., sem qualificação, ao hindu, constituiria um juízo falso. Não fosse assim, também seria correto atribuir-lhe sem qualificação os predicados ‘... é negro’ ou ‘... é não branco’; donde resultaria a contradição: o hindu é branco e não branco.

A verdade da atribuição da brancura ao hindu exigiria, portanto, enunciados nos quais ele não seria simplesmente referido enquanto tal, mas designado por uma expressão que, ao fazer referência a outro aspecto seu, lograria qualificar a relação predicativa. A remissão aos aspectos qualificativos não é, contudo, uma condição *suficiente* da verdade de tais enunciados. Se o termo do sujeito fosse a locução ‘o hindu, quanto à pele’, a predicação da brancura seria *falsa*. Assim, a atribuição da brancura ao hindu tem como condição de verdade não apenas a referência a outros aspectos desse indivíduo, mas o enfoque dos aspectos que *corretamente* qualificam o nexu predicativo.

A exata compreensão do vínculo entre predicados opostos e aspectos qualificativos depende, todavia, de uma investigação mais abrangente. Em especial, caberia esclarecer a função lógica que, exercida pelas locuções qualificativas ‘quanto aos dentes’ e ‘quanto à pele’, nos autorizaria a considerá-las como constituintes das expressões do sujeito dos enunciados (a) e (b). Em linhas gerais, contudo, poderemos avaliar a contribuição dos termos

qualificativos para a significação do sujeito do juízo, quando passarmos à resolução do problema central da presente seção, qual seja, entender como o significado das expressões do sujeito daqueles enunciados pode conciliar identidade e diferença. Por ora, desejamos reforçar os resultados já obtidos.

Vimos que a dependência entre a atribuição de predicados opostos e os aspectos qualificativos está relacionada a certos condicionantes da verdade dos juízos. A atribuição de um mesmo predicado ao hindu pode ser verdadeira ou falsa, dependendo da expressão que é usada para referi-lo. Caso a expressão não destaque os aspectos que corretamente qualificam a predicação, o juízo será falso. Também haverá falsidade, se a expressão não fizer remissão a nenhum aspecto qualificativo. Do hindu enquanto tal, bem entendido, significado em seu *todo*, mas sem a referência complementar a certos aspectos, não é correto afirmar que ele seja branco ou que seja negro. É antes a negação dessas predicacões o que seria verdadeiro.

Observe-se que essa negação é bem diversa daquela expressa no enunciado ‘o hindu, quanto à pele, *não é branco, é negro*’. Aqui, a negação *determina* o sujeito do juízo com respeito a uma outra coloração que não a brancura. Já no primeiro caso, ela exprime, por assim dizer, a *indeterminação* do sujeito no tocante aos atributos opostos: o hindu, considerado em si mesmo, i.e., simplesmente como hindu, *não é branco nem negro*, ou ainda, *não é branco nem não-branco*. Esse juízo não se propõe a estabelecer qual seria a pigmentação do hindu. Muito menos pretende determinar que um tal ser humano seja desprovido das cores e matizes compreendidos na ampla disjunção ‘ser branco ou não-branco’. O que a negativa expressa é que o hindu, quando apreendido de um certo modo, *não está determinado* quanto à posse ou à carência dos atributos de cor.⁴⁷

⁴⁷ Há, por certo, que esclarecer a natureza dessa indeterminação. O primeiro desafio é eliminar o fantasma da *indeterminação real*, i.e., a opinião que a realidade independente dos sujeitos cognoscentes estaria ontologicamente indeterminada. A negação de atributos opostos ao hindu enquanto tal não pode significar que o *suppositum* do juízo não esteja determinado quanto às propriedades que possui ou deixa de possuir. Para contornar essa heresia, o caminho seja talvez assumir que a indeterminação em foco tenha um fundo *lógico*, não

Se agora reunirmos as predicacões verdadeiras dos atributos da brancura e negridão aqui apresentadas, obteremos um importante esquema que será empregado futuramente:

- (a) o hindu, quanto aos dentes, é branco;
- (b) o hindu, quanto à pele, é não branco, é negro;
- (c) o hindu, enquanto tal, i.e., considerado sem qualificacão, não é branco nem negro.

A *Lógica de Port Royal*⁴⁸ reúne sob a denominação de *juízos reduplicativos* predicacões que presumidamente reclamariam qualificativos como fundamento de atribuicão. Esse título imponente parece repercutir a prévia e incipiente caracterizacão dos enunciados acima: a expressão do sujeito, além de determinar qual é o substrato dos atributos, lhe consagraria como que uma *segunda* alusão, ao destacar um ou mais aspectos do mesmo, na intencão de qualificar o vínculo predicativo. Afora essa conveniência, restam, porém, algumas divergências entre a doutrina aristotélica e a classificacão de Arnauld & Nicole. A julgar pelos exemplos fornecidos, os autores parecem eleger aquela inscriçã com o objetivo de ressaltar antes um fato lingüístico que uma razã conceitual. Um juízo seria denominado reduplicativo, se a locuçã qualificativa reproduzisse o *termo* inicial da expressã do sujeito, como no enunciado “o rei, *enquanto* rei, *depende apenas de Deus*”. Os exemplos de Aristóteles, diversamente, admitem expressões reduplicativas que não estariam constrangidas a reiterar o termo inicial, como é manifesto nos juízos sobre o hindu.⁴⁹

por ser eventualmente necessária, mas por resultar de um *modo peculiar de apreensã* do sujeito último da predicacão. Veremos, no entanto, que essa segunda interpretaçã também encontra resistências nos compromissos realistas da filosofia aristotélica.

⁴⁸ ARNAULD & NICOLE. *La Logique ou L'art de Penser*, p. 181.

⁴⁹ Em verdade, há diferenças bem mais profundas entre os textos de Aristóteles e a *Lógica de Port Royal*. Arnauld & Nicole defendem a reduçã dos juízos *reduplicativos* a juízos *causais*. Em uma análise perspicua, os qualificativos das predicacões ‘o homem, *enquanto* homem, é racional’ e ‘o rei, *enquanto* rei, depende apenas de Deus’ [cf. p.181] seriam eliminados em favor de construções causais:

O homem é racional, *porque ele é homem*;
O rei depende apenas de Deus, *porque ele é rei*.

Finalmente, como podem as expressões do sujeito dos juízos reduplicativos aristotélicos – enunciados (a), (b) e (c) – significar um mesmo *suppositum* e diferir em significação? Como pode o significado daquelas expressões conciliar identidade e diferença?

Deve-se, primeiro, observar que o *significado* de uma expressão concorre para a determinação do valor de verdade das predicções que a partir dela podemos construir. Em particular, o significado da expressão do sujeito de um enunciado fixa o que se pode verdadeiramente predicar quando se a emprega. Se, como vimos, o valor de verdade efetivo de uma predicção não é alheio às diferenças entre os termos do sujeito dos enunciados (a)-(c), diferenças que graficamente são destacadas pelo segundo fragmento daquelas expressões

O exemplo de Aristóteles resiste a essa redução. Para converter os enunciados (a) e (b), a expressão do sujeito da estrutura causal não poderia ser a mesma que a expressão do sujeito da cláusula que exprime a consequência. Não é correto afirmar que o hindu seja branco porque ele tem dentes. É perfeitamente possível imaginar que seus dentes fossem negros. Melhor, então, seria assumir que o hindu é branco porque seus *dentes* são brancos. Donde resultaria a seguinte proposta de conversão das proposições (a) e (b):

O hindu é branco, porque seus *dentes* são brancos.

O hindu não é branco, porque sua *pele* não é branca.

No entanto, essa última paráfrase encobre o maior obstáculo. Uma vez pressuposto que o hindu possui dentes brancos e a pele negra, poder-se-ia extrair as consequências dos juízos causais anteriores. Obteríamos, assim, a seguinte conjunção: o hindu é branco e não é branco. Ora, a finalidade do apelo que Aristóteles faz a estruturas qualificativas é justamente explicar como podemos atribuir pares opostos a uma mesma coisa. Todavia, a tentativa anterior de reduzir certos juízos reduplicativos a juízos causais desloca, para a partícula causal, os qualificativos que deveriam mediar a predicção e dissolver a aparente contradição. O desfecho dessa redução seria um enunciado *contraditório*, pois já não se poderia alegar que a conjunção acima realizaria a alusão *implícita* a aspectos que qualificassem a predicção.

Desse modo, os autores da *Lógica de Port-Royal* seriam obrigados a recusar que um enunciado como (a) expresse um *juízo composto causal*. Para preservar seu projeto de redução, eles deveriam sustentar que o enunciado consistiria em um juízo *simples* sobre os *dentes* do hindu. Em suma, a forma excêntrica ‘o hindu, quanto à pele, é branco’ daria lugar à estrutura simples ‘os dentes do hindu são brancos’.

Isso, porém, é incompatível com as premissas aristotélicas. O interesse de Aristóteles, vale repetir, é determinar as condições de atribuição de opostos a *uma mesma coisa*. Essa coisa não é senão o sujeito último de predicção, o *suppositum*, o qual o filósofo inequivocamente identifica com a *substância*. No exemplo anterior, as locuções ‘o hindu, quanto aos dentes’ e ‘o hindu, quanto à pele’ são as expressões mais habilitadas a significar a substância em seu *todo* [*toto, sed non totaliter*]. As expressões ‘dentes do hindu’ e ‘pele do hindu’ podem significar apenas *partes* daquela substância. Dentes e pele do hindu não são substâncias, são *partes* de uma substância. Assim, se fosse necessário parafrasear os enunciados (a) e (b) por ‘os dentes do hindu são brancos’ e ‘a pele do hindu é negra’, já não haveria atribuição de predicados contrários a *uma mesma coisa*. E o que é mais grave: seriam considerados *primitivos* enunciados que versam sobre *partes* da substância e não os enunciados que tratam da substância como um *toto*.

(as locuções reduplicativas ‘quanto aos dentes’, ‘quanto à pele’, ‘enquanto tal’), é porque essa segunda parte deve contribuir para o *significado* da expressão completa.

Por enquanto, obtivemos apenas uma formulação mais detalhada do que inicialmente se concluiu acerca da atribuição de predicados opostos: a necessidade de uma distinção entre o significado dos termos do sujeito dos enunciados (a)-(c). Resta, como outrora, justificar a ocorrência das locuções reduplicativas naquela posição, ou, o que vem a ser o mesmo, elucidar o vínculo que há entre significar o *suppositum* do juízo e o papel desempenhado por aquelas expressões. A estratégia adotada consistirá em explorar a unidade semântica entre as duas partes constituintes das expressões do sujeito dos enunciados reduplicativos.

As funções que no *grafismo* são figuradas separadamente, serão reconhecidas como inseparáveis do ponto de vista *lógico*. Pode-se, com acerto, distinguir, como já insinuamos, duas funções realizadas pelo complexo que caracteriza o termo do sujeito dos reduplicativos aristotélicos: (i) especificar qual é o *suppositum* do juízo e (ii) designar o qualificativo da atribuição de um dos opostos [enunciados (a) e (b)], ou ainda, explicitar a desconsideração de todo qualificativo requerido para a sua atribuição [enunciado (c)]. No exemplo apresentado, a locução ‘o hindu’ simboliza a primeira função, as locuções ‘quanto aos dentes’, ‘quanto à pele’ e ‘enquanto tal’ denotam a segunda. Que tais funções possam ser distinguidas, não garante, todavia, que elas sejam separáveis. Em um enunciado como (a), a determinação de qual seja o *suppositum* e a representação do aspecto qualificativo concorrem para a significação do *sujeito de atribuição*.

Suponha-se, para efeitos de argumentação, a tese contrária. Admita-se, por exemplo, que, no enunciado (a), a expressão ‘o hindu’ exerça o papel de significar o sujeito da predicação, sem envolver a função que é destacada pela expressão ‘quanto aos dentes’. A apreensão do sujeito de atribuição impõe certas restrições sobre o que se pode com verdade predicar. Assim, se a expressão ‘o hindu’ representasse isoladamente o sujeito da predicação,

ela importaria, desde já, uma definição sobre o valor de verdade da atribuição dos opostos ‘ser branco’ e ‘ser negro’. Provavelmente, esse modo de representar o sujeito estabeleceria a falsidade da atribuição da brancura e negridão, uma vez que, como se constatou, sem o concurso de aspectos qualificativos adequados, tais atributos não poderiam ser predicados do hindu. O resultado inevitável dessa hipótese é a dissolvência da unidade da expressão ‘o hindu, quanto aos dentes’: a primeira parte, ‘o hindu’, determinaria a falsidade de se predicar a brancura, ao passo que a introdução do qualificativo pela segunda parte, ‘quanto aos dentes’, visaria legitimar tal atribuição. A ocorrência da locução reduplicativa seria ou bem gratuita e, portanto, incapaz de legitimar a predicação da brancura, ou bem incompatível com a primeira parte do complexo.

O presente argumento confirma a íntima conexão entre as duas funções distinguidas acima. Nos enunciados (a)-(c), a combinação da expressão ‘o hindu’ com uma locução reduplicativa permite compor uma unidade de significação do sujeito. Resulta claro, ao menos quando se trata de atribuir verdadeiramente opostos a uma mesma coisa, não haver maneira de significar o sujeito de atribuição que fosse isolada da representação dos aspectos qualificativos. Por outro lado, quando se trata de enunciar a indeterminação da atribuição de opostos a uma mesma coisa, a representação do sujeito demanda necessariamente a desconsideração de todo aspecto que pudesse qualificar a atribuição.

Sem dúvida, permanece ainda intacto um conjunto de dificuldades acerca do papel que as locuções reduplicativas exerceriam na significação do sujeito dos juízos. Infelizmente, devido à sua complexidade, somos obrigados a reservar o tratamento desses problemas para um outro trabalho. Contentemo-nos, apenas, em apresentar algumas questões.

Em primeiro lugar, conviria determinar se é necessário distinguir o *suppositum* de um juízo reduplicativo de seu *sujeito lógico*. Como vimos, a variação do valor de verdade efetivo da atribuição de um predicado a uma mesma coisa depende da substituição do termo do

sujeito usado na predicação. Ora, se o *suppositum* dos juízos permanece exatamente o mesmo, malgrado a substituição dos termos do sujeito, ele pareceria incapaz de fundamentar a variação do valor de verdade efetivo da atribuição. Por outro lado, essa variação exigiria, conforme ponderamos, uma distinção naquilo que é significado pelas expressões do sujeito. Assim, o que é significado por tais expressões, o sujeito do juízo, não poderia ser exatamente o mesmo. Donde, ao que parece, a apreensão do *suppositum* de um juízo reduplicativo não poder coincidir completamente com a apreensão de seu *sujeito de atribuição*.

Em segundo lugar, caso fosse recusada a distinção entre sujeito de atribuição e *suppositum* do juízo, quiçá pela razão de não haver uma diferença entre *substâncias* apreendidas que justificasse uma distinção entre *sujeitos* de predicação, teríamos novas dificuldades. A diferença introduzida pelos termos do sujeito não mais corresponderia à apreensão de *distintos sujeitos de atribuição*. Em vez disso, estaria restringida à *distinção entre modos de apreensão* de um mesmo *suppositum*. Nesse caso, caberia determinar como o valor de verdade efetivo das predicções poderia variar unicamente pela alteração do modo de apreensão do *suppositum*. Seria necessário assumir que os juízos reduplicativos tratariam de nosso modo de apreensão e não apenas do que é apreendido? Mas isso não seria um caso particular da primeira hipótese, i.e., a suposição que o sujeito de atribuição dos juízos reduplicativos não se reduz ao *suppositum*? Além disso, dizer que os juízos (a)-(c) tratam de nosso modo de apreensão não seria incompatível com o realismo aristotélico? Com efeito, para o filósofo, a verdade dos juízos depende antes da realidade que de nossa apreensão. Isso parece valer ao menos para os enunciados (a) e (b), já que a brancura ou negridão de um ser humano não dependeria de *como* nós o *apreendemos*, mas unicamente de *como é* esse ser humano.

Esse é o momento oportuno para se retomar a comparação entre as doutrinas aristotélica e fregeana. Frege apresenta uma explicação engenhosa para as diferenças entre o

valor de verdade de proposições que, pela substituição de termos co-referenciais, seriam conversíveis entre si. Segundo o autor, nessas proposições, os termos substituídos têm por significado o que é comumente o seu sentido [*Sinn*] e não o seu significado usual [*gewöhnliche Bedeutung*].⁵⁰ O desdobramento dessa tese é evidente. Se a substituição de expressões usualmente dotadas de um mesmo significado não for capaz de preservar o valor de verdade da proposição, é porque, em tal contexto, as expressões substituídas não têm o mesmo significado, não são propriamente co-referenciais. Em vez de conter o *mesmo* significado que as demais, cada expressão designaria um dos *distintos modos de apresentação* [*Art des Gegebenseins*] de seu habitual significado.

A explicação fregeana repousa, portanto, sobre a *substituição* do significado usual pelo sentido corrente da expressão, ou ainda, conforme o jargão quineano, sobre a “substituição da referência”. As variações de valor de verdade seriam justificadas por tratarem os enunciados não do que é usualmente significado pelas expressões substituídas, mas sim do modo de apresentação desse significado. As proposições tratariam de coisas distintas – entenda-se, de modos distintos de apresentação – e não de uma mesma coisa – de seu significado usual.

Aristóteles não poderia adotar essa requintada teoria como fundamento de seus enunciados reduplicativos. Como vimos, nos juízos aristotélicos, os predicados opostos seriam atribuídos a uma *mesma coisa*. Por conseguinte, as expressões do sujeito não poderiam conter significados completamente distintos. Ademais, a verdade ou falsidade de juízos como (a) e (b) pareceria depender exclusivamente de como é a realidade e não de nosso modo de apreensão. Ora, apesar de Frege insistir que o *sentido* de uma expressão não seja algo

⁵⁰ FREGE, G. ‘Über Sinn und Bedeutung’ (in.: *Funktion, Begriff, Bedeutung*), p. 43, pp. 51-4, pp. 62-4.

subjetivo,⁵¹ o que talvez sugira o insucesso da identificação entre *modos de apresentação* [*Art des Gegebenseins*] e os *modos de apreensão*, convém, no entanto, lembrar que a objetividade conferida ao sentido é incapaz de promovê-lo à realidade do que o autor denomina mundo exterior [*Aussenwelt*] ou mundo da atuação [*Welt des Wirklichen*].⁵²

Mesmo sem responder as últimas questões,⁵³ alcançamos elementos suficientes para compreender, na medida adequada aos nossos propósitos, a distância entre as doutrinas

⁵¹ FREGE, G. ‘Über Sinn und Bedeutung’ (in.: *Funktion, Begriff, Bedeutung*), pp. 43-5. Veja-se também ‘Der Gedanke’ (in.: *Logische Untersuchungen*).

⁵² FREGE, G. ‘Der Gedanke’ (in.: *Logische Untersuchungen*), p. 43; p. 51.

⁵³ Note-se que uma comparação minuciosa entre as teorias aristotélica e fregeana dependeria não apenas do esclarecimento da *objetividade* que Frege confere ao sentido de uma expressão, como também da resolução do espinhoso problema exposto anteriormente, qual seja, entender como Aristóteles poderia preservar seu estimado realismo, tendo uma vez assumido que a variação do *modo de apreensão* de uma mesma coisa interfere no valor de verdade efetivo dos juízos. No que diz respeito a essa segunda questão, procuramos indicar que a dificuldade é mais premente quando se recusa uma distinção entre o *sujeito* e o *suppositum* do juízo reduplicativo. Pretendemos reforçar esse ponto.

Uma resposta àquele problema não se poderia furtar à demonstração de que a interferência dos modos de apreensão dependa não propriamente da *apreensão*, mas das distinções que se verificam no *apreendido*. Tentemos esboçar o caminho da prova. Inicialmente, caberia ressaltar que um mesmo *suppositum* pode ser representado de diversas maneiras, em função dos *aspectos* distintos que *ele* comporta. Um determinado ser humano é tanto um certo hindu, quanto um certo animal que tem dentes, quanto um certo animal que tem pele. O próximo passo do argumento consistiria em mostrar que a relação dos atributos opostos com uma mesma coisa não seria independente de quais outros *aspectos* constituiriam o ser dessa coisa. A relação de uma coisa com seus atributos seria complexa. Certos atributos estariam relacionados com ela simples e absolutamente. Outros atributos, aqueles que, como a brancura, admitem opostos, estariam relacionados com a coisa graças a certos aspectos da mesma [cf. AQUINO, Tomás. *Suma Teológica* II, I, q.7 a.1. ad.3]. Finalmente, a combinação dos momentos anteriores permitiria concluir que a variação do valor de verdade ocorre, não porque a predicação de um atributo como a brancura trate da apreensão, mas por ela tratar da coisa (*suppositum*) por aquele aspecto (i) que fundamenta um certo modo de apreensão da coisa e (ii) que intervém na relação da coisa com um de seus atributos (brancura).

Ora, a divergência entre defensores e opositores da distinção entre *sujeito* e *suppositum* reflete-se no contraste entre as interpretações dessa vaga e obscura expressão “tratar de uma coisa por um certo aspecto da mesma”. Recusada a distinção, caberia elucidar como a *complexidade* que é expressa nessa obscura caracterização do sujeito de um juízo reduplicativo seria redutível à complexidade do *suppositum*. Em outras palavras, o desafio seria mostrar como pode aquela relação complexa entre a coisa e um de seus atributos opostos determinar uma complexidade do *sujeito do juízo* que seja plenamente coincidente com a complexidade do *suppositum*. [cf. AQUINO, Tomás. *Suma Teológica* III, q.16 a. 8, aa. 10-12; q.35 a.5 ad.1].

No caso da mudança, parece mais razoável que haja uma coincidência entre os complexos. Podemos afirmar simplesmente: Joãozinho é pequeno e João é alto. Ou ainda, João é distinto de Joãozinho. No entanto, quando a atribuição de opostos não pressupõe mudança, afirmações simples como essas parecem inadequadas. Por exemplo, não parece correto dizer que este ser que tem dentes é branco, este ser que tem pele não é branco e um certo hindu não é branco nem negro, se todos eles – o que tem dentes, o que tem pele e aquele hindu – fossem a mesma *coisa*. A predicação pareceria demandar fatalmente uma expressão reduplicativa: este ser que tem dentes, *enquanto tem dentes*, é branco; este ser que tem pele, *enquanto tem pele*, é negro. Não poderíamos afirmar simplesmente: este ser que tem dentes é distinto deste ser que tem pele’. Em vez disso, diríamos: este ser que tem dentes, *enquanto é aquilo que tem dentes*, é distinto deste ser que tem pele, *enquanto é aquilo que tem pele*. Entretanto, os adversários da distinção entre sujeito e *suppositum* parecem obrigados a afirmar que a contribuição de um aspecto qualificativo para o modo de apreensão da coisa (*suppositum*) no juízo reduplicativo

fregeana e aristotélica do significado. Especialmente, pudemos melhor compreender como a teoria aristotélica permite uma concepção de identidade numérica compatível com a distinção dos termos identificados, inclusive quando essa distinção não depende da mudança. Para Frege, se a substituição de expressões dotadas usualmente do mesmo significado acarreta a alteração do valor de verdade, os significados das expressões, no contexto em que são substituídas, seriam distintos e não comportariam nenhuma identidade. Em tais contextos, não se poderia dizer que o significado das expressões seria distinto em certo respeito, mas idêntico sob outro aspecto. Para Aristóteles, diversamente, embora as expressões do sujeito dos juízos reduplicativos signifiquem uma mesma coisa, elas guardam certa distinção, pois admitem a predicação de atributos opostos.

Nas próximas seções, nosso objetivo será fornecer as condições para uma comparação entre o conceito aristotélico de identidade e a interpretação allisoniana da distinção transcendental. Para tanto, vamos propor uma análise da tese da não espacialidade baseada na estrutura de um juízo reduplicativo.

2.4. Juízos reduplicativos e a tese da não espacialidade:

Tentaremos distinguir duas leituras da tese da não espacialidade, ambas amparadas na noção de juízo reduplicativo. A primeira leitura retoma, de certo modo, a interpretação que o Prof. Gerson Louzado desenvolveu em sua dissertação de doutorado, ao discutir o suposto paradoxo da incognoscibilidade das coisas em si mesmas.⁵⁴ A segunda leitura, por sua vez, pretendemos mostrar, é mais próxima da interpretação de Allison, principalmente se tomarmos como referência o artigo de 1996, 'Transcendental idealism: a retrospective'.

ocorreria *essencialmente* por ele fundamentar a apreensão da coisa como um *todo* e não por ele fundamentar uma representação que precisasse ser *acrescentada* a uma prévia apreensão da coisa como um *todo*.

⁵⁴ LOUZADO, Gerson. *Não é não é não: phaenomenon e noumenon na Crítica da Razão Pura* (tese de doutorado, UFRGS, 2003).

Começaremos pela exposição da primeira leitura. Julgamos que a melhor maneira de apresentá-la, seja por motivo de clareza ou por deferência, é sua comparação com a interpretação do Prof. Louzado. Para tanto, uma breve reconstrução dessa interpretação é recomendável.

Ao analisar a tese da não cognoscibilidade das coisas em si mesmas, Louzado recorre à distinção entre juízos infinitos e juízos negativos. Um conceito superior é indeterminado em relação aos conceitos que efetuam a sua divisão lógica. Por exemplo, o conceito de animal é indeterminado quanto às notas que o dividem em conceitos inferiores. Ser animal, enquanto tal, não é ser racional nem ser irracional. Se o conceito de animal fosse já determinado com respeito à racionalidade, o conceito de racional não poderia *dividir* o conceito de animal em dois conceitos inferiores, nos conceitos de animal racional e animal irracional. Assim, a indeterminação do conceito de animal em relação à racionalidade e à irracionalidade é uma condição necessária da divisão lógica desse conceito. Ora, um *juízo negativo* serviria, segundo Louzado, para expressar essa indeterminação lógica do conceito superior em relação aos conceitos que efetuam sua divisão lógica.

Já a negação contida em um *juízo infinito* não expressaria a *indeterminação* lógica de um conceito superior; antes, ela *determinaria* aquilo que é representado pelo conceito do sujeito do juízo. Em termos kantianos, com o juízo infinito, ponho o objeto representado pelo conceito do sujeito no complemento (na extensão ilimitada) do conceito que está no escopo da negação.⁵⁵ O juízo ‘alguns animais são não racionais, ou ainda, são irracionais’ é um juízo infinito. Nesse juízo, os objetos representados pelo termo do sujeito são postos no complemento da esfera representada pelo conceito de ser racional.

Na verdade, o objetivo de Louzado, quando discute o problema da não cognoscibilidade das coisas em si mesmas, não é fornecer uma caracterização exaustiva dos

juízos negativos.⁵⁶ O que lhe interessa é demarcar a negação que expressa a indeterminação lógica de um conceito superior e uma negação que expressa a determinação dos objetos representados por um conceito. Essa distinção é ilustrada pelos seguintes enunciados:

{ O animal, enquanto tal, *não* é racional *nem* irracional;
 { Algum animal é *não* racional, i.e., é irracional.

O *juízo negativo* ‘animal, enquanto tal, não é racional nem irracional’, não determinaria o animal como não racional e não irracional, pois isso seria contraditório; ele simplesmente expressaria a indeterminação do conceito de animal em relação aos conceitos de racional e irracional.

Segundo Louzado, na tese da não cognoscibilidade das coisas em si mesmas, a negação expressaria a *indeterminação* lógica do conceito de coisa em si mesma em relação ao conceito de ser cognoscível. Podemos apresentar essa interpretação resumidamente em dois passos. Em primeiro lugar, seria demonstrado que, para Kant, o conceito de *coisa em geral* é indeterminado em relação aos conceitos de ser cognoscível e ser incognoscível, pois esses últimos efetuariam a divisão lógica do primeiro. O conceito de coisa em geral seria logicamente dividido nos conceitos inferiores de coisas cognoscíveis (aparções) e coisas incognoscíveis (*ens rationis*; *noumena* em sentido positivo). O fundamento dessa divisão lógica, se bem compreendemos, seria a tese kantiana que o conhecimento humano só é possível mediante o concurso de conceitos e intuições *sensíveis*. Já que os *entia rationis*, ou *noumena* em sentido positivo, não poderiam ser representados por intuições sensíveis, eles seriam incognoscíveis.⁵⁷

⁵⁵ Cf. *KrV*. B97.

⁵⁶ Confira-se, por exemplo, o uso que Kant faz dos juízos negativos na resolução da antinomia da razão pura.

⁵⁷ Compreender a profundidade do idealismo kantiano depende, pois, de se determinar a razão pela qual, segundo Kant, aquilo que não pode ser dado na intuição não poderia ser conhecido. Tomás de Aquino reconhece que o conhecimento depende do concurso entre sensibilidade e intelecto. Todavia, mesmo admitindo que Deus

Em segundo lugar, seria demonstrado que a noção kantiana de coisa em si mesma coincide com a noção de coisa em geral (e com a noção de *noumenon* em sentido negativo). O argumento seria o seguinte. A locução ‘em si mesma’ expressa a *abstração lógica* que leva do conceito inferior ao conceito superior. A abstração lógica é a operação inversa da operação de divisão. Enquanto o acréscimo de uma determinação lógica no conceito superior conduz ao conceito inferior, a abstração percorre o caminho contrário, do conceito inferior ao superior. Analisada corretamente, a expressão ‘coisas em si mesmas’ significaria ‘objetos empíricos (aparições), abstração feita das condições sensíveis de conhecimento’. Ora, abstrair das condições sensíveis do conhecimento seria abstrair da nota conceitual responsável pela operação de determinação lógica que, partindo do conceito de coisa em geral, conduz ao conceito de aparição. Assim, o resultado de abstrair, no conceito de aparição, das condições sensíveis de conhecimento, seria o conceito de coisa em geral. Portanto, a noção de coisa em si mesma, por conter uma abstração lógica das condições sensíveis de conhecimento, seria equivalente à noção de coisas em geral.

Combinando os dois passos da argumentação, conclui-se que a *não* cognoscibilidade das coisas em si mesmas significaria a indeterminação lógica do conceito de coisa em geral em relação aos conceitos de ser cognoscível e ser incognoscível. Louzado chega a sugerir, p.228, que a própria *tese kantiana da não espacialidade* das coisas em si mesmas estaria sujeita ao mesmo veredicto. A negação da espacialidade às coisas em si mesmas não teria o caráter de uma determinação das coisas em si mesmas por um juízo infinito, mas sim o

não possa ser dado na intuição sensível, ele não contestaria que possamos conhecer Deus (a *existência* divina). A sensibilidade seria capaz de fornecer condições para uma prova regressiva da existência de Deus. Para Kant, diversamente, o emprego do conceito de causalidade só resulta em cognição, se a categoria for submetida às condições da sensibilidade. Qual é exatamente o ponto de divergência entre os dois autores? Parece estar localizado no modo como cada um deles compreende a exigência de *complementaridade* entre sensibilidade e intelecto. Kant exige uma relação mais estreita. Para termos cognição (da existência) de Deus, deveríamos ser por Ele afetados. Qual o princípio que fundamenta a exigência kantiana e que não seria partilhado por São Tomás?

estatuto de *indeterminação* do conceito de coisas em geral em relação aos conceitos de *ser espacial* e *ser não espacial*.

Passaremos, agora, à apresentação da primeira leitura da tese da não espacialidade baseada na noção de *juízo reduplicativo*. Essa interpretação, em consonância com a exegese de Louzado, também compreende a negação como expressão de uma *indeterminação*. A tese da não espacialidade teria um estatuto análogo ao terceiro enunciado sobre o hindu apresentado anteriormente (enunciado c) [cf. p.58]. Ao negar que o hindu seja branco ou negro, não dizemos que ele seja não-branco e não-negro, não afirmamos que sua cor seja outra que o negro e o branco, por exemplo, o amarelo ou o vermelho. A negação não promove aqui uma *determinação* sobre a cor do hindu. Antes, ela expressa a *indeterminação* do sujeito do juízo no tocante aos atributos da brancura e negridão. O hindu, quando apreendido sem o *destaque* dos aspectos responsáveis pela determinação de suas cores, não está determinado por nenhum dos opostos. Analogamente, a tese da não espacialidade expressaria que, caso considerássemos os objetos empíricos sem o *enfoque* do aspecto que responde pela *determinação* de tais objetos como espaciais, qual seja, a sua relação com as condições da sensibilidade, seria *falso* atribuir-lhes os predicados ‘ser espacial’ e ‘ser não-espacial’. Em outras palavras, dizer que os objetos empíricos, considerados não enquanto empíricos, mas em si mesmos, *não* são espaciais consistiria em expressar a *indeterminação* do sujeito do juízo quanto à espacialidade e à não-espacialidade.⁵⁸

⁵⁸ Na seção anterior, não soubemos decidir se a variação do valor de verdade da atribuição de predicados opostos ao hindu dependeria das diferenças entre os *modos de apreensão* do *suppositum*, ou estaria tão-somente fundada nas distinções do *apreendido* [cf.pp. 61-2]. Nossa suspeita de que o realismo aristotélico imponha a segunda alternativa não foi capaz de garantir uma demonstração segura desse ponto. Em consequência, conservaram-se duas ou três interpretações do enunciado (c). Conforme a primeira, a falsidade da atribuição dos opostos (brancura e negridão) ao hindu enquanto tal estaria fundada apenas no modo de apreensão do sujeito do juízo, resultando, assim, da mera *indeterminação lógica* do conceito do sujeito. Na segunda interpretação, a falsidade da atribuição de opostos receberia, além do esteio no modo de apreensão, um fundamento real. Por fim, talvez estivesse o fundamento localizado exclusivamente na realidade.

Essa indecisão acerca do fundamento da falsidade impede, nesse momento, uma comparação rigorosa entre o enunciado (c) e a tese da não espacialidade. A importância do rigor revela-se na questão sobre o sentido de *indeterminação* que afirmaríamos ser expressa na *tese kantiana*. Tratar-se-ia da mera *indeterminação lógica*,

Há uma diferença essencial entre essa interpretação e a de Gerson Louzado. O *fundamento da indeterminação* expressa pela negação é diverso. Para Louzado, o fundamento da indeterminação é o caráter *genérico* ou *superior* do conceito de coisas em si mesmas. Na interpretação baseada nos juízos reduplicativos, o fundamento não pode ser esse. Lembremos que essa interpretação foi engendrada para elucidar a leitura de Allison, segundo o qual o conceito de coisas em si mesmas é *coextensivo* com e não superior ao conceito de aparição. Ora, o apelo aos juízos reduplicativos foi motivado justamente por essa condição de coextensionalidade. Pois, ao menos nos enunciados reduplicativos sobre o hindu (a-c), os termos do sujeito têm a mesma extensão. O fundamento da indeterminação não estaria, assim, na generalidade do conceito ‘o hindu, enquanto tal’ em relação aos conceitos ‘o hindu, quanto à pele’ e ‘o hindu, quanto aos dentes’, mas sim em não destacarmos os aspectos (pele ou dentes) que tão somente podem determinar a predicação dos atributos da brancura e negridão. O fato de não destacarmos, mediante a expressão ‘o hindu, enquanto tal’, aqueles acidentes não nos conduz a um conceito mais extenso ou superior aos conceitos significados pelas expressões ‘o hindu, quanto à pele’ e ‘o hindu, quanto aos dentes’.⁵⁹

A comparação da tese da não espacialidade com os juízos reduplicativos tem como objetivo elucidar o *modo peculiar de abstração* que, segundo Allison, estaria envolvida na noção de coisas em si mesmas. A abstração das condições sensíveis de conhecimento não

decorrente do *modo de apreensão* do sujeito do juízo, ou de uma indeterminação que, por encontrar um fundamento na realidade, pareceria sucumbir à fantasia de uma indefinição *real* [cf.n.47]? A aproximação de nossa leitura com a interpretação de Louzado sugere, o que ficará mais claro a seguir, que a indeterminação seria de natureza lógica. Já a analogia com o conceito aristotélico de juízo reduplicativo aponta para o lado contrário, ao menos quando insistimos no realismo que Aristóteles parece forçado a incorporar em sua noção. A despeito das aparências, essa segunda via de análise não está imediatamente comprometida com a idéia da indeterminação real. Se o suporte ontológico dos enunciados reduplicativos aristotélicos é a *complexidade* da relação de uma substância com atributos que admitiriam opostos [cf. n.53], podemos compreender o enunciado (c) como afirmando que a substância (o hindu) *não* está *determinada* por nenhuma relação *simples* e *direta* com tais atributos. O enunciado (c) não expressaria, assim, uma indeterminação absoluta, antes, determinaria o *suppositum* como desprovido de relações diretas com os atributos da brancura e negridão. Não obstante nossa hesitação sobre o tema, acreditamos que ela não afetará o que apresentaremos na seqüência do trabalho.

⁵⁹ Além disso, a *generalidade* do conceito de coisas em si mesmas não parece ser o melhor fundamento da suposta indeterminação expressa na tese da não espacialidade. Caso contrário, essa tese não seria muito diferente

seria a operação lógica que leva do conceito inferior ao superior, mas sim a operação de desconsiderar, ou melhor, de não focar o aspecto que tão somente tornaria verdadeira a atribuição da espacialidade aos objetos empíricos. Concluimos anteriormente [cap.I, seção 1.2.] que a singularidade da abstração visada por Allison não poderia ser compreendida com base na peculiaridade da propriedade abstraída (se a propriedade era extrínseca, restritiva, etc.). Agora parece se confirmar nossa conclusão. A questão não respeitaria ao caráter, extrínseco ou restritivo, da propriedade, mas sim à peculiaridade da própria *abstração* envolvida em um juízo reduplicativo, a *abstração do enfoque* a um aspecto que fundamenta a atribuição de um predicado à coisa.

Para uma visão esquemática da comparação, considerem-se os enunciados abaixo:

- $$\left\{ \begin{array}{l} \text{(i) Objeto empírico, enquanto empírico (i.e., enquanto satisfaz as condições da} \\ \text{sensibilidade), é espacial;} \\ \text{(ii) Objeto empírico, em si mesmo (i.e., não enquanto empírico), não é espacial.} \end{array} \right.$$

- $$\left\{ \begin{array}{l} \text{(a) o hindu, quanto aos dentes, é branco;} \\ \text{(b) o hindu, quanto à pele, é negro;} \\ \text{(c) o hindu, enquanto tal, não é branco nem negro.} \end{array} \right.$$

O enunciado (i) está para o enunciado (ii), assim como os enunciados (a) ou (b) estão para o enunciado (c). Certamente, a validade dessa analogia depende de algumas ressalvas e esclarecimentos. Apresentemos, inicialmente, algumas diferenças entre os termos comparados nessa analogia.

do *juízo negativo* que expressa a indeterminação do conceito de *objetos sensíveis* em geral, o qual compreende tanto os objetos do sentido *externo* quanto os objetos do sentido *interno*, em relação à espacialidade.

(1) Vimos que, para Aristóteles, os predicados opostos que seriam atribuídos a uma coisa sob qualificação devem ser atributos *acidentais* da coisa. Por exemplo, os atributos opostos da brancura e negridão são predicados acidentais do hindu. No entanto, essa condição não parece ser satisfeita imediatamente pelo enunciado (i). Realmente, os objetos empíricos são, enquanto empíricos, *necessariamente* espaciais.

(2) Nos dois grupos de proposições acima apresentados, há enunciados onde ocorre a *repetição* do termo principal da expressão do sujeito na locução reduplicativa. Todavia, essa repetição não é comum aos enunciados correlacionados pela analogia. No primeiro grupo, ela ocorre no *enunciado* (i). A expressão ‘empíricos’ é repetida com a função de indicar o aspecto que *determinaria* a predicação da espacialidade. No segundo grupo, se alguma locução reduplicativa repete uma expressão já presente no termo do sujeito, essa locução seria a do *terceiro enunciado*; pois, aos enunciados (a) e (b) não é necessária a repetição da expressão ‘hindu’. A atribuição da brancura e negridão ao hindu depende, é verdade, da referência ao hindu. Mas o que deve ser designado pela locução reduplicativa são seus dentes e pele, não o atributo *ser um hindu*. Já o enunciado (c) permite a repetição do termo ‘hindu’ na locução “reduplicativa”, posto que a expressão ‘o hindu, enquanto tal’ pode ser parafraseada por ‘o hindu, enquanto hindu’. Nesse enunciado, porém, a expressão repetida não designa o aspecto que qualifica a predicação, antes ela contribui para expressar o *fundamento da indeterminação* representada na negação. Em suma, a repetição da expressão principal do sujeito desempenha funções diferentes em cada grupo de enunciados.

(3) A indeterminação no caso do hindu depende da predicação de *pares opostos*. A atribuição da brancura ou negridão ao hindu, enquanto tal, é indeterminada, porque ele tem ou pode ter *mais de uma* cor. O que exige a *qualificação* da predicação dos atributos da brancura e negridão é que o hindu seja não apenas branco, mas também negro. Sem a qualificação (quanto à pele, quanto aos dentes), haveria uma contradição. Portanto, essa contradição só é

uma ameaça, porque o hindu possui atributos opostos. Em contrapartida, a indeterminação na tese da não espacialidade não poderia depender de opostos. Com efeito, a primeira interpretação da tese da não espacialidade à luz dos reduplicativos tem relevância na exata medida em que a indeterminação expressa pela negação não dependeria de um juízo que determinasse os objetos empíricos como não espaciais. Assim, a pertinência dessa leitura depende de não haver nenhum qualificativo, paralelo ao qualificativo da empiricidade, mediante o qual o objeto empírico pudesse ser dito não-espacial. Pressuposta essa leitura, não poderia haver nenhum aspecto A que fundamentasse o juízo infinito ‘o objeto empírico, enquanto A, é não espacial’.

Pretendemos agora mostrar que as discrepâncias anteriores não comprometem a comparação entre a tese da não espacialidade (ii) e os juízos reduplicativos. Começaremos pelo exame da segunda diferença:

É plenamente compatível com a noção aristotélica de juízo reduplicativo que a locução reduplicativa repita uma expressão já presente no termo do sujeito e, não obstante, designe um qualificativo. Considere-se o seguinte exemplo:

- (α) O filho, enquanto filho, não merece ser contratado.
- (β) O filho, não enquanto filho, mas enquanto capacitado profissionalmente, merece ser contratado.
- (γ) O filho, em si mesmo, i.e., não enquanto filho nem enquanto capacitado profissionalmente, não merece ser contratado nem desmerece.

No enunciado (α), a expressão ‘filho’ é repetida na locução reduplicativa. No entanto, ela cumpre ali a função de designar um qualificativo, i.e., um aspecto que determina a atribuição de um dos predicados opostos. Ora, isso é possível em virtude do princípio que uma mesma expressão pode exercer funções lógicas distintas. De um lado, temos a função

lógica que uma expressão cumpre na locução reduplicativa, seja designar o fundamento de atribuição de um predicado, seja expressar a abstração dos fundamentos de atribuição de predicados e, assim, indicar o fundamento da indeterminação da predicação. De outro lado, temos a função lógica que uma expressão exerce ao fixar o sujeito último [*suppositum*] dos juízos reduplicativos.

Nos enunciados sobre o hindu, a expressão ‘o hindu’, quando repetida na locução reduplicativa (‘o hindu, enquanto tal, i.e., enquanto *hindu*’), desempenha a função de expressar a desconsideração dos aspectos que podem fundamentar a atribuição de brancura e negridão ao hindu, i.e., a função de indicar o fundamento de indeterminação da predicação dos atributos *ser branco* e *ser negro*.

- (a) o hindu, quanto aos dentes, é branco;
- (b) o hindu, quanto à pele, é negro;
- (c) o hindu, enquanto tal, i.e., enquanto *hindu*, não é branco nem negro.

Mas o referente dos enunciados sobre o hindu poderia não ser fixado pela expressão ‘o hindu’. Poderia, por exemplo, ser determinado pela expressão ‘este negro’. Nesse caso, os enunciados a-c sobre o hindu deveriam ser parafraseados da seguinte maneira:

- (a’) este negro, quanto aos dentes, é branco;
- (b’) este negro, quanto à pele, é negro;
- (c’) este negro, em si mesmo, bem entendido, não quanto aos dentes nem quanto à pele, não é branco nem negro.

Observe-se que a locução reduplicativa do terceiro enunciado não mais poderia ter a forma ‘enquanto tal’. Caso contrário, o enunciado significaria ‘este negro, enquanto tal, i.e., enquanto negro, não é branco nem negro’. Ora, o aspecto da negridão, significado por ‘enquanto negro’, não pode ser fundamento da *indeterminação* da atribuição dos atributos ser

negro e ser branco. Antes, ele seria um fundamento para a *atribuição* da negridão ao referente do enunciado. Esse fato permite-nos reconhecer uma pequena diferença entre as expressões ‘enquanto tal’ e ‘em si mesmas’. A expressão ‘em si mesmas’ é, por excelência, *abstrativa*. Em uma locução reduplicativa, ela só pode exercer a função de expressar a desconsideração dos fundamentos de atribuição de certos predicados ao sujeito do juízo. A expressão ‘enquanto tal’, por sua vez, não expressa necessariamente uma abstração. Na locução reduplicativa, sua característica primordial é repetir o termo usado para fixar o sujeito do juízo. Dependendo de qual for o termo que fixa o sujeito, a expressão ‘enquanto tal’ exercerá uma ou outra função na locução reduplicativa. Se o termo que fixa o sujeito desempenha, na locução reduplicativa, a função de designar o fundamento da atribuição de um predicado (como acontece no enunciado (α)), a expressão ‘enquanto tal’ cumpre a função de determinar o fundamento da predicação. Se o termo que fixa o sujeito desempenha, na locução reduplicativa, a função de abstrair dos fundamentos de atribuição de certos predicados e, portanto, a função de indicar o fundamento de indeterminação da predicação (como acontece no enunciado (c)), então a expressão ‘enquanto tal’ cumpre a função abstrativa.⁶⁰

Vemos, assim, que a diferença (2) não abalaria nossa tentativa de compreender a tese da não espacialidade com base na noção aristotélica de juízo reduplicativo. Nada impediria que uma expressão fosse reproduzida na locução reduplicativa e, contudo, designasse um qualificativo da predicação. As outras divergências entre os enunciados comparados na analogia anterior [cf. pp.72-3] são, porém, mais profundas e relevantes.

⁶⁰ Uma última observação sobre esse ponto. No exemplo do hindu, se a expressão que fixa o referente for alguma das expressões que expressam os aspectos que qualificam e fundamentam a predicação da brancura e negridão, essa expressão seria, por exemplo, ‘este dentado’. Os enunciados a-c seriam parafraseados da seguinte maneira:

- (a) este dentado, enquanto tal (i.e., enquanto dentado), é branco;
- (b) este dentado, quanto à pele, é negro;
- (c) este dentado, em si mesmo, não é branco nem negro.

Que a expressão deva ser ‘este dentado’, e não ‘os dentes do hindu’, serve de reforço à tese que a análise dos enunciados (a) e (b) em termos de ‘os dentes do hindu são brancos’ e ‘a pele do hindu é negra’ é inadequada.

Na verdade, não surpreende que haja diferenças fundamentais entre os dois conjuntos de enunciados. Há uma distância abissal entre as doutrinas aristotélica e kantiana. Merece especial destaque o vasto abismo que separa o realismo de Aristóteles e o idealismo kantiano. No mínimo, essa oposição já esclarece por que a compreensão da tese da não espacialidade não poderia decorrer exclusivamente do conceito aristotélico de juízo reduplicativo. A tese da não espacialidade é incompatível com o realismo. Kant explicitamente extrai a idealidade transcendental do espaço a partir da tese da não espacialidade (ele demonstra a tese em B42 e, depois, em B44, a partir desse resultado, introduz a idealidade transcendental do espaço). Assim, se a noção de juízo reduplicativo contribui para a compreensão da tese da não espacialidade, ela é, todavia, insuficiente para sua demonstração. A demonstração da não espacialidade das coisas em si mesmas demandaria uma *premissa adicional*, a qual não poderia ser aceita por um realista aristotélico.

No artigo de 1996, Allison afirma que, além das premissas explicitamente reconhecidas na resposta à objeção de Guyer, o argumento em favor da tese da não espacialidade dependeria de um outro princípio, a *subjetividade* das formas sensíveis. Anteriormente [cf. cap.I pp.27-8], tivemos oportunidade de examinar os textos que garantem essa afirmação. Na ocasião, observamos que a estrutura no argumento seria preservada. A tese da não espacialidade seria obtida mediante uma regra de transformação usual (*modus ponens*), a partir das premissas (iii) e (iv). O texto de Allison parecia também sugerir que o princípio da subjetividade não teria relevância para a réplica. A demonstração do condicional exposto no enunciado (iv) talvez então dependesse da mera análise da premissa (iii). Nossa leitura da resposta de Allison [cap.I, seção 1.3] procurou, assim, revelar como ele poderia demonstrar a premissa (iv) sem recorrer à tese da subjetividade.

Até o presente momento, nada concluímos a respeito da resposta de Allison. Temos, de um lado, uma analogia entre a noção aristotélica de juízo reduplicativo e a tese da não

espacialidade, de outro, um conjunto de dificuldades acerca dessa comparação. Mais adiante, retomaremos a questão sobre a relação entre a subjetividade das formas sensíveis, a demonstração da premissa (iv) e a réplica de Allison a Guyer. Por ora, consideremos um outro problema. Em virtude das divergências entre Aristóteles e Kant, poderia ocorrer que o conceito aristotélico de juízo reduplicativo não apenas seria insuficiente para garantir a demonstração da tese da não espacialidade, mas mesmo incompatível com essa tese. As dificuldades (1) e (3) acima apresentadas parecem mesmo ser a confirmação dessa incompatibilidade.

A seguir, tentaremos mostrar não haver incompatibilidade entre a noção de juízo reduplicativo e a tese da não espacialidade. Procuraremos identificar um *princípio* que seria aceito por Kant e recusado por Aristóteles, o qual, uma vez conjugado à noção de juízo reduplicativo, permitiria dissolver as dificuldades (1) e (3) [cf. pp.72-3]. Essa estratégia supõe, certamente, a possibilidade de isolar uma noção de juízo reduplicativo que seja independente da aceitação do referido princípio. Começemos pelo exame da terceira dificuldade, qual seja, a que diz respeito à diferença entre os fundamentos da indeterminação que seria expressa nos enunciados (ii) e (c).

Duas são as condições para solução dessa dificuldade: mostrar (i) que a predicção da espacialidade ao objeto empírico depende de um qualificativo A e (ii) que, todavia, não há nenhum qualificativo B paralelo a A que poderia fundamentar a atribuição do predicado oposto ‘não-espacial’.

Allison não forneceria uma boa pista para a satisfação da segunda condição, quando propõe analisar a expressão ‘em si mesmas’ em termos de uma certa abstração da *relação com as formas da sensibilidade*? Suponha-se que a predicção da espacialidade ao objeto empírico dependa de um qualificativo. A análise proposta por Allison poderia, assim, indicar que o que qualifica a predicção da espacialidade ao objeto empírico seria a *relação com as formas*

sensíveis, ou, genericamente, a *relação cognitiva*. Ora, não seria razoável afirmar que a relação cognitiva, ao contrário do que ocorre com os aspectos que determinam a atribuição de cores ao hindu, exclui todo e qualquer qualificativo paralelo? Essa sugestão demanda, antes de tudo, o esclarecimento do que seria um qualificativo paralelo.

No exemplo do hindu, dentes e olhos (ou melhor, parte dos olhos) qualificam a atribuição da brancura, ao passo que a pele e os cabelos são aspectos que qualificam a predicação da negridão. Há um sentido minimamente definido em que tais qualificativos podem ser ditos *paralelos*. São *todos* aspectos do hindu e a relação entre esses aspectos com o hindu é *sempre* uma relação entre parte e todo. Desse modo, a pele é um qualificativo que determina a atribuição de cores ao hindu e que, no tocante a essa atribuição, possui vários qualificativos paralelos: os cabelos, os dentes, certa parte dos olhos.

A explicação anterior pressupõe o seguinte esclarecimento. B é um *qualificativo paralelo* a A, (1º) se a atribuição a uma coisa S de um predicado 'P' é qualificada por A e ou B também qualifica a atribuição de P a S, ou B qualifica a atribuição a S de um predicado oposto a 'P'; (2º) os vínculos de A e B com S são da mesma natureza. Assim, se conseguirmos mostrar que o vínculo entre o objeto empírico e as faculdades de conhecimento (relação cognitiva) é único em sua espécie, ou seja, que não há nenhum outro qualificativo que pertença à mesma espécie de vínculo, poderíamos concluir que a relação cognitiva não admitiria nenhum qualificativo paralelo, em particular, nenhum qualificativo que fundamentasse a atribuição da não-espacialidade ao objeto empírico. Exploremos, por um momento, essa estratégia de argumentação.

Em primeiro lugar, caberia mostrar que nenhum *aspecto intrínseco* do objeto empírico poderia ser considerado como um qualificativo paralelo à relação cognitiva. Resgatemos aqui a distinção anteriormente apresentada [cap.I, seção 1.2., esp. n.14] entre propriedades extrínsecas e intrínsecas. Extrínsecas são aquelas propriedades que uma coisa pode ganhar ou

perder sem sofrer alteração em sua própria realidade. Intrínsecas, aquelas propriedades que a coisa não pode ganhar ou perder sem ser alterada. Vimos que, para São Tomás, a relação da coisa conhecida com as faculdades cognitivas seria uma propriedade extrínseca da coisa. Em contrapartida, a relação que uma coisa, digamos, um homem, mantém com uma de suas partes (seus dentes, ou mesmo sua matéria, sua forma) seria uma propriedade intrínseca. Aparentemente, isso explicaria por que nenhum aspecto intrínseco da coisa seria um qualificativo paralelo à relação cognitiva.

Entretanto, recentemente advertimos que existiriam divergências centrais entre a filosofia kantiana e doutrinas realistas como a de Aristóteles. Em virtude dessas mesmas divergências, talvez devêssemos admitir que Kant não subscreveria imediatamente a tese que a realidade da coisa conhecida seja independente da relação cognitiva. Felizmente, isso não frustraria por completo a argumentação anterior. Com efeito, mesmo que a relação cognitiva constituísse, de algum modo, a realidade do objeto de conhecimento, o sentido em que ela seria denominada um aspecto intrínseco de tal objeto não seria o mesmo pelo qual dizemos que possuir dentes é um aspecto do hindu. O objeto de conhecimento não seria *dotado* de uma relação cognitiva no mesmo sentido em que seria *provido* de dentes, de uma matéria, de uma forma. Aliás, a excentricidade da expressão - a coisa conhecida ser “dotada” de uma relação cognitiva - parece já testemunhar a assimetria. Além disso, ainda que a relação cognitiva pudesse ser dita *parte* do *todo* que é o objeto de conhecimento, não parece que o sentido de ‘parte’ aqui seja aquele segundo o qual dizemos que os dentes, a matéria e a forma são partes do hindu.

Em segundo lugar, para inferir a inexistência de um qualificativo paralelo à relação cognitiva, também seria necessário mostrar que essa relação não encontraria nenhum paralelo dentre os atributos ditos *extrínsecos* à coisa conhecida. Essa face do problema é ainda mais complexa. Com efeito, o que garante que Kant não concederia a tais propriedades o mesmo

tratamento que ele confere à relação cognitiva, ou seja, que ele não as venha considerar como constitutivas do objeto de conhecimento? Ademais, o que o impediria de tomar a relação do objeto empírico com a *faculdade apetitiva* [*Begehrungsvermögen*] como um qualificativo paralelo à relação do objeto empírico com as faculdades cognitivas [*Erkenntnisvermögen*]? Essa última questão reclama não menos que o reto entendimento da prédica kantiana sobre o vínculo entre filosofia teórica e filosofia prática. A complexidade do tema, porém, estenderia em muito nossa análise, uma conseqüência atualmente indesejável, frente a questões mais urgentes. Contentemo-nos, somente, em reter o espírito da estratégia argumentativa acima perseguida.

Até então, quisemos fundamentar a condição (ii) [cf.p.77]. A estratégia adotada visava determinar a singularidade da relação entre o objeto empírico e as faculdades cognitivas (relação cognitiva), mediante o contraste com as demais propriedades do objeto empírico. Terminamos por reconhecer que essa tarefa não é nada fácil.

Sem embargo, conquanto demonstrássemos que a relação cognitiva fosse única em sua espécie e, por essa razão, não encontrasse paralelo, caberia ainda atestar que a relação é de fato um qualificativo da predicação da espacialidade. Em parte, esse problema consiste em fundamentar a condição (i): que a predicação da espacialidade ao objeto empírico depende de um qualificativo [cf.p.77]. Mas isso não é suficiente. Seria necessário assegurar que esse qualificativo é a *relação cognitiva*. Em suma, mesmo tendo provado que a relação cognitiva não possui paralelo, permaneceria intocado o núcleo da dificuldade (3): provar que o que não tem paralelo (no que tange à predicação da espacialidade ou da não-espacialidade) pode ser um qualificativo da atribuição da espacialidade ao objeto empírico.

A permanência desse problema, todavia, não desmerece a discussão sobre a condição (ii). O exame anterior pode ser visto como uma tentativa de esclarecer a dificuldade (3), já que procura especificar a diferença entre os requisitos pressupostos no uso que Aristóteles faz

dos juízos reduplicativos - aspectos paralelos - e aqueles requisitos que seriam pressupostos na interpretação da tese da espacialidade como um juízo reduplicativo.

Nossa atenção dirige-se, doravante, à questão central: como pode a relação cognitiva ser um qualificativo da atribuição da espacialidade? Certamente, no cenário aristotélico-tomista, a questão causaria perplexidade. Seria estranho sugerir que a espacialidade do objeto empírico dependeria da relação da coisa com as faculdades cognitivas, uma vez aceito que essa seria uma propriedade extrínseca da coisa conhecida e aquela, uma propriedade intrínseca. Para o realismo, a coisa seria espacial ou não, independentemente de ser ou não conhecida. Em contrapartida, se Kant eventualmente não rejeita a questão, é por ele não concordar com a diversidade que Tomás de Aquino vê subsistir entre a espacialidade e a relação cognitiva. A propósito, acima sugerimos que Kant consideraria a relação cognitiva não mais como extrínseca, mas, em um sentido a ser esclarecido, como *constitutiva* do objeto de conhecimento. Isso parece implicar uma afinidade maior entre as duas propriedades. Entretanto, também observamos que o sentido em que o objeto de conhecimento é dito constituído pela relação cognitiva não seria exatamente o mesmo pelo qual dizemos que o homem é constituído de dentes, de matéria, de uma certa forma. Ora, a espacialidade pareceria constituir o homem antes na segunda acepção (no sentido em que ele é material) do que na primeira (no sentido em que ele seria constituído pela relação cognitiva). Donde se constata, a contragosto, um novo problema.

Se antes, ao examinar a condição (ii), pretendíamos isolar a relação cognitiva das demais propriedades do objeto empírico, a presente análise tende a aproximá-la o quanto mais do atributo da espacialidade. Em outras palavras, as condições (i) e (ii) nos parecem levar a direções diametralmente opostas. Isso não evidenciaria a insolubilidade da dificuldade (3)? Talvez não. Talvez apenas manifeste a necessidade de melhor esclarecermos o que significa dizer que a relação cognitiva *constitui* o objeto de conhecimento.

Em primeiro lugar, não pode significar que a relação cognitiva seja uma propriedade intrínseca do *objeto* de conhecimento enquanto *sujeito* de conhecimento. Ou seja, a relação não é intrínseca ao *objeto* de conhecimento no mesmo sentido em que é intrínseca ao *sujeito* que conhece. Afirmar que o *objeto* é constituído pela relação cognitiva não é afirmar que ele é um *sujeito* dotado de cognições ou faculdades cognitivas. Um vegetal ou mineral seriam perfeitos exemplares de objetos de cognição, mas seguramente não pertenceriam ao seletivo domínio dos seres capacitados a conhecer.⁶¹

Em segundo lugar, não pode apenas significar que, se nossa cognição representa o objeto de um certo modo, então ele é constituído do *modo* como nossa cognição o representa. Isso por duas razões. Primeiro, Kant parece admitir a possibilidade de uma cognição [*Erkenntnis*] falsa.⁶² Se a falsidade consiste na inadequação entre uma cognição e o objeto, o objeto poderia não estar constituído do modo como a cognição o representa. A segunda razão é ainda mais importante. Se a constituição do objeto de conhecimento pela relação cognitiva significasse que o objeto é, ao menos em parte, tal qual nossa cognição o representa, Tomás de Aquino concordaria em afirmar que a relação cognitiva constitui a coisa conhecida. Nessa acepção, porém, o “caráter constitutivo” da relação não impediria que ela fosse *extrínseca* ao objeto de conhecimento, o que, como vimos, baldaria qualquer tentativa de compreendê-la como qualificativo da atribuição da espacialidade ao objeto.

⁶¹ Tão logo evoquemos o conceito kantiano de *sentido interno*, bem como a noção correlata de um *objeto* dessa faculdade, esbarraremos na questão sobre o alcance das afirmações anteriores. A constituição do *objeto do sentido interno* pela relação cognitiva não significaria simplesmente que esse objeto é um sujeito de representações? Em razão da simetria entre as doutrinas kantianas do espaço e tempo, a plena compreensão da tese da não espacialidade impõe determinar se a sua elucidação pode ser estendida à tese da não temporalidade das coisas em si mesmas. No momento, como nossa análise restringe-se à discussão que Allison e Guyer travam em torno da não espacialidade, ficaremos devendo uma análise mais completa.

⁶² A verdade é nominalmente definida por Kant como a correspondência entre a cognição [*Erkenntnis*] e seu objeto [*KrV*. A58/B82], o que nos leva a compreender a falsidade como a não correspondência entre a cognição e seu objeto. Uma cognição inadequada ao objeto seria uma *cognição falsa*. [A58/B83. Veja-se também B737]. Assim, uma cognição [*Erkenntnis*] não poderia ser caracterizada como *opinião verdadeira e justificada*, fórmula que parece melhor expressar a noção kantiana de *saber* [*Wissen*], i.e., tomar por verdadeiro com razões suficientemente objetivas [A822/B850].

Sabemos, portanto, o que *não seria* a constituição do objeto pela relação cognitiva. Não poderia significar que as cognições o constituem na medida em que são cognições *de um sujeito* cognoscente [genitivo subjetivo]. Tampouco significaria que as cognições o constituem na medida em que são representações adequadas *do objeto* [genitivo objetivo]. Das duas alternativas excluídas, somente a primeira compreende o caráter constitutivo da relação cognitiva como implicando a sua natureza *intrínseca*. Peca, no entanto, por conceber aquilo ao qual inere a relação cognitiva necessariamente como sujeito de representações e não, simplesmente, à maneira da segunda alternativa, como *objeto* de cognição.

Buscamos, assim, uma alternativa intermediária: as cognições constituem o objeto de conhecimento enquanto lhe são atribuídas como realidade *intrínseca*, não porque o objeto seja um *sujeito* de representações, antes, por ele ser o *objeto* de tais cognições. A satisfação dessa terceira alternativa reclama o cumprimento de dois requisitos: (a) distinguir expressamente *forma* e *conteúdo* de uma representação; a forma seria aquilo pelo que uma representação é algo em um sujeito [representação de um sujeito: genitivo subjetivo], o conteúdo, aquele aspecto das representações graças ao qual elas podem representar algo [representação de um objeto: genitivo objetivo], i.e., aquele aspecto interno às representações que explicaria como podem representações distintas representar distintos objetos; (b) finalmente, assumir que a relação cognitiva constitua o objeto de conhecimento na medida em que o *conteúdo* das cognições seja *intrínseco* ao objeto de conhecimento, constituindo a própria *realidade* (ou parte da realidade) desse objeto.

Conforme essa leitura, haveria certa *imposição* do conteúdo das cognições ao objeto de conhecimento. *Certa* imposição, pois ela não deve excluir a possibilidade de falsas cognições. Se uma cognição é falsa, há forçosamente uma distância entre a realidade do objeto e o modo como ele é representado. Isso parece implicar que o conteúdo de cognições

falsas não poderia constituir o objeto. Deveras, como aquilo que difere da realidade do objeto poderia lhe ser intrínseco?

Se existem cognições discrepantes, verdadeiras e falsas, de um mesmo objeto, como seria possível afirmar, *em geral*, que o conteúdo das cognições o constituem? Uma resposta é sustentar que a operação de constituição ou imposição só ocorreria quando a *totalidade* do conteúdo fosse imposta ao objeto, o que seria satisfeito apenas por uma cognição verdadeira. Mas talvez Kant não esteja propriamente interessado em determinar quais conteúdos cognitivos *específicos* podem ser impostos aos objetos. Parece mais sensato admitir que o filósofo reservaria essa tarefa à Ciência Natural, enquanto enfocaria uma questão mais ambiciosa: quais seriam os conteúdos que inevitavelmente toda cognição contém, seja ela falsa ou verdadeira? Essa é, pois, uma indagação sobre os “elementos” ou “ingredientes” que formam todo e qualquer conteúdo de cognição, uma pergunta sobre as *formas* necessárias de toda cognição de objeto. À guisa de ilustração, Kant não intentaria determinar se essa ou aquela *configuração* espacial é conveniente a um certo objeto. Ele pretenderia estabelecer se o *espaço*, em geral, é uma condição necessária da cognição.

O foco do interesse kantiano definiria, assim, um outro modo de abordar a pretensa relação de imposição. Estabelecer o que é imposto aos objetos de conhecimento demandaria reconhecer quais são os conteúdos que, independentemente do que determina a Ciência Natural, constituiriam tais objetos. Essa tarefa não requer a discriminação entre cognições verdadeiras e falsas. Antes, o que importa é a distinção entre aqueles conteúdos de cognição que seriam necessariamente atribuídos aos objetos e os conteúdos específicos. Notadamente, a distinção entre, de um lado, as *formas da sensibilidade*, de outro, os particulares conteúdos de cognição tributários dessas formas sensíveis, bem como os conteúdos das representações que, segundo a *Crítica*, pertencem às modificações particulares desse ou aquele sentido, que “*não podem com justiça ser considerados disposições [Beschaffenheiten] das coisas, mas apenas*

*alterações [Veränderungen] de nosso sujeito, que podem até ser diferentes em diferentes homens”.*⁶³

Retornemos, agora, às questões que motivaram o presente esclarecimento do caráter constitutivo da relação cognitiva. Uma das dificuldades era a conciliação das condições (i) e (ii) [cf.p.77]. Enquanto o primeiro requisito tendia a aproximar a relação cognitiva do predicado da espacialidade, pois aquela seria um aspecto qualificativo da atribuição deste, o segundo requisito insistiria em seu distanciamento, visto que a relação cognitiva deveria ser um aspecto que não encontraria nenhum qualificativo *paralelo*. Ora, a definição do estatuto constitutivo da relação cognitiva em termos da imposição do *conteúdo* das cognições ao objeto de conhecimento esclarece por que a relação cognitiva seria uma propriedade *intrínseca* desse objeto, o que, por seu turno, torna mais compreensível a aproximação exigida pela condição (i). Contudo, restaria ainda explicar como a prévia definição do caráter constitutivo da relação seria compatível com a disparidade prevista pela condição (ii).

Vimos, anteriormente, que um realista dispõe de uma boa explicação para a assimetria entre a relação cognitiva e alguns atributos das coisas como, por exemplo, sua espacialidade. A relação cognitiva seria uma propriedade *intrínseca* do sujeito cognoscente e *extrínseca* à coisa conhecida. Já a espacialidade seria uma propriedade *intrínseca* da coisa conhecida (ao menos, de algumas coisas). Ademais, a espacialidade poderia ser tomada, *em certo sentido*, como *extrínseca* ao sujeito cognoscente. Aristóteles e Santo Tomás não contestariam que o sujeito de conhecimento, o homem, ocupe um lugar no espaço. Não obstante, tais autores recusam que o espaço ocupado por uma pedra esteja no sujeito cognoscente em virtude da apreensão cognitiva da pedra. Ainda que a espacialidade apreendida estivesse no sujeito cognoscente (por exemplo, quando ele apreende o seu próprio corpo), isso não se deve ao fato

⁶³ Cf. *KrV*. B44-5; A28-30.

que o sujeito apreenda a espacialidade de seu corpo, pelo contrário, é porque seu corpo está no espaço que ele apreenderia a sua espacialidade.

Observamos, em um segundo momento, que, admitindo o caráter constitutivo ou intrínseco da relação cognitiva, Kant não poderia fornecer uma explicação de inspiração realista para a assimetria requerida pela condição (ii). Coube-nos, assim, esclarecer o estatuto constitutivo da relação para entender a satisfação dessa condição. Veremos, agora, que nossa definição anterior ainda não resolve, pelo contrário, apenas agrava o problema.

Realmente, se o caráter constitutivo da relação cognitiva significa que o *conteúdo* de representação é imposto aos objetos de conhecimento, então o que lhes é imposto tem uma *natureza subjetiva*. Isso não impede, é claro, que aquilo que impomos também possua um *aspecto objetivo*, já que compõe as *determinações desse objeto*. Todavia, o importante é que, ao tratar a relação cognitiva como intrínseca ao objeto, fazemos das determinações do objeto algo *intrínseco ao conteúdo de representação*, algo dotado de uma natureza subjetiva. Em outras palavras, se a relação cognitiva é intrínseca ao objeto de conhecimento, e se a espacialidade é uma das formas da cognição que impomos aos objetos, então a espacialidade seria intrínseca, e não extrínseca, ao conteúdo de representação. A contraparte do caráter constitutivo da relação cognitiva seria a redução da espacialidade, ao menos da espacialidade que impomos ao objeto de conhecimento, a um conteúdo de representação. Donde resultaria uma verdadeira “colagem” entre a relação cognitiva e as determinações intrínsecas impostas ao objeto, em especial, a sua espacialidade. Daí, finalmente, o agravamento da dificuldade na justificação da imparidade da relação cognitiva (condição ii) [cf.p.77].

Apesar de tudo, esse desfecho não compromete inteiramente nossa hipótese de trabalho. Antes, as observações anteriores contribuem expressivamente para elucidar como a relação cognitiva poderia operar como fundamento de determinação de predicções sobre o objeto de conhecimento e como se deve interpretar a tese da não espacialidade.

Em primeiro lugar, se o que impomos aos objetos é subjetivo e constitui determinações intrínsecas suas, então os próprios objetos têm uma natureza, ao menos em parte, subjetiva. Mas, se faz sentido dizer que o conteúdo de representação é *imposto* aos objetos, como constituindo propriedades intrínsecas, deve-se assumir que eles também possuem um aspecto independente de toda imposição. Caso contrário, os conteúdos de representação não seriam *impostos* aos objetos, antes, *seriam* os próprios objetos. Em outras palavras, se os objetos de cognição não fossem também constituídos por uma realidade independente de nossas representações, eles não passariam de conteúdos de representação. Desse modo, poder-se-ia afirmar que os objetos de cognição, os objetos empíricos, teriam uma dupla natureza, um aspecto *subjetivo*, já que são constituídos por conteúdos de representação, e um aspecto *não subjetivo*, pois detêm uma realidade independente de toda imposição de conteúdo.

Em segundo lugar, dada a natureza híbrida dos objetos empíricos, pode-se compreender por que sua parte não subjetiva seria não espacial. Com efeito, se alcançarmos demonstrar que a espacialidade atribuída aos objetos de cognição é *um conteúdo de representação que lhes é imposto*, então podemos concluir que a espacialidade atribuída aos objetos trivialmente não pertenceria à sua parte não subjetiva. Mais exatamente, uma vez comprovado que a espacialidade atribuída aos objetos de conhecimento seja um conteúdo de representação e que o objeto possua uma parte não subjetiva, segue-se que a parte não subjetiva do objeto necessariamente é desprovida dessa espacialidade imposta como conteúdo de representação.

Com esses elementos, logra-se delinear o método de aplicação da noção de juízo reduplicativo no esclarecimento da *tese da não espacialidade*. À força das premissas explicitadas acima, primeiro, do caráter constitutivo da relação cognitiva e da conseqüente complexidade da aparição, segundo, da natureza subjetiva da espacialidade atribuída aos

objetos de cognição, obtêm-se os seguintes resultados. De um lado, a *determinação* que os objetos empíricos, *naquilo que eles têm de não subjetivo*, são *não espaciais*. De outro, a *determinação* que os objetos empíricos, *naquilo que eles têm de subjetivo*, enquanto *constituídos pela relação cognitiva*, são *espaciais*.

De mais a mais, se for legítima a paráfrase da expressão ‘coisas em si mesmas’ em termos da fórmula ‘objetos empíricos, com respeito àquilo que eles têm de não subjetivo’, pode-se concluir que o enunciado da não espacialidade das coisas em si mesmas visaria, sobretudo, *determinar* que os objetos empíricos, quando considerados sob o enfoque de seu aspecto não subjetivo, são não espaciais. Essa conclusão, sem dúvida, importa em abandonar nossa primeira estratégia de interpretação da tese da não espacialidade com base no conceito de juízos reduplicativos. A tese já não poderia expressar a *indeterminação* da atribuição de espacialidade à coisa considerada em si mesma. Por conseguinte, na relação entre a proposição kantiana e as formas judicativas aristotélicas, não caberia favorecer a divisão entre o enunciado (c) e os demais (a e b), senão a oposição entre os enunciados (a) e (b) [cf. p.71].

Temos, assim, um novo esquema de comparação:

- | | |
|---|---|
| { | <p>(i) Os objetos empíricos, enquanto empíricos, i.e., enquanto relacionados com as faculdades cognitivas, em particular, com a sensibilidade, são <i>espaciais</i> (no sentido subjetivo de espacialidade)</p> <p>(ii) Os objetos empíricos, em si mesmos, i.e., com respeito a seu aspecto não subjetivo, são <i>não espaciais</i> (no sentido subjetivo de espacialidade).</p> |
| { | <p>(a) o hindu, quanto aos dentes, é <i>branco</i>;</p> <p>(b) o hindu, quanto à pele, é <i>não branco</i>;</p> |

O enunciado (i) está para (ii), assim como o enunciado (a) está para (b). Na primeira estratégia de leitura, o enunciado (i) expressaria a atribuição de um predicado sob a qualificação de um aspecto do sujeito de predicação e a tese da não espacialidade representaria a indeterminação da atribuição daquele predicado ao sujeito, em virtude da supressão do fundamento da atribuição. Na segunda leitura, os enunciados (i) e (ii) expressam a atribuição de predicados opostos a uma mesma coisa, graças à distinção de dois aspectos paralelos que operam como fundamento da predicação.

A distinção entre os aspectos *subjetivo* e *não subjetivo* do objeto empírico é fundamental para essa compreensão dos enunciados (i) e (ii), vale dizer, para a interpretação da tese da não espacialidade com base nos juízos reduplicativos. Não menos importante é a distinção entre os aspectos *subjetivo* e *objetivo* da relação de imposição. A apreciação do valor dessas duas distinções é requerida pelas questões seguintes: (a) por que, na atribuição de espacialidade aos objetos empíricos, faz-se necessário a alusão à relação cognitiva como fundamento da predicação? (b) Se tanto a relação cognitiva quanto a espacialidade que, como conteúdo de representação, é imposta aos objetos empíricos, são *subjetivas* - como tais, divergentes do aspecto *não subjetivo* do objeto - por que tomar a relação cognitiva, e não eventualmente a própria espacialidade, como fundamento da predicação de atributos espaciais ao objeto de conhecimento?

Suponha-se que o conteúdo de uma cognição seja imposto ao objeto de conhecimento. Enquanto *atribuído* ao objeto, o conteúdo é uma determinação *objetiva*. Todavia, como a determinação imposta é um conteúdo de *representação*, ela é também *subjetiva*. Não há contradição em afirmar que uma mesma determinação do objeto seja objetiva e subjetiva. O aspecto *objetivo* da imposição é externo ao registro do que aqui designamos por '*não subjetivo*'. O não subjetivo não pode conter as determinações objetivas impostas, não obstante as últimas dependam do primeiro, visto que, sem a realidade independente que também

constituiria o objeto empírico, não haveria nenhuma imposição de conteúdo de representação. Ademais, caso a objetividade do que é imposto ao objeto empírico reclame ainda algo *subjetivo* com o qual ela possa ser contrastada, deve-se, então, declarar que tanto essa subjetividade quanto a objetividade que lhe é contraposta seriam subordinadas ao registro do *subjetivo* que caracteriza *todo* o representar.⁶⁴

Se uma determinação *objetiva* tem como condição necessária de sua atribuição aos objetos empíricos a *imposição* do conteúdo de uma cognição, entendemos por que a *subjetividade* seria uma *condição necessária* (não suficiente, já que outra condição da imposição é a necessidade ou universalidade⁶⁵) da atribuição dessa determinação imposta. Além disso, como o objeto empírico supostamente possuiria também uma parte *não subjetiva*, externa a tudo o que está fundado em sua face subjetiva, a subjetividade não só é condição necessária da atribuição das determinações impostas aos objetos empíricos, mas um *qualificativo* que obrigatoriamente tem de figurar, ainda que de modo implícito, na predicação daquelas determinações. Se o objeto empírico é tanto subjetivo quanto não subjetivo e, por essa razão, dotado de propriedades tão adversas (ser espacial e ser não espacial), só é possível atribuir-lhe os predicados dependentes de uma de suas faces mediante o devido destaque desse aspecto. A subjetividade, bem como o seu paralelo não subjetivo, são qualificativos de predicação; sua necessidade está fixada pela possibilidade de atribuição de predicados opostos ao objeto empírico.

⁶⁴ Entendemos que essa oposição entre os dois sentidos de subjetividade retoma, grosso modo, a distinção kantiana entre os sentidos empírico e transcendental da noção de *aparência* [*Erscheinung*] [cf. *KrV*. A45-6/B62-3; B44-5; A28-30. Veja-se também B69-71.] Esclarecer e justificar essa proposição exige, entretanto, um extenso comentário. Particularmente, seria imprescindível uma discussão sobre o *uso cognitivo* das sensações [*Empfindungen*] [cf. *KrV*. B207-8; *Kritik der Urteilskraft* BXLII-BXLIII, §3, §39; *Metaphysik der Sitten* B2-3]. Também seria necessário determinar se a oposição entre o objetivo e subjetivo (em alguma de suas acepções) pode ser reduzida à distinção entre objeto do sentido externo e objeto do sentido interno.

⁶⁵ A subjetividade abarca tanto os casos de objetividade em que não haveria imposição (falsidade), quanto os casos de subjetividade não objetivos [cf. pp. 84-5 e nota anterior].

Finalmente, se compreendermos que as determinações objetivas impostas são subjetivas, podemos responder por que a relação cognitiva, e não a espacialidade, é tomada como qualificativo no enunciado (i) [cf. p.88]. A razão é de *ênfase*. Tanto a relação cognitiva quanto a espacialidade, pode-se dizer, são objetivas e subjetivas. No entanto, a distinção entre esses aspectos é relevante para as funções lógicas desempenhadas pelas expressões nos enunciados (i) e (ii). A expressão do predicado cumpre o papel de atribuir ou excluir uma determinação aos objetos empíricos. O que é atribuído é, enquanto tal, *objetivo*. A locução reduplicativa, por sua vez, designa um fundamento dessa atribuição, o qual, no enunciado (i), é a *subjetividade* da relação cognitiva, vale dizer, do objeto empírico. A referência à relação cognitiva na locução reduplicativa cumpre a função de designar o aspecto que fundamenta a atribuição do conteúdo de cognição. Já a expressão ‘espacialidade’ realiza, na posição predicativa daquele enunciado, a função de atribuição de uma determinação *objetiva* à aparição.⁶⁶

A julgar pela leitura que privilegiamos, deve-se ter por manifesto o *princípio* que, aceito por Kant, mas recusado por um realista, permitiria conjugar os juízos reduplicativos com a tese da não espacialidade, assim como resolver as dificuldades (1) e (3) [cf. pp.72-3]. A noção de juízo reduplicativo comum aos enunciados aristotélicos e aos enunciados sobre o objeto empírico é a idéia de que a predicação de *opostos* a uma *mesma coisa* depende de certos *aspectos* do sujeito de predicação, os quais devem ser visados, explicita ou implicitamente, no ato do juízo. A diferença entre Aristóteles e Kant (ou antes, Allison) estaria localizada no que tais autores admitem como aspecto qualificativo da predicação. O primeiro parece exigir que ao menos um dos aspectos seja *acidental*, um atributo do qual o

⁶⁶ Ademais, há no enunciado (i) uma diferença de *generalidade*. Quando atribuímos a espacialidade ao objeto de conhecimento, atribuímos uma *certa* determinação objetiva. O fundamento dessa atribuição é, claramente, a subjetividade desse algo objetivo. Mas, no enunciado em questão, nós designamos esse fundamento de maneira geral, não focalizando apenas a subjetividade *da espacialidade*, mas a subjetividade de *qualquer* determinação objetiva que possa ser atribuída ao objeto.

sujeito de predicção poderia ser desprovido sem deixar de ser o que é. Para o segundo, os dois aspectos constituiriam a “natureza” do sujeito de predicção. As faces subjetiva e não subjetiva do objeto empírico seriam aspectos que o constituiriam *necessariamente*.

Daqui emerge o problema de se fundamentar a possibilidade de uma reunião entre aspectos tão díspares, mesmo *opostos*, na “essência” do objeto empírico. Na verdade, toda a dificuldade de explicar como podem predicados opostos ser atribuídos a uma mesma coisa parece ter sido simplesmente adiada ou transferida à questão ulterior, a saber, como *aspectos opostos* poderiam constituir a essência de uma coisa, sem comprometer a sua unidade. Esse problema é legítimo. Sua validade, porém, não parece anular a importância do apelo ao conceito de juízos reduplicativos para a elucidação da tese da não espacialidade e do enunciado sobre a espacialidade do objeto empírico, haja vista a distinção entre os aspectos subjetivo e objetivo das determinações impostas ao objeto empírico, os quais figuram no enunciado (i), respectivamente, como fundamento de atribuição e como predicado atribuído.

A chave de resposta para a conciliação de aspectos opostos em uma mesma essência, cremos, é a peculiaridade dos aspectos que constituiriam a natureza do objeto empírico, notadamente, a *subjetividade*. Onde, o princípio que permitiria a Kant (ou a Allison) empregar os juízos reduplicativos na elucidação da tese da não espacialidade seria, ao fim e ao cabo, o caráter *constitutivo* da relação cognitiva.

Ademais, se Kant traz uma *oposição de aspectos* (subjetivo e não subjetivo) para o *interior* dos objetos empíricos, pode-se compreender por que eles seriam predicados de atributos opostos com *necessidade*. Isso responderia a dificuldade (1). Quanto à dificuldade (3), sua dissolução seria efeito do abandono da primeira tentativa de leitura da tese da não espacialidade a partir da noção de juízo reduplicativo. O problema, recordemos, consistia em elucidar uma *indeterminação* que *não* estaria fundamentada na possibilidade de atribuição de opostos a uma mesma coisa. Na segunda leitura, aqui privilegiada, a tese da não espacialidade

não mais representaria uma indeterminação, pelo menos nenhuma indeterminação *análoga* à que foi expressa no terceiro enunciado sobre o hindu (enunciado c).

2.5. A resposta de Allison à objeção de Paul Guyer:

Podemos, finalmente, apresentar a resposta de Allison à objeção de Paul Guyer. A recente tentativa de esclarecimento da *distinção aspectual* entre aparições e coisas em si mesmas em parte confirma nossas suspeitas iniciais [pp.28-9; p.76]. Vamos inicialmente retomar essas conjecturas, para depois expor sua confirmação.

Em primeiro lugar, a réplica basear-se-ia na mera *elucidação* do antecedente do condicional da premissa (iv) [cf. p.2], ou seja, na simples análise da condição que as coisas em si mesmas são concebidas sem referência ao espaço. Em outras palavras, o vínculo entre a premissa (iii) e a tese da não espacialidade dependeria apenas do que está implicitamente dado em (iii), posto não convocar nenhuma premissa adicional. A proposição (iv) seria *analítica* [cf. pp.28-9]. Allison estaria certo, portanto, em sugerir que a *subjetividade* das formas sensíveis não seria nenhum princípio que, para efeitos de dedução da tese da não espacialidade, tivesse de ser *acrescentado* à premissa (iii). A subjetividade seria fundamento do enunciado (iii). Certamente, a presumida natureza sintética da tese da subjetividade [cf. pp.27-8] não comprometeria a analiticidade do vínculo expresso no condicional de (iv). Tampouco a analiticidade de (iv) afetaria a sinteticidade da conclusão do argumento. O caráter sintético da tese da subjetividade seria transmitido ao enunciado (iii) e, por meio desse, comunicado à tese da não espacialidade.

Em segundo lugar, se a premissa (iii) é sintética, ela não pode consistir *única e exclusivamente na determinação do conceito* de coisas em si mesmas [cf. p.24].⁶⁷ Visto ser o enunciado (iii) obtido a partir das premissas (i) e (ii), ao menos uma dessas proposições deve conter uma *síntese*. A primeira aparenta ser o melhor candidato. Ela afirma que o espaço é uma condição epistêmica. A segunda, em contrapartida, parece se resumir a uma definição. Ela determina o que devemos entender pelo conceito de coisas em si mesmas, ao retratá-lo como “*a concepção de uma coisa que abstrai de condições epistêmicas necessárias para a representação de objetos*”. Desse modo, se a tese da subjetividade é, segundo Allison, a premissa sintética do argumento, ela deve ser fundamento da premissa (i). Como compreender a relação entre a subjetividade das formas sensíveis e a premissa (i)?

A tese da subjetividade estaria implícita na noção allisoniana de *condição epistêmica*. Com efeito, se a relação cognitiva *constitui* o objeto de conhecimento, anula-se necessariamente a distinção entre os sentidos *subjetivo* e *objetivo* de condição epistêmica [cf. p.16, p.39]. As condições epistêmicas do *objeto* seriam condições *subjetivas* de conhecimento *impostas* aos objetos. Portanto, ao se declarar que o espaço é uma condição epistêmica (premissa i), estar-se-ia afirmando que o espaço é um *conteúdo de cognição* que é imposto aos objetos de conhecimento. Resultaria, assim, plausível a sinteticidade da premissa (i). Pois, não parece estar pressuposto no conceito de uma *espacialidade atribuída aos objetos de conhecimento* que ela seja algo *subjetivo*, um mero conteúdo de representação.

⁶⁷ Se uma proposição fosse *apenas* uma determinação conceitual, jamais um juízo *sintético* poderia contribuir para sua fundamentação. Ora, a premissa (iii) seria extraída de dois enunciados (as premissas i e ii), dos quais ao menos um conteria um vínculo sintético. Por conseguinte, ela deve ser entendida não como uma definição do conceito de coisas em si mesmas, mas sim, o que ficará mais claro a seguir, como a simples *conjunção* dos enunciados (i) e (ii). Aparentemente, a constatação de que a premissa (iii) não consiste na mera definição daquele conceito seria suficiente para uma resposta à *primeira parte* da objeção de Guyer [cf. pp.2-3]. Todavia, o problema é mais complexo do que à primeira vista pode parecer. Sua solução depende dos seguintes fatores: primeiro, do reconhecimento que a definição do conceito de coisas em si mesmas na premissa (ii) é, mais precisamente, a elucidação do *termo do sujeito de um juízo reduplicativo*; segundo, da observação que a *existência* do que é representado pelo conceito (ou termo do sujeito) elucidado na premissa (ii) é garantida por duas suposições que estariam presentes no argumento de Allison, a afirmação da existência dos objetos da cognição e a tese da subjetividade. Esses pontos serão melhor esclarecidos abaixo (na presente seção), o que nos permitirá compreender a réplica não só à *primeira*, como também à *segunda parte* da crítica de Guyer.

A afirmação que o espaço é uma *condição epistêmica* conjuga, na verdade, duas proposições: (1) o espaço é uma *forma objetiva* da cognição; (2) as formas objetivas da cognição são *subjetivas* (no sentido amplo de subjetividade, válido para toda representação). A razão dessa conjunção não seria outra que a complexidade do conceito elaborado por Allison. Uma *condição epistêmica* envolveria duas características: de um lado, ser uma *forma objetiva* da cognição, de outro, ser algo *subjetivo*. Restaria determinar se ambas proposições, 1 e 2, seriam sintéticas. No parágrafo anterior, insinuou-se um fundamento geral para a sinteticidade do segundo enunciado. Não seria analítico o juízo que declara subjetiva uma determinação objetiva dos objetos de conhecimento, seja ela um aspecto *formal* ou um aspecto *material* dos objetos. Um realista como Tomás de Aquino não concordaria em afirmar que os atributos das coisas conhecidas seriam subjetivos. A proposição (1), por sua vez, parece constituir o mérito dos primeiros dois itens da *Exposição Metafísica* do conceito de espaço, onde Kant pretende mostrar que o espaço é condição necessária de nossa cognição (representação objetiva) e, por esse motivo, *a priori*.⁶⁸ Assim, determinar o caráter sintético da proposição (1) reduzir-se-ia a determinar se a tese que Kant deseja demonstrar na *Exposição Metafísica* é sintética.

Concentremo-nos, porém, no foco de interesse de Allison. O caráter sintético da tese da não espacialidade remontaria ao princípio da subjetividade das *formas sensíveis*. O reconhecimento da sinteticidade dessa premissa reclama o traçado de uma distinção basilar entre realismo e idealismo. Para Kant, as formas sensíveis pretensamente subjetivas seriam formas dos *objetos* de conhecimento. Para o realista, as formas subjetivas da cognição seriam formas do *sujeito cognoscente*, mas não do objeto de conhecimento. Ou melhor, no realismo aristotélico-tomista, as formas cognitivas do sujeito cognoscente (condições epistêmicas subjetivas) e as formas das coisas conhecidas (condições epistêmicas objetivas) não seriam

⁶⁸ Cf. *KrV*. B38-9. Veja-se também A23-4.

idênticas segundo a acepção *numérica* de identidade, mas apenas conforme o sentido de uma *identidade específica*.⁶⁹

Uma última observação. Nosso exame da interpretação de Allison obriga reconhecer o princípio da subjetividade das formas cognitivas já no núcleo da premissa (ii). Não, por certo, como condição *dedutiva* de (ii), pois essa premissa seria uma *definição*, mas como pressuposto da *noção* de coisas em si mesmas, o qual deveria ser explicitado em uma análise minuciosa desse conceito.⁷⁰ A concepção das coisas em si mesmas seria uma certa representação dos *objetos de cognição* (objetos empíricos) que envolveria um *modo peculiar de abstração* das condições epistêmicas. Caracterizemos essa abstração inicialmente pela via negativa.

Não seria a *mera desconsideração* de um atributo. Em especial, não seria a abstração *prescisiva* de uma determinação lógica de um conceito que, inversamente à operação de divisão, conduziria a um conceito superior. O conceito de coisas em si mesmas não é um conceito que, por desconsiderar as condições cognitivas, em particular, as condições sensíveis, compreenderia tanto objetos cognoscíveis quanto incognoscíveis, objetos sensíveis e supra-sensíveis. Tampouco seria uma abstração *exclusiva*. Vimos anteriormente [cf. pp.39-40] que haveria uma *incompatibilidade* interna ao conceito de coisas em si mesmas, se ele fosse definido como a concepção de *objetos de conhecimento desprovidos de formas cognitivas*.

Positivamente, pode-se caracterizar a noção de coisas em si mesmas como a representação dos *objetos de conhecimento* que, além de circunscrever esse domínio de

⁶⁹ Cf. cap.I p. 26 nota 20.

⁷⁰ Evidentemente, embora o conceito de coisas em si mesmas tenha como pressuposto o princípio da subjetividade, isso não torna sintética a definição desse conceito (a premissa ii). Não há nisso nenhum mistério. Uma definição não é senão a análise de uma unidade entre elementos previamente conjugados. Ao menos, essa é uma conseqüência da lição de Kant em *KrV*. B130: “[d]escobre-se facilmente que esta ação [a síntese] precisa

objetos, *destacaria* um de seus aspectos como *qualificativo* de predicacões. Esse destaque é realizado pela expressão *abstrativa* ‘em si mesmas’. Ela abstrai de um *qualificativo* de predicacão. Ao abstrair desse qualificativo, ela destaca um *qualificativo paralelo*. Pode-se dizer que a expressão ‘em si mesmas’ *desconsidera* um certo aspecto do objeto de conhecimento, ao favorecer, em detrimento do *enfoque* do aspecto abstraído, o *enfoque* a outro aspecto daquele objeto. Ora, é essencial a essa modalidade de abstracão que o abstraído seja um *qualificativo* de predicacão. Isso exige que o qualificativo abstraído, a *subjetividade do objeto de conhecimento*, seja um aspecto intrínseco ao sujeito do juízo, qual seja, esse mesmo *objeto da cognição*. Donde se esclarece, enfim, por que a premissa (ii) já compreenderia o princípio da subjetividade das formas cognitivas.

Podemos, assim, perceber com maior detalhe a analiticidade da premissa (iv). A premissa (iii) reuniria as seguintes proposições. Primeiro, a noção de coisas em si mesmas é a concepção dos objetos de cognição que destaca o aspecto não subjetivo dos objetos de conhecimento. Disso se segue, ousamos afirmar, *analiticamente*, que se deva recusar aos objetos de conhecimento, apreendidos sob esse enfoque, as *formas objetivas* da cognição que são imputadas e mesmo impostas aos objetos em virtude de seu aspecto subjetivo. Segundo, a premissa que o espaço atribuído aos objetos de conhecimento quando considerados sob seu aspecto subjetivo é uma forma objetiva da cognição. *Dadas* as duas afirmações, seguir-se-ia *analiticamente* que as coisas em si mesmas são não espaciais (no sentido subjetivo de espacialidade).

ser originariamente una e equivalente para toda a ligacão e que a decomposicão, a análise, que parece ser seu contrário, sempre a pressupõe.” Veja-se também a nota em B133-4.

3. Fundamento das premissas e o alcance do argumento kantiano:

3.1. Dificuldades remanescentes:

O capítulo anterior deixa em aberto uma série de dificuldades relativas à aplicação do esquema dos juízos reduplicativos na compreensão da tese da não espacialidade das coisas em si mesmas.⁷¹ Em vez de tratar desses intrincados problemas conceituais, pretendemos retornar ao texto de Allison. Não seria uma boa estratégia enveredar em minuciosas lucubrações, quando corremos o risco de perder todo apoio textual. Desse modo, parte das investigações subseqüentes será avaliar se as prolongadas especulações do segundo capítulo constituem uma

⁷¹ (1) Na leitura da tese da não espacialidade aqui favorecida, a expressão ‘em si mesmas’ teria um uso no enunciado (ii) [cf. p. 71] diverso daquele que examinamos nos enunciados sobre o hindu e sobre os filhos contratados sem ou com merecimento [cf. pp. 73-4]. Ela cumpriria a função de introduzir o qualificativo que fundamenta a não espacialidade da coisa em si mesma. Seu papel não seria abstrair de todos os fundamentos aduzidos para a predicação de atributos opostos. A expressão ‘em si mesmas’, entenda-se, permaneceria abstrativa. No entanto, ela exerceria antes a função desempenhada pela expressão abstrativa ‘não enquanto filho’ - enunciado (β) -, que a função executada pela expressão ‘em si mesmas’ no enunciado (γ) [cf. p. 73]. Como explicar essa diferença?

(2) Malgrado essa divergência, cabe perguntar se não haveria um *segundo* uso da expressão ‘em si mesmas’, em um terceiro enunciado sobre os objetos empíricos, no qual ela efetuasse a abstração dos qualificativos nomeados nos enunciados (i) e (ii) [cf. p. 71], significando, assim, a *indeterminação* da atribuição de espacialidade ou não espacialidade aos objetos empíricos, *em si mesmos* considerados.

(3) Observe-se que a locução reduplicativa do enunciado (i) pode parecer desnecessária. Com efeito, o enunciado ‘os objetos empíricos (do sentido externo) são espaciais’ não aparenta deformidade, carência de algum elemento lógico indispensável para sua inteligibilidade. Isso não poderia ser a mera consequência de uma presumida ocorrência implícita do qualificativo imprescindível a essa predicação; pois o enunciado ‘os objetos empíricos são não espaciais’ é claramente falso e não poderia ser declarado verdadeiro mediante o ardiloso apelo à presença implícita do qualificativo necessário para atribuição de não espacialidade ao híbrido que é o objeto empírico. Ora, vimos anteriormente [p. 73] que uma mesma expressão poderia exercer funções lógicas distintas em um juízo reduplicativo: designar o qualificativo de predicação, bem como fixar o *suppositum* do juízo. Naquela ocasião, ressaltamos que essas duas funções poderiam ser exercidas pelo mesmo *tipo* de expressão [*type letter*]: ‘o objeto *empírico*, enquanto *empírico*, é espacial’. Agora, desejamos destacar que as duas funções poderiam ser desempenhadas pela mesma *ocorrência* de uma expressão [*token letter*]. Assim, por exemplo, o enunciado ‘os filhos são contratados sem merecimento’, a mesma ocorrência da expressão ‘os filhos’ cumpriria o papel de fixar o referente do juízo (fulano e sicrano) e de determinar o qualificativo da predicação. Dito isso, formulemos a dificuldade. Nesse último exemplo, haveria ainda uma maneira de designar o sujeito dos enunciados que fosse independente do enfoque a um ou outro aspecto de qualificação da atribuição de opostos: “fulano e sicrano”. Diversamente, não parece possível designar o sujeito dos enunciados sobre a espacialidade da aparição e a não espacialidade da coisa em si mesma independentemente do enfoque a algum dos qualificativos necessários para aquelas predicções. Por quê?

reprodução plausível da interpretação de Allison e se elas encontram sustentação nos escritos de Kant.

A análise da tese da não espacialidade a partir da estrutura de um juízo reduplicativo só foi possível, ao preço da admissão de premissas fortemente *idealistas*: o caráter constitutivo da relação cognitiva e a subjetividade do espaço empírico. O espaço empírico seria um conteúdo de representação e a tese da não espacialidade afirmaria que as coisas em si mesmas seriam não espaciais no sentido de um “espaço subjetivo”. Não pareceria tal fortalecido idealismo trivializar o sentido da tese kantiana? Não seria mais justo afirmar que o argumento de Kant visa a um resultado mais forte? Enfim, não seria intenção da *Estética Transcendental* mostrar que as coisas em si mesmas são não espaciais no sentido de um espaço *não subjetivo*?

A passagem do artigo de 1996 que dá prosseguimento à resposta de Allison a Guyer contém relevantes comentários acerca da subjetividade das formas sensíveis. A partir de uma discussão sobre a tese da subjetividade, Allison tenta reconstruir aquilo que seria o argumento kantiano em favor de uma tese forte da não espacialidade. Isso evidencia que, para o intérprete, as premissas assumidas na resposta à objeção de Guyer não excluem o resultado mais forte. Ele parece mostrar que tais compromissos não o levariam a trivializar a tese kantiana.

Nossos objetivos neste capítulo são os seguintes. Primeiro, queremos mostrar que Allison realmente admite as premissas idealistas por nós explicitadas. Para tanto, vamos examinar alguns textos do intérprete, em especial, a passagem já referida do artigo de 1996. Uma vez consumada essa tarefa, poderemos investigar se há bons indícios de que Kant defenda as premissas em foco. A estratégia adotada nessa investigação será examinar se o filósofo apresenta um fundamento para tais proposições. Além disso, pretendemos determinar se Allison dispõe de um bom argumento para obtenção de uma tese forte da não

espacialidade. Por fim, desejamos estabelecer se não haveria conflito em sua tentativa de conciliar aquele resultado mais forte com as premissas previamente assumidas.

Nossa análise será orientada por duas questões principais:

(A) Qual seria o fundamento das premissas que expressamente assumimos em nossa reconstrução da leitura de Allison, a saber, o caráter constitutivo da relação cognitiva e a subjetividade da espacialidade [cf. pp.87-8]? Ou ainda, qual seria o argumento de Kant para fundamentar a imposição do conteúdo de cognição aos objetos de conhecimento, em especial, para justificar que haveria uma espacialidade imposta aos objetos como conteúdo de representação?

(B) Allison teria um bom argumento para demonstrar que as coisas em si mesmas são não espaciais no sentido de um espaço *não subjetivo*? Em outras palavras, ele conseguiria justificar a inexistência de uma espacialidade *não subjetiva*, especificamente idêntica ou análoga ao espaço subjetivo que é imposto às aparições?

Começaremos com o tratamento da segunda questão.

3.2. O peso lógico das premissas de Allison:

Allison distingue, como fizemos ao formular a questão (B), entre um espaço subjetivo, que seria conteúdo de cognição, e um pretenso espaço não subjetivo. Isso o leva à seguinte divisão do problema da não espacialidade das coisas em si mesmas. Primeiro, caberia determinar se as coisas em si mesmas são espaciais no sentido de uma espacialidade subjetiva. Segundo, determinar se as coisas em si mesmas são espaciais no sentido de uma espacialidade não subjetiva. Essa última questão poderia, por sua vez, ser dividida em duas outras, consoante o modo em que se compreenda a espacialidade não subjetiva: ou bem como

especificamente idêntica (identidade qualitativa, para usar a terminologia do intérprete) ou bem como *análoga* à espacialidade subjetiva.

[...] o ponto essencial é que a forma da sensibilidade, entendida como uma forma da intuição sensível [*sensibly intuiting*], envolve uma referência essencial à mente. Isso exclui a possibilidade de uma identidade, seja *numérica* ou *qualitativa*, entre o espaço empírico como *conteúdo da forma da sensibilidade* e algum *pretensão espaço transcendentalmente real*. Já que, *ex hypothesi*, eles seriam dois espaços diferentes, obviamente não poderiam ser numericamente idênticos; e, como a dependência em relação à mente [*mind-dependence*] é uma característica definidora do primeiro e a independência em relação à mente [*mind-independence*], uma característica do segundo, também não poderiam ser qualitativamente idênticos.

Certamente, isso parece deixar em aberto a possibilidade de uma *similaridade* ou *analogia* entre os dois espaços; e isso é uma questão mais difícil de tratar, pois, agora, isso se torna a questão sobre qual o grau de similaridade é requerido para que a alternativa negligenciada conte como uma opção viável. Claramente, negar categoricamente a possibilidade de uma tal similaridade ou analogia entre o conteúdo da sensibilidade humana e presuntivas propriedades ou relações de coisas consideradas em si mesmas seria sustentar mais do que é garantido e, de fato, mais do que Kant gostaria de alegar. Todavia, em *Kant's Transcendental Idealism*, eu tentei excluir a possibilidade de qualquer similaridade ou analogia relevante, ao notar que essa analogia teria de se dar entre algo que envolve uma referência essencial à mente e algo que, *ex hypothesi*, é completamente independente da mente. [...]

Foi apontado por Lorne Falkenstein, porém, que uma tal resposta é inadequada. O problema é que a dependência em relação à mente é apenas uma propriedade do espaço empírico (e uma propriedade relacional). Conseqüentemente, recusar que ela seja uma propriedade de qualquer pretensão espaço transcendentalmente real não elimina, por si só, a possibilidade de uma analogia significativamente forte entre eles [...]. [grifo nosso]⁷²

Nessa longa passagem, o autor executa três importantes movimentos. Primeiro, ele distingue as diversas acepções do problema da não espacialidade, às quais corresponderiam tantas outras subdivisões da célebre tese kantiana. Segundo, explicita a premissa pela qual ele pretende resolver a maior parte da questão: a subjetividade das formas sensíveis. Por fim, na segunda e terceira alíneas, sugere que essa premissa não seria suficiente para excluir a possibilidade de uma *analogia* entre o espaço subjetivo atribuído aos objetos empíricos e o presuntivo “*espaço transcendentalmente real*”.

⁷² ALLISON, H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), pp. 9-10.

Na primeira alínea, Allison inicialmente argumenta que as coisas em si mesmas não seriam espaciais no sentido de um espaço *numericamente idêntico* ao espaço subjetivo atribuído aos objetos empíricos.⁷³ Os passos dessa argumentação já foram por nós percorridos [cap.II 2.4] e aqui não serão mais examinados. O que nos interessa agora é considerar a resposta que o autor apresenta à dificuldade (B). Ainda nesse texto, ele aborda a primeira metade do problema. As coisas em si mesmas não seriam espaciais no sentido de um espaço *qualitativamente idêntico* ao espaço que atribuímos aos objetos de conhecimento, pois uma característica *essencial* do último não poderia pertencer ao primeiro: a subjetividade, ou ainda, como o intérprete prefere caracterizá-la, a *referência essencial à mente*.

Infelizmente, Allison é muito econômico em seu comentário. Ele não expõe claramente o sentido em que se deve compreender essa dependência essencial em relação à mente. Isso compromete o entendimento não apenas da refutação da identidade qualitativa entre o espaço subjetivo e o não subjetivo, mas também da recusa de uma analogia. Nesse último caso, porque a determinação do que *não* seja premissa de um argumento pode contribuir para o seu esclarecimento. Principalmente, no entanto, porque existem alguns indícios de que o fundamento apresentado para a exclusão da possibilidade de uma analogia repousaria ainda sobre uma certa noção de *subjetividade*.

Para excluir tal possibilidade, é necessário apelar a certas características de “nosso espaço”, isto é, da representação do espaço (e tempo) como analisada nas Exposições Metafísica e Transcendental da Estética Transcendental. Esse é o foco principal do artigo de Falkenstein e sua resposta baseia-se em uma distinção entre dois tipos de ordem: “ordens de apresentação” [*presentational orders*], isto é, ordens em que a mente recebe seus dados na intuição, e “ordens comparativas”, que são ordens de propriedades como cores. Dada essa distinção, ele argumenta que espaço e tempo são ordens do primeiro tipo e que uma ordem de coisas como elas são em si mesmas teria de ser uma ordem comparativa de propriedades internas (algo como a monadologia leibniziana). A questão passa a ser, então, determinar se faz sentido [*whether it is meaningful*] afirmar um isomorfismo entre dois tipos tão radicalmente distintos de ordem. Falkenstein nega isso com base na razão que a ordem de fenômenos que é uma ordem de apresentação (espaço-temporal) [*the presentational (spatio-temporal) order of*

⁷³ Cf. ALLISON H., *Kant's Transcendental Idealism*, pp. 112-3.

phenomena] é indiferente às propriedades internas dos objetos nela ordenados (presumidamente, Kant mostra isso nas Exposições e em seu apelo às contrapartes incongruentes).⁷⁴

O raciocínio consistiria em mostrar a impossibilidade de uma analogia entre termos muito heterogêneos. Tomando de empréstimo as classificações de Falkenstein, Allison procura, então, caracterizar a diversidade entre o espaço empírico e o seu pretense analogado. Independentemente do requinte dessa caracterização, o ponto essencial é que o fundamento para a rejeição da analogia parece residir, de algum modo, no contraste entre a subjetividade do espaço empírico e a não subjetividade de um espaço transcendentemente real. Com efeito, o que se pretende mostrar é a impossibilidade de uma correlação entre o espaço *subjetivo* atribuído aos objetos empíricos e *qualquer* espaço transcendentemente real, i.e., *qualquer* que seja o objeto de uma pretensa representação de um espaço não subjetivo.

Outros indícios textuais reforçam essa leitura. Ao introduzir o princípio da subjetividade das formas sensíveis, Allison dá a entender que esse seria o fundamento *geral* da tese da não espacialidade [cf. cap.I p.27]. Ademais, a própria caracterização da heterogeneidade entre o espaço empírico e um espaço não empírico parece ressaltar a subjetividade do primeiro: uma ordem de fenômenos seria uma ordem de *apresentação*, i.e., uma ordem em que a *mente receberia seus dados na intuição*.

Se essa leitura for correta, é legítimo lamentar que Allison não esclareça a diferença entre duas acepções de subjetividade: aquela caracterizada como referência essencial à mente, responsável pela recusa de uma identidade qualitativa, mas insuficiente para a exclusão de uma analogia, e aquela acepção destinada a eliminar essa última alternativa.

Antes mesmo, convém observar que o intérprete não destaca uma distinção importante entre dois sentidos de *referência à mente*. Em um primeiro sentido, algo seria dito “*envolver uma referência essencial à mente*” por ser um conteúdo de representação [genitivo subjetivo].

⁷⁴ ALLISON, H. ‘Transcendental idealism: a retrospective’ (in.: *Idealism and Freedom*), p. 10.

No segundo sentido, algo envolveria uma referência essencial à mente por ser representado *como* necessariamente relacionado à mente [genitivo objetivo]. À primeira vista, pode parecer artificiosa essa distinção. Com efeito, se algo é conteúdo de representação, como poderia ser concebido senão como relacionado à mente? A polêmica acerca da realidade das cores pode trazer alguma luz sobre essa questão. Na concepção moderna, as cores são subjetivas, são conteúdos de representação. No entanto, não parece correto afirmar que a representação do vermelho seja a apreensão *de* uma relação necessária com o sujeito. Pelo contrário, essa representação parece revelar-nos algo que seria independente de sua apreensão. O mesmo não ocorreria com algumas representações de propriedades do espaço empírico. A representação das direções do espaço, tão necessárias para nossa discriminação entre corpos enantiomorfos (mãos esquerda e direita, parafusos levógiros e dextrógiros, etc.), parece fazer uma referência inevitável ao sujeito que as apreende.

A presente distinção tem relevância para a compreensão da diversidade entre os argumentos que contestam, respectivamente, a identidade numérica e a identidade qualitativa entre o espaço empírico e o presuntivo espaço transcendentalmente real. O reconhecimento de que o espaço empírico seja um *conteúdo de representação* (imposto aos objetos de conhecimento) é suficiente para demonstrar que esse espaço não é *numericamente* o mesmo que um suposto espaço não empírico. Não parece bastar, contudo, para excluir a identidade *específica* entre ambos.

Na teoria aristotélica, a razão pela qual não poderia haver identidade específica entre duas entidades seria interna às suas definições. Ora, ser um conteúdo de representação não é, para Allison, uma nota da definição do conceito de espaço empírico; ao menos isso é o que decorre da natureza sintética da tese da subjetividade. É plausível sustentar, no entanto, que Allison não tenha em foco o conceito tradicional de identidade específica. Antes, ele empregaria a noção mais ampla de identidade *qualitativa*, a qual não parece exigir que o

fundamento da diferença fosse interno à definição. A diferença qualitativa demandaria simplesmente que uma qualidade *necessária* de um dos termos da distinção não pertenceria ao outro. Ora, se o espaço empírico fosse um conteúdo de representação, não o seria por contingência. Nesse caso, ele teria uma propriedade necessária da qual o espaço não subjetivo estaria desprovido. Não bastaria, pois, esse raciocínio para se excluir a possibilidade de uma identidade qualitativa?

Não o cremos. É necessária uma diferença mais substantiva entre o espaço empírico e um pretense espaço não empírico para que declaremos a sua distinção qualitativa. Não parece correto afirmar que as cores, concebidas como os modernos as compreendem, sejam qualitativamente distintas das cores enquanto concebidas como um realista aristotélico as compreenderia. Para admitir alguma diferença qualitativa entre o que é conteúdo de representação e o que não é, devemos mostrar que alguma *outra* propriedade necessária daquilo que é conteúdo de representação não poderia ser encontrada no que não é subjetivo. No caso da distinção entre espaço empírico e não empírico, caberia mostrar que certas propriedades do espaço empírico, remetem essencialmente ao sujeito cognoscente, relação que, sem dúvida, não poderia caracterizar um espaço que se pretenda independente das faculdades de apreensão. Em outras palavras, seria necessário mostrar que uma *qualidade objetiva* essencial ao primeiro, i.e., uma propriedade que o constitua como algo representado e não como algo em um sujeito de representação, não poderia pertencer ao segundo.

Em *Kant's Transcendental Idealism*, Allison discorre mais extensamente sobre a subjetividade das formas sensíveis. O autor distingue duas acepções da expressão 'forma da sensibilidade': "*pode designar ou bem uma forma do intuir sensivelmente [sensibly intuiting] [...] ou bem uma forma dos objetos enquanto [qua] intuídos sensivelmente.*"⁷⁵ Na oração que precede essa passagem, lemos que "*ambos esses sentidos [de forma da sensibilidade]*

envolvem uma referência à mente e, assim, trazem consigo implicações mentais [mentalistic implications].” Pelo contexto, todavia, fica claro que essa distinção entre acepções de forma sensível não é entendida como veículo da oposição, exposta no parágrafo anterior, entre os dois sentidos de dependência à mente. Há fortes evidências de que o intérprete compreenda a referência essencial à mente exclusivamente conforme o primeiro dos sentidos apresentados acima.

Allison assume claramente que a referência à mente interna ao segundo sentido de forma da sensibilidade é parasitária da referência à mente interna ao primeiro sentido.⁷⁶ Entretanto, a elucidação dessa referência não faz nenhuma alusão à *representação de* uma relação com a mente [genitivo objetivo]. Pelo contrário, parece basear-se apenas no fato que a forma do *intuir sensivelmente* (ou ainda, como o intérprete também costuma denominá-la, “*modo ou maneira de intuir*”⁷⁷, “*capacidade ou disposição inata de intuir coisas de um certo modo, tal como espacialmente ou temporalmente*”⁷⁸) tem uma referência à mente por ser uma forma do *intuir*, isto é, por ser algo em um sujeito de apreensão, vale dizer, um conteúdo de representação [genitivo subjetivo]. De resto, nenhum dos argumentos atribuídos a Kant em

⁷⁵ ALLISON H., *Kant's Transcendental Idealism*, p. 107.

⁷⁶ Esse nexos é apresentado em vários momentos:

- (i) “O ponto principal aqui é que, ao declarar que uma forma de aparições ou de objetos intuídos é uma forma da sensibilidade₂, declara-se também que ela é uma forma que pertence a esses objetos *em virtude da* constituição subjetiva da mente, isto é, *em virtude de* sua forma da sensibilidade₁.” [grifo nosso] (p. 107)
- (ii) “O ponto chave, contudo, é que uma tal forma [*forma da representação*: Allison discute a noção cunhada por Reinhold], como a forma da sensibilidade₂ de Kant, pertence somente ao que é representado *em virtude do modo ou maneira de representar*. A referência à mente e às suas capacidades é, portanto, intrínseca à [*built into*] própria noção de uma tal forma, assim como uma referência a uma mente sensivelmente afetada ou receptiva é intrínseca à [*built into*] concepção kantiana. Segue-se disso que, se o espaço é uma tal forma, então nem ele nem qualquer de suas propriedades podem ser predicados com sentido [*meaningfully*] de objetos, quando esses objetos são considerados abstração feita de seu representar por uma mente dotada daquela *maneira* de representação.” [grifo nosso] (pp. 112-3)
- (iii) “Nós veremos mais tarde nesse capítulo que é o espaço assim construído o que Kant declara ser transcendentalmente ideal e que o argumento em favor dessa idealidade baseia-se no juízo [*contention*] que uma tal forma pode ser entendida apenas como um produto de uma *maneira subjetiva de intuir*.” [grifo nosso] (p. 97)

⁷⁷ ALLISON H., *Kant's Transcendental Idealism*, p. 106.

⁷⁸ ALLISON H., *Kant's Transcendental Idealism*, p. 97.

defesa da conclusão que o espaço empírico seja uma forma da sensibilidade faz menção à tese que tal espaço seja representado, por razão de suas propriedades objetivas, *como* dependente da mente.⁷⁹

A omissão de Allison não nos deve impedir de perceber as virtudes de sua interpretação. Alguma razão parece haver no destaque ao primeiro sentido de dependência à mente. Talvez se deva assumir que o segundo sentido *não* seja uma condição suficiente da *subjetividade* do que é atribuído ao objeto de conhecimento. Isso não invalidaria a importância desse segundo sentido para a exclusão de uma identidade qualitativa. Antes, revelaria a importância de se distinguir duas situações compatíveis com a *representação de* uma referência à mente. Na primeira, embora a representação contenha necessariamente a apreensão de um vínculo com o sujeito, a necessidade da referência caracterizaria o modo de nosso *representar* e não consistiria, por si só, em nenhuma propriedade *intrínseca* da coisa representada. Na segunda, ao contrário, a necessidade da apreensão do vínculo com o sujeito determinaria a subjetividade do que é *representado*. Lançando mão do vocabulário tomista, pode-se parafrasear essa oposição da seguinte maneira: no primeiro caso, a referência à mente determinaria a apreensão *da parte [ex parte] do sujeito cognoscente*; no segundo, ela determinaria a apreensão *da parte [ex parte] da coisa conhecida*, i.e., a partir de uma propriedade interna, *não extrínseca*, à coisa.

A primeira situação parece constituir um pressuposto do entimema apresentado no renomado artigo de 1768.⁸⁰ De que outro modo poderia Kant concluir, a partir do exame das

⁷⁹ Allison apresenta três argumentos. O primeiro faz alusão ao caráter *necessário* (a priori) da representação do espaço. O segundo apela à anterioridade do espaço em relação à experiência, o que pretensamente teria como fundamento a sua função enquanto *condição da experiência* (condição epistêmica). O último recorre à impossibilidade da *representação* do espaço absoluto e mesmo à impossibilidade de um tal *espaço*. Se esses argumentos cumprem o seu propósito é uma questão mais complexa que não será discutida aqui.

⁸⁰ KANT, I. *Von dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume*.

diferenciações entre *contrapartes incongruentes*, a realidade do *espaço absoluto*?⁸¹ A segunda situação, por seu turno, reclamaria, além da representação de uma referência à mente, uma condição adicional. Uma condição que garanta ser essa referência não apenas uma qualificação de nosso modo de representar, mas uma determinação *intrínseca* às próprias coisas representadas. Ora, qual seria o requisito adicional senão o primeiro sentido de referência à mente, isto é, a exigência de que o representado seja, ao menos em parte, um *conteúdo* de representação? Com efeito, se o representado fosse um conteúdo de representação, não poderia acontecer que a referência à mente representada caracterizasse tão somente o modo de apreensão e não o objeto apreendido. Quando o representado é o próprio conteúdo de representação, parece cair por terra a distinção entre o que caracteriza apenas o modo de representar e o que caracteriza o próprio representado.

É razoável sustentar que o primeiro sentido de referência à mente seja um critério suficiente de subjetividade. Como dissemos, na concepção moderna, contrária ao realismo aristotélico-tomista, *cores* são subjetivas. Enquanto tais, envolvem referência à mente, embora *não* sejam necessariamente representadas *como* contendo um vínculo intrínseco com o sujeito cognoscente. Não há nada na apreensão de um objeto enquanto vermelho que faça *alusão* à

⁸¹ A esse respeito, confira-se o meticuloso artigo do Prof. José Alexandre Guerzoni, intitulado ‘Sobre o Fundamento da Distinção de Regiões no Espaço’. O texto fornece uma resposta a um dos problemas instigantes da escolástica kantiana: como pôde Kant extrair, ao longo de seu percurso intelectual, conclusões tão díspares e mesmo incompatíveis a partir das reflexões acerca das contrapartes incongruentes? Guerzoni procura mostrar que a diferença entre o argumento de 1768, que atestaria a natureza e realidade absoluta do espaço, e o argumento dos *Prolegomena*, §13, cujo resultado é a idealidade transcendental do espaço, está calcada em “*uma propriedade elementar de um argumento cogente, qual seja, que a negação de qualquer uma de suas premissas é consequência lógica das demais acrescidas da negação de sua conclusão.*” Na demonstração dos *Prolegomena*, a idealidade do espaço seria obtida a partir da negação da conclusão do argumento de 68 e da afirmação de todas as premissas desse argumento exceto uma, a saber, a tese da realidade do espaço.

Essa interpretação claramente supõe a neutralidade de *nosso modo de apreensão* da distinção entre contrapartes incongruentes no tocante à idealidade ou à realidade do espaço. Isso não nos faz menosprezar o vínculo essencial entre a discriminação de corpos enantiomorfos e a *representação* de uma relação com a mente (ou antes, com o corpo do sujeito de apreensão, *enquanto sujeito de apreensão*). A representação da referência ao sujeito caracterizaria o modo unicamente pelo qual um sujeito finito poderia apreender distinções entre formas corpóreas cujo *fundamento* não poderia residir em meras *relações extrínsecas* ou *intrínsecas* dos corpos e de suas partes entre si. A diferença entre os argumentos kantianos estaria no fato que, no primeiro, uma vez acrescentada a tese da realidade do espaço, concluir-se-ia que o fundamento da distinção entre as contrapartes é *real*; já no segundo, dada a recusa do caráter absoluto do espaço, restaria assumir que o fundamento da distinção não é nada independente de nossa apreensão.

própria apreensão. Na mesma direção, se fosse possível demonstrar que as determinações *espaciais* atribuídas ao objeto de cognição são conteúdos de representação, resultaria assegurada a subjetividade do espaço, bem entendido, do espaço que é atribuído aos objetos de conhecimento.

A suposta afinidade entre cores e espaço deve, no entanto, preservar as possíveis diferenças entre os conteúdos de representação no que diz respeito à *legitimidade* de sua imputação aos objetos. Esse é um problema complexo que exige determinar as condições que, acrescidas à pressuposição da subjetividade do que é atribuído ao objeto de conhecimento, permitem *validar* essa atribuição. Anteriormente [cap.II, pp.83-5], sugerimos que a natureza *formal* da representação do espaço exerceria um importante papel nessa validação. No presente momento, importa-nos apenas constatar que é a *conjunção* da subjetividade do espaço com as demais condições o que primeiramente determinaria ser o conteúdo de nossa representação *algo imposto* ao objeto de cognição. Somente a coordenação das diversas premissas autorizaria a idéia de uma *imposição* e de um *objeto constituído* pelas faculdades cognitivas.

Enfim, pode-se resgatar o contraste entre a força dedutiva dos dois sentidos de referência à mente. O primeiro sentido (conjugado com certos requisitos adicionais) seria suficiente para demonstrar que o espaço empírico, o espaço que é “imposto” aos objetos empíricos, não é numericamente o mesmo que um espaço não empírico. Não bastaria, contudo, para a recusa de uma identidade qualitativa entre eles. O segundo sentido de referência não seria suficiente para excluir a sua identidade numérica, nem mesmo a específica. Todavia, acrescentando-se, à tese que a representação desse espaço faz uma referência essencial à mente, o pressuposto que o espaço atribuído aos objetos de conhecimento é um conteúdo de representação, poder-se-ia concluir a inexistência de uma identidade qualitativa.

Procuramos esclarecer a noção de subjetividade que seria pressuposta no argumento contra a possibilidade de uma identidade qualitativa entre o espaço empírico e um pretense espaço transcendentalmente real. Destacamos também uma segunda premissa do argumento: nossa representação do espaço deveria conter a apreensão de um vínculo essencial com o sujeito cognoscente. O melhor suporte para essa premissa revela-se no exame da distinção entre contrapartes incongruentes. Curiosamente, é apenas na refutação da possibilidade de uma *analogia* entre os dois espaços que Allison faz alusão às tais contrapartes.⁸² Isso acaba por obscurecer ainda mais o fundamento oferecido pelo intérprete para a recusa de uma analogia.

Em suma, Allison não torna absolutamente manifesto como se poderia demonstrar uma tese *forte* da não espacialidade, i.e., uma tese que garantisse a não espacialidade mesmo no sentido de um espaço *análogo* ao espaço subjetivo.⁸³ Particularmente, não fica claro qual seria o papel da tese da subjetividade nessa demonstração. Em decorrência dessas dificuldades, retomaremos o exame do problema acerca do alcance do argumento kantiano [questão B, cf. p.100] a partir de uma nova perspectiva.

Paul Guyer também parece atribuir a Kant uma tese forte da não espacialidade: as coisas em si mesmas não seriam espaciais em nenhum sentido em que se poderia compreender o adjetivo ‘espacial’. O que especialmente nos interessa em sua interpretação é que, ao reconstituir o argumento kantiano, Guyer dirige uma *segunda objeção* a Allison. Este é criticado por ter assumido que a subjetividade das formas sensíveis seria fundamento da não

⁸² Cf. final da citação da página 87.

⁸³ O conjunto de premissas sugeridas ou mesmo explicitamente apresentadas por Allison não é suficiente para excluir a existência do *espaço absoluto* focado no artigo de 1768. Ora, justamente esse espaço poderia ser considerado como *análogo* ao espaço subjetivo atribuído aos objetos de conhecimento. As propriedades (objetivas) desse espaço subjetivo, em especial, o vínculo que elas mantêm com o sujeito de apreensão, não seriam *qualitativamente* idênticas às propriedades do espaço real. É difícil conceber, porém, o que nos poderia impedir de considerá-las como análogas.

espacialidade. Ora, isso indica que, ao expor a sua versão do argumento, Guyer apresentará outras premissas que a tese da subjetividade.

Vamos, assim, examinar a interpretação de Guyer com os seguintes objetivos. Primeiro, avaliar se as premissas por ele apresentadas são suficientes para a obtenção de uma tese forte da não espacialidade. Segundo, determinar se essas premissas são ou não compatíveis com os pressupostos assumidos por Allison. Em outras palavras, estabelecer se Allison poderia absorver em sua leitura as premissas identificadas por Guyer.

3.3. A interpretação de Guyer:

Começemos com um breve relato da *segunda objeção* endereçada a Allison.⁸⁴ Este teria invertido a ordem da argumentação kantiana, ao considerar a subjetividade das formas sensíveis como premissa da tese da não espacialidade. Para Guyer, a ordem das *Conclusões a Partir dos Conceitos Acima*⁸⁵ não é arbitrária. Primeiro, Kant demonstraria a não espacialidade das coisas em si mesmas, com base na premissa que assevera a natureza *a priori* de nossa representação do espaço [conclusão *a*]. Apenas em um segundo momento, o filósofo concluiria a subjetividade do espaço, ao mostrar, a partir da tese da não espacialidade, que o espaço não seria senão a forma da sensibilidade [conclusão *b*]. Desse modo, Guyer afirma que o seu oponente obviamente menospreza a questão do idealismo transcendental [*begs the question of transcendental idealism*], ao pressupor que as condições de conhecimento seriam antes subjetivas que objetivas, que elas refletiriam antes a estrutura da mente que a estrutura

⁸⁴ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. pp. 338-344.

⁸⁵ Cf. *KrV*. A26/B42.

do objeto.⁸⁶ Em resumo, Allison é acusado de contrabandear a subjetividade para o interior da noção de condição epistêmica [cf. pp.94-5].

Antes de avaliar se as críticas de Guyer são procedentes, vamos destacar alguns pontos positivos de sua particular interpretação da tese da não espacialidade. Uma das vantagens da análise de Guyer é a preocupação em reconhecer no texto kantiano uma estrutura argumentativa definida. Esse cuidado não deve ser visto como mera afetação de modéstia. Deveras, após anunciar a não espacialidade das coisas em si mesmas, Kant explicitamente acrescenta um fundamento para sua declaração:

O espaço não representa nenhuma propriedade de coisas em si, nem tampouco estas em suas relações recíprocas; isto é, não representa nenhuma determinação das mesmas que seja inerente aos próprios objetos e permaneça ainda que se abstraia de todas as condições subjetivas da intuição. Com efeito, nem determinações absolutas nem relativas podem ser intuídas antes da existência das coisas às quais pertencem, por conseguinte, não podem ser intuídas *a priori*.⁸⁷

Guyer faz bem em chamar atenção para a importância dessa passagem. Ela contém a primeira formulação inequívoca da tese da não espacialidade na *Crítica da Razão Pura*, bem como a primeira ocorrência da noção de coisas em si mesmas no corpo da obra. Kant ali separa nitidamente, em dois períodos, a premissa maior e a conclusão do seguinte silogismo:

- (1) Premissa maior: nada que possa ser intuído *a priori* pode pertencer às coisas em si mesmas; ou ainda, determinações absolutas ou relativas das coisas em si mesmas não podem ser intuídas *a priori*;
- (2) Premissa menor: o espaço é intuído *a priori*;
- (3) Conclusão: o espaço não pode pertencer às coisas em si mesmas, o espaço não é nenhuma determinação absoluta ou relativa das coisas em si mesmas.

⁸⁶ Cf. GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p.339.

⁸⁷ *KrV*. A26/B42.

A premissa menor está subentendida no título da seção que compreende a passagem citada. As *Conclusões a Partir dos Conceitos Acima* são resultados obtidos com base no prévio exame da representação do espaço, em especial, nos primeiros itens da *Exposição Metafísica*, onde, presume-se, seria demonstrada a natureza *a priori* de nossa intuição do espaço. A reconstituição do raciocínio kantiano em termos do presente silogismo é no mínimo tão antiga quanto o comentário de Hans Vaihinger.⁸⁸ Ela coordena fortes indícios textuais em favor da interpretação de Guyer, a tese segundo a qual o movimento inferencial visado por Kant é a passagem de nosso modo *a priori* de intuir o espaço à não espacialidade das coisas em si mesmas.⁸⁹

Observe-se que esse passo argumentativo é aquele que serve de pretexto à célebre objeção da *alternativa negligenciada*, ao menos quando exposta da maneira que foi privilegiada e endossada por Hans Vaihinger.⁹⁰ Ao promover a inferência, Kant teria ignorado uma possibilidade, a saber, que o espaço fosse intuído *a priori* e, não obstante, consistisse em uma determinação das coisas em si mesmas. Guyer, que bem leu Vaihinger,⁹¹ parece conhecer os perigos da objeção. Sua reconstrução da doutrina kantiana guarda, no entanto, uma *segunda* vantagem. Em certa medida, o intérprete move esforços para justificar o passo inferencial apresentado por Kant e para mostrar que o filósofo, longe de ignorar alguma alternativa, almejava diretamente a sua eliminação.

Podemos discriminar dois momentos na exegese de Guyer, uma fase de compreensão e outra de refutação. Primeiro, o autor procura elucidar a noção kantiana de *a priori* e, a partir desse esclarecimento, demonstrar a premissa maior do silogismo anterior. Sua análise

⁸⁸ VAIHINGER, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. v.2, pp. 287-8. Vaihinger reconhece ter sido precedido nessa reconstituição por Arnoldt [‘Kants transzendente Idealität des Raumes und der Zeit’, in: *Für Kant gegen Trend. Sep.-Abdr. a. d. Altp. Monatsschr.* VII-IX. Königsberg 1870-72 (p. 103).]

⁸⁹ Cf. GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. pp. 342-3, p. 362.

⁹⁰ VAIHINGER, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. v.2, pp. 289-91.

⁹¹ Cf. GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 461.

concentra-se em um dos critérios fornecidos na introdução da *Crítica* para o reconhecimento do caráter *a priori* de uma cognição, a necessidade.⁹² A segunda fase resume-se a contestar que Kant dispusesse de bons argumentos para adotar seu prezado conceito de *aprioridade*, especialmente, para sustentar que as formas da intuição sensível seriam *a priori* no sentido em questão.

Guyer distingue duas possíveis maneiras de interpretar a *necessidade* que, por suposição, caracterizaria nosso conhecimento de certas propriedades dos objetos, mais especificamente, nossa apreensão de suas determinações espaciais. A distinção é representada pela comparação de dois enunciados que tratam do nexos entre nossa percepção e as propriedades dos objetos percebidos:

(1) *Necessariamente*, se percebermos um objeto, ele é espacial.

(2) Se nós percebermos um objeto, ele é *necessariamente* espacial.

O primeiro enunciado expressa a necessidade de um certo *vínculo* entre o exercício de nossa apreensão perceptiva e as determinações do objeto de percepção. Essa necessidade repousaria sobre a íntima relação entre nosso modo de conhecer e os modos ou propriedades dos objetos de conhecimento. Já o segundo enunciado incorpora pressuposições mais substantivas, na medida em que reporta ao próprio *objeto* a necessidade que qualifica o modo de sua cognição. No primeiro caso, o espaço é tomado como *uma condição necessária de nosso conhecimento* de objetos. No segundo, o espaço é considerado como uma *propriedade necessária dos objetos* de nossa cognição.

Os dois enunciados não são equivalentes. É impossível demonstrar o segundo a partir do primeiro. Guyer observa que a necessidade condicional expressa em (1) poderia ser satisfeita, mesmo que os objetos não fossem necessariamente espaciais, i.e., “*mesmo que os*

⁹² Cf. *KrV*. B4: “*Necessidade e universalidade rigorosa [streng] são, portanto, seguras características*

*objetos fossem por contingência [contingently] espaciais e euclidianos”.*⁹³ De fato, basta assumir que nossas faculdades de conhecimento estejam constrangidas a tão-somente apreender objetos de uma certa natureza, para concluir que, se percebermos um objeto, ele pertencerá à espécie cognitivamente acessível. Assim, se nossa percepção está *forçosamente* limitada a apreender objetos dotados de uma certa propriedade *P*, pode-se inferir que, *necessariamente*, caso percebamos um objeto, ele possuirá a propriedade *P*. Essa limitação de nossas capacidades não garante, porém, que *P* seja um *atributo necessário* do objeto percebido.

Um breve exemplo talvez contribua para elucidar as considerações de Guyer. Suponha-se que, em decorrência de uma excêntrica transmutação, não pudéssemos perceber senão objetos vermelhos. Dada essa condição, poder-se-ia afirmar que necessariamente, se percebêssemos um objeto, ele seria vermelho. No entanto, isso não faria da vermelhidão uma propriedade essencial do objeto. Nada nos impediria de *supor* que o objeto viesse a sofrer uma mudança completa em sua pigmentação. Evidentemente, em função da hipótese adotada, deve-se admitir que, muito embora lográssemos *representar* essa mudança, não poderíamos *percebê-la*. Não obstante, o interesse de Guyer consiste em ressaltar que o conhecimento da necessária limitação de nossas faculdades cognitivas, ainda que não implique o *conhecimento* do caráter accidental da relação entre os objetos conhecidos e suas propriedades, é *compatível* com essa accidentalidade.

Guyer não explicita completamente, mas resulta claro que seu interesse, mais que voltado para a distinção entre o peso lógico dos operadores modais nos enunciados (1) e (2), está direcionado às condições de *conhecimento* das necessidades ali expressas. O ponto de Guyer parece consistir, primeiro, em sustentar que o *conhecimento* da necessária limitação de

[Kennzeichen] de uma cognição a priori e também pertencem inseparavelmente uma à outra.”

⁹³ Cf. GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 366.

nossas faculdades é compatível com a contingência da espacialidade dos objetos de cognição e, por si só, não garante o *conhecimento* nem da *contingência* nem da *necessidade* da espacialidade. Desse modo, o conhecimento de que certas propriedades dos objetos sejam necessárias não seria garantido pelo caráter *restritivo* das condições cognitivas. Segundo, Guyer dá a entender que o *conhecimento* da necessidade da espacialidade só é possível, se as condições epistêmicas forem *impositivas*. Somente se as propriedades necessárias dos objetos forem impostas pelo sujeito cognoscente, seria possível a tal sujeito uma apreensão cognitiva dessa necessidade. Assim, ao comentar o enunciado (2), o autor escreve:

[...] ele [Kant] assume, de forma suficientemente razoável, que isso [o que é expresso no segundo enunciado] não pode ser *conhecido* de objetos que são espaciais independentemente de nós; pois, de tais objetos, nós poderíamos saber no máximo que eles são espaciais, mas, nesse caso, saberíamos apenas que eles são por contingência [*contingently*] e não necessariamente espaciais. Assim, ele conclui que nós podemos saber que um objeto é necessariamente espacial, somente se ele é, em última instância, um objeto de nossa criação: “*Nós podemos conhecer as coisas [...] a priori somente enquanto nós as constituímos*” [R 6342].” [grifo nosso]⁹⁴

A constituição dos objetos pelo sujeito cognoscente seria uma condição necessária do reconhecimento da necessidade absoluta do espaço. Guyer reitera essa tese em várias passagens.⁹⁵ Por simplicidade, vamos denominá-la *tese A*. Partindo do pressuposto que dispomos de um conhecimento da necessidade absoluta da espacialidade dos objetos do sentido externo (e mesmo das propriedades euclidianas do espaço), Kant concluiria que as formas do espaço lhes são impostas e que tais objetos seriam, ao menos em parte, produtos de nossa criação.

Cumprido, nesse momento, indagar se essa conclusão é suficiente para estabelecer a não espacialidade daquilo que se conservaria independente da constituição pelas nossas capacidades cognitivas. A resposta deve ser uma negação qualificada. O que independe da

⁹⁴ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 364. Sobre o caráter impositivo das condições de conhecimento, veja-se também p. 342, p. 368.

⁹⁵ Cf. GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 365, p. 366.

imposição das formas cognitivas é *não-espacial* no sentido de uma espacialidade *subjetiva*, constitutiva do objeto de conhecimento enquanto conteúdo de representação imposto. No entanto, a imposição das formas cognitivas (em particular, das formas da sensibilidade) não garante, por si só, que essa realidade alheia à nossa criação seja não-espacial no sentido de um espaço não-subjetivo (ou transcendentalmente real, para usar a gíria de H.Allison).

Guyer parece estar ciente disso, razão pela qual destacaria duas novas premissas, a fim de obter um resultado mais forte e, desse modo, complementar sua reconstrução do argumento da não espacialidade. A primeira é uma tese claramente kantiana, exposta nas páginas iniciais da Introdução da *Crítica da Razão Pura* (edição B): a equivalência entre necessidade e universalidade. A segunda premissa não desfruta de uma base textual tão explícita. Ela afirma que, se um objeto for independente de nossa criação, então, se ele for espacial, o será apenas por contingência.⁹⁶

Aparentemente, a introdução das novas premissas empresta ao argumento a força dedutiva esperada. A primeira nova premissa, ao afirmar a equivalência entre necessidade e universalidade, garantiria que, se *algum* objeto fosse necessariamente espacial, então *todo* objeto espacial seria necessariamente espacial. Ora, Kant defenderia que conhecemos objetos cujas propriedades espaciais são absolutamente necessárias. Por conseguinte, não só haveria objetos dotados de propriedades espaciais necessárias, como *todos* os objetos espaciais seriam

⁹⁶ A passagem previamente citada já introduzia uma versão epistêmica dessa segunda premissa, como fundamento da tese que o conhecimento da necessidade absoluta do espaço implicaria a imposição das formas espaciais (*Tese A*). Guyer argumenta que, de objetos que são espaciais independentemente de nós, “[...] poderíamos saber no máximo que eles são espaciais, mas, nesse caso, saberíamos apenas que eles são por contingência [contingently] e não necessariamente espaciais”. Em outras palavras, se x for um objeto independente de nossa criação, então, se *soubémos* que x é espacial, *saberémos* apenas que x é por contingência espacial.

Note-se que essa proposição não se reduz a uma simples elucidação da tese que ela pretende fundamentar. Saber que certos objetos são espaciais apenas por contingência implica naturalmente não dispor de um conhecimento da necessidade absoluta de sua espacialidade. No entanto, a inversa não procede. *Não conhecer* a necessidade absoluta da espacialidade de tais objetos não significa o mesmo que *saber* que suas propriedades espaciais *não* são (absolutamente) necessárias, mas contingentes. Com efeito, se os objetos são realmente independentes de nossas capacidades cognitivas, o que se concederia no presente caso, então o fato de *não saberémos* que eles sejam necessariamente espaciais não exclui que *sejam* necessariamente espaciais; muito menos exige *saberémos* que eles sejam espaciais apenas por contingência.

necessariamente espaciais. Nenhum objeto seria espacial por contingência. Mas a segunda premissa acrescentada declara que, se x for um objeto independente da constituição pelas nossas faculdades cognitivas, então, se x for espacial, será espacial apenas por contingência. Assim, em função da conclusão anterior (“nenhum objeto é espacial por contingência”), pode-se concluir que, se x é um objeto independente de nossa criação, x não será espacial. Ou seja, apenas aquilo que é constituído pelo sujeito cognoscente seria espacial. Nos termos de Guyer:

[C]omo sugere o argumento de Kant, na alternativa negligenciada, as proposições sintéticas em questão seriam necessariamente verdadeiras de nossas *representações* dos objetos, mas seriam somente *por contingência* [*contingently*] verdadeiras dos objetos mesmos; todavia, dada a co-extensionalidade entre universalidade e necessidade (B4), isso excluiria a necessidade e, portanto, a *aprioridade* dessas proposições. Na concepção kantiana, a espacialidade não pode ser necessariamente verdadeira de alguns objetos (representações) e verdadeira por contingência de alguns outros (coisas em si mesmas); pois, nesse caso, ela não seria necessariamente verdadeira de nenhum objeto; se ela deve ser necessariamente verdadeira de alguns objetos, ela deve ser necessariamente verdadeira de todos objetos de que é verdadeira. Como não podemos afirmar que a espacialidade é necessariamente verdadeira das coisas em si mesmas – mas podemos afirmar que ela é necessariamente verdadeira de alguns objetos –, segue-se que ela não é verdadeira das coisas em si mesmas em absoluto.⁹⁷

Esse texto finaliza a reconstrução que Guyer propõe ao argumento kantiano. O raciocínio, que o intérprete apresenta de forma compacta, pode agora ser transcrito de acordo com a estrutura silogística esboçada por Kant no primeiro item das *Conclusões Sobre os Conceitos Acima* [A26/B42]:

- (i) Para toda propriedade P (e.g. *ser espacial*), se um objeto é necessariamente P , todo objeto que é P é necessariamente P ; [primeira premissa]
- (ii) Se x é um objeto independente de nossa criação e x é P , então x é P apenas por contingência; [segunda premissa]
- (iii) Logo, se algum objeto é necessariamente P , então, se x é um objeto independente de nossa criação, não é o caso que x seja P por contingência; [de i e ii]

⁹⁷ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. pp. 366-7.

- (iv) Logo, se algum objeto é necessariamente *P*, então, se *x* é um objeto independente de nossa criação, *x* não é *P*; [de ii e iii]
- (v) Os objetos independentes da constituição pelas nossas capacidades cognitivas são as coisas em si mesmas; [terceira premissa]
- (vi) Se um objeto é necessariamente *P* (e.g. *espacial*), então, se *x* é uma coisa em si mesma, *x* não é *P*. Em outros termos, se *P* pertence necessariamente a algum objeto, então *P* não é nenhuma propriedade de coisas em si mesmas; [paráfrase da *premissa maior* do silogismo kantiano; de iv e v].
- (vii) Ora, existe um objeto que é necessariamente *espacial*; [quarta premissa, paráfrase da *premissa menor* do silogismo]
- (viii) Logo, se *x* é um objeto independente de nossa criação (se *x* é uma coisa em si mesma), então *x* não é *espacial*. [de vi e vii]

Uma vez reconstituída a argumentação kantiana, Guyer passa imediatamente à sua refutação. Esta se resume a uma única crítica: Kant não apresentaria nenhuma prova de que conhecemos a necessidade absoluta da espacialidade de certos objetos, portanto, nenhum fundamento para declarar que alguns objetos seriam necessariamente espaciais. Para o intérprete, mais prudente seria contentar-se com a necessidade condicional expressa no enunciado (1) [cf. p.114], a qual requer apenas que as condições de conhecimento sejam *restritivas*, não que sejam *impostas* aos objetos. Condições epistêmicas restritivas seriam, aliás, tudo o que a porção sadia e não dogmática da doutrina kantiana, “*uma exploração dos limites de nossas capacidades cognitivas*” elaborada no melhor estilo lockeano, precisaria admitir.⁹⁸

Essa objeção incide unicamente sobre o passo (vii) do argumento, isto é, sobre a proposição em termos da qual foi parafraseada a *premissa menor* do silogismo kantiano.

Guyer não faz nenhuma ressalva às demais premissas e parece mesmo acatá-las. Estas não são, porém, meras tautologias. Por conseguinte, também careceriam de fundamentação. Todavia, não convém exigir de Guyer a justificativa de tais proposições, mas tão somente a apresentação de evidências textuais que confirmem a sua autenticidade. Sendo isso realizado, as eventuais dificuldades que pudessem afetar a validação dessas premissas somar-se-iam à objeção que o intérprete dirige a Kant.

À primeira vista, tudo nos leva a um mesmo ponto: reconhecer o mérito da interpretação de Guyer. Em primeiro lugar, ele teria mostrado com muita clareza quais seriam os fundamentos de uma tese *forte* da não espacialidade. Sua leitura guardaria uma estreita proximidade com o texto da *Crítica*. Além disso, ela não recairia no problema que perturba a exposição de Allison, qual seja, ter assumido como premissa uma tese que parece incapaz de garantir o resultado almejado. Desde o princípio, Guyer faz questão de salientar que não considera a *subjetividade das formas sensíveis* como fundamento da não espacialidade. Em segundo lugar, o sucesso na identificação das premissas traria consigo outras vantagens; ajudaria não só a determinar as carências do argumento kantiano como também a distinguir a parte da filosofia crítica que estaria salva das garras do dogmatismo.

Veremos, no entanto, que a análise de Guyer apresenta alguns problemas significantes, todos eles relacionados com o emprego das premissas que o autor, por sua própria conta, parece endossar: as proposições (i), (ii) e (v). Isso talvez não cause grande surpresa. Quer-nos parecer que se Guyer tivesse focado, o pouco que seja, as dificuldades que ameaçam a justa demonstração dessas proposições, teria percebido os limites de sua interpretação.

O *primeiro* é um problema que, embora não afete diretamente a reconstituição a que Guyer submete o argumento da não espacialidade, atinge outra parte essencial de sua

⁹⁸ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 367. Sobre o alegado dogmatismo da teoria kantiana da não espacialidade das coisas em si mesmas, cf. pp. 333-5.

interpretação: a *tese dos dois mundos*. Guyer defende que as expressões ‘aparência’ e ‘coisa em si mesma’ delimitariam domínios disjuntos de entidades. Todavia, ao contrário de outros adeptos dessa leitura, ele nega que Kant tenha simplesmente *postulado* um misterioso reino de seres distintos numericamente dos objetos da experiência sensível:

De fato, Kant não postula [um segundo conjunto de objetos não espaciais e não temporais, em acréscimo aos referentes ordinários dos juízos empíricos], exceto nos casos especiais de Deus e da alma, que claramente são entendidos como objetos numericamente distintos daqueles encontrados na experiência sensível. Mas ele faz algo igualmente desagradável, a saber, *reduzir [degrade]* objetos ordinários a meras representações desses objetos, ou *identificar* objetos que possuem propriedades espaciais e temporais com meras entidades mentais. Para suprimir [*strip*] o espaço e o tempo das coisas como elas são em si mesmas e não apenas de nosso conceito dessas coisas, Kant não precisa postular um segundo conjunto de objetos para além daqueles a que nos referimos; pois a ontologia da qual ele parte *já* inclui duas classes de objetos, a saber, coisas como mesas e cadeiras e nossas *representações* dessas últimas. Kant não tem de adicionar uma *terceira* classe de objetos a essas duas; para negar que as coisas que admitimos ordinariamente sejam realmente espaciais ou temporais, tudo o que ele tem a fazer é *transferir* a espacialidade e temporalidade dos objetos para nossas *representações* deles ou *confinar* asserções sobre espacialidade e temporalidade a essas últimas.⁹⁹

A ontologia kantiana seria composta por *duas* classes de entidades, de um lado, o domínio das *representações*, de outro, o domínio das *coisas em si mesmas*. O conjunto dos objetos da experiência sensível estaria contido no primeiro grupo. O motivo para tal ordenação seria a redução desses objetos, ou antes, de suas determinações espaço-temporais, a meras entidades mentais. A segunda classe, Guyer sugere, compreenderia aquela realidade ordinariamente atribuída aos objetos da experiência, mas que, devido à sua independência em relação ao sujeito cognoscente, resistiria à redução. Infelizmente, o intérprete não explicita com detalhe qual seria o argumento em favor dessa “modificação” dos objetos da experiência em meras representações. Não obstante, baseados nos princípios por ele reconhecidos na demonstração da não espacialidade, cremos poder formulá-lo:

⁹⁹ GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. pp. 334-5.

- 1) Conhecemos a necessidade absoluta de certas propriedades *P* dos objetos da experiência sensível, em particular, de sua espacialidade; [proposição (vii) do argumento da não espacialidade]
- 2) Saber que um objeto *x* é necessariamente *P* implica que *P* é uma forma subjetiva imposta a *x* e que *x* é, ao menos em parte, produto de nossa criação; [*tese A*, a qual é dedutível da premissa (ii): cf. n.96]
- 3) Logo, a forma do espaço é imposta aos objetos da experiência sensível; tais objetos são fruto da imposição da forma subjetiva da espacialidade; [de 1 e 2]
- 4) O que resulta da imposição é inteiramente subjetivo, mera representação;
- 5) Logo, objetos sensíveis são meras representações.

A dificuldade reside na premissa 4. A imposição, para Guyer, em vez de *pressupor* que aquilo a que são impostas as formas cognitivas possua uma realidade independente do sujeito cognoscente, *excluiria* tal realidade. Ora, isso não é nada óbvio. Pelo contrário, se faz sentido falar em *imposição*, deve haver uma distinção entre as formas sensíveis impostas e aquilo a que elas são impostas. Não havendo essa distinção, as formas sensíveis não seriam *impostas* aos objetos, antes, elas *seriam* os próprios objetos. É preciso reconhecer, portanto, que um objeto resultante da imposição das formas sensíveis tenha um duplo aspecto, um aspecto *subjetivo* e outro *não subjetivo*.

Esse problema reflete na compreensão da premissa (v). A identidade entre *coisas em si mesmas* e *o que é independente do sujeito* não poderia dispensar qualificação, uma vez que as próprias aparições, os objetos da experiência sensível, conteriam algo independente do sujeito, uma realidade não subjetiva. Bem entendido, isso não compromete a validade do argumento da não espacialidade tal como analisado por Guyer. Bastaria, pois, determinar a premissa (v) do seguinte modo: o que *em sua totalidade* é independente do sujeito é coisa em

si mesma. No entanto, essa qualificação não mais seria compatível com a *teoria dos dois mundos*.¹⁰⁰

Consideremos, agora, o *segundo* problema. Anunciamos que a fundamentação da premissa (ii) não seria uma simples tarefa. Ao afirmar que objetos independentes de nossas capacidades cognitivas seriam espaciais apenas *por contingência*, ela expressa uma determinação acerca do caráter modal de pretensas propriedades das coisas em si mesmas. O peso desse princípio pode ser melhor avaliado na comparação com aquela tese mais modesta que Guyer introduz inicialmente, a *tese A*: se um objeto x não for produto de nossa criação, então não saberemos que x é necessariamente espacial.

Essa última admite diferentes relações entre a espacialidade e as coisas em si mesmas. Se não podemos saber que entidades independentes do sujeito cognoscente são necessariamente espaciais, então: ou bem não sabemos que elas são espaciais, ou bem, se as conhecemos como espaciais, não sabemos que elas são necessariamente espaciais. Contudo, o fato de desconhecermos a sua espacialidade não implica que elas não sejam espaciais. Tampouco o fato de não as conhecermos como necessariamente espaciais implica que elas não sejam necessariamente espaciais. A *tese A* é, portanto, compatível seja com a

¹⁰⁰ Isso faz de Guyer um defensor da *tese dos aspectos*? Depende da resposta que for dada à seguinte questão: a tese dos aspectos pressupõe a identidade *completa* entre aparições e coisas em si mesmas ou também admite que a coisa em si mesma seja apenas *parte* da aparição, a parte independente da relação cognitiva? A última é o que é imposto pelas premissas de Guyer. Allison é ambíguo. Quando fala, sem maiores detalhes, que aparições e coisas em si mesmas são a mesma coisa, parece privilegiar a primeira alternativa. Todavia, ao responder as objeções que Hoke Robinson faz à sua compreensão da identidade entre aparições e coisas em si mesmas [‘Transcendental idealism: a retrospective’, p.16], ele *parece* privilegiar a segunda. Nessa passagem, Allison caracteriza aquela mesma coisa que seria considerada ora como aparição ora em si mesma não mais como o *objeto sensível*, mas como o *objeto transcendental*.

Observe-se que, na segunda alternativa, falar da coisa em si mesma não mais seria falar do *híbrido sob um aspecto*, mas simplesmente falar de *parte* do híbrido. No entanto, o objeto empírico continuaria sendo o híbrido formado por uma parte *subjativa* e outra *não subjativa*. Desse modo, ainda teríamos de usar a estrutura dos juízos reduplicativos para falar de objetos empíricos. Com efeito, se o objeto é o híbrido, qual dos predicados opostos teríamos direito de lhe atribuir: o predicado que apresenta as formas *subjativas* ou a negação do predicado subjetivo? A resposta deve ser: o predicado que condiz com o qualificativo da predicação. Se o qualificativo é o aspecto subjetivo do híbrido, o predicado atribuí corretamente as formas subjativas. Se o qualificativo é o aspecto não subjetivo, o predicado é a negação das formas subjativas. Assim, tanto Guyer quanto Allison devem pressupor o instrumental lógico dos reduplicativos. Ora, se considerarmos que o núcleo duro da tese dos aspectos é a *distinção aspectual* que é viabilizada pela estrutura dos reduplicativos (o objeto

espacialidade, seja com a não espacialidade das coisas em si mesmas, quer tomemos os atributos espaciais como absolutamente necessários ou como apenas contingentes. Em vez de determinar alguma dessas situações, a *tese A* expressa o que não sabemos ou não podemos saber acerca da constituição das coisas em si mesmas. A premissa (ii), ao contrário, embora não as determine como dotadas de uma localização espaço-temporal, *estabelece* que, se elas forem espaciais, o serão apenas por *contingência*.

A determinação veiculada pela premissa (ii) não está imune a controvérsia. Em primeiro lugar, não é manifesto que uma certa entidade, mesmo independente do sujeito, possa ser espacial apenas por contingência. Pelo contrário, parece haver mais pretensão que cautela em sugerir que uma coisa possa preservar sua existência, tendo uma vez deixado de possuir localização. Se não estranhemos a proposta, talvez pelo apreço mais ou menos consciente a uma promessa de imortalidade, reconhecemos ao menos que essa não é uma afirmação auto-evidente.¹⁰¹ Em segundo lugar, é tese difundida entre célebres realistas que a espacialidade de entidades não constituídas pelo sujeito cognoscente não seria uma propriedade accidental. Coisas materiais, sejam elas corpos celestes ou simples grãos de areia, enquanto essencialmente extensas, ocupariam *por necessidade* alguma posição no espaço. A Terra, por exemplo, deixaria de existir, caso perdesse *toda e qualquer* localização espacial.

Guyer não discute e nem mesmo expõe as objeções anteriores. A verdade é que elas não constituem, em si mesmas, uma refutação da proposição (ii). A primeira apenas destaca melhor o teor da premissa, enquanto a segunda resume-se a um argumento por autoridade. Contudo, a atribuição de uma tese substantiva a um autor impõe a defesa de sua plausibilidade

empírico sob o aspecto subjetivo e o objeto empírico sob o aspecto não subjetivo), então podemos dizer que os dois intérpretes são defensores da teoria dos aspectos.

¹⁰¹ Note-se que, para tornar inteligível a possibilidade de contingência das propriedades espaciais, Guyer enfoca, no que aparenta ser uma breve tentativa de exposição da premissa (ii), apenas as propriedades *euclidianas* do espaço [cf. *Kant and the Claims of Knowledge*. p. 367]. Entretanto, o propósito do argumento da não espacialidade parece consistir não apenas em recusar que as coisas em si mesmas satisfaçam as particularidades

e, quando isso não for possível, pelo menos a apresentação de fortes indícios textuais. Guyer não cumpre nenhuma das exigências.

Finalmente, mesmo que a premissa (ii) fosse com justiça atribuída a Kant, há um *terceiro* problema que compromete, se não a *validade* do raciocínio reconstituído por Guyer, ao menos o desejo de ver na conclusão a versão mais *forte* da tese da não espacialidade. Somente uma falácia de *ambigüidade* pode nos levar a pensar que a estratégia argumentativa escolhida pelo intérprete permitiria demonstrar que as coisas em si mesmas seriam não espaciais no sentido de um espaço não imposto aos objetos (transcendentalmente real).

A premissa (i) afirma que, para toda propriedade *P*, se um objeto é necessariamente *P*, então todo objeto que é *P* é necessariamente *P*. É condição de verdade dessa proposição que a expressão '*P*' tenha o mesmo significado em todas as suas ocorrências. Ou seja, a propriedade designada no antecedente do condicional deve ser a *mesma* que a propriedade designada no conseqüente. Ora, se o argumento apresentado por Guyer tivesse por resultado a tese *forte* da não espacialidade, a expressão '*P*' deveria também designar a espacialidade *não subjetiva*. No entanto, dados os pressupostos assumidos no raciocínio, é essencial que na premissa (i) a expressão '*P*' designe *apenas* a espacialidade *subjetiva*.

Com efeito, a premissa (i) afirma que aquilo que responde pelo caráter necessário da atribuição de uma propriedade a um objeto é o que determina a generalização dessa necessidade a todos os objetos aos quais ela pertence. Ora, na opinião de Guyer, a premissa (ii) ampara-se na tese segundo a qual o único fundamento para uma necessidade absoluta seria a *imposição* das propriedades, enquanto conteúdos de representação, aos objetos. Esse princípio interfere na compreensão da premissa (i). Aquilo que motiva a universalização da necessidade deve ser o fato de a propriedade ser imposta aos objetos. Assim, a premissa (i)

do espaço euclidiano, mas em determinar que elas não satisfazem o conceito mais genérico expresso pela fórmula 'ser espacial'.

significaria que, se um objeto é necessariamente P, então a razão dessa necessidade, qual seja, a imposição do conteúdo faz com que tudo o que possua a propriedade P seja necessariamente P. Ora, só tem sentido dizer que a imposição dos conteúdos de representação exige que todo P fosse necessariamente P, se a propriedade P estiver, desde já, sendo tomada no sentido de uma propriedade imposta e, portanto, *subjéitiva*.

Eliminada a ambigüidade, restaria apenas a demonstração de que as coisas em si mesmas seriam não espaciais no sentido de um espaço *subjéitivo*. Como observamos [pp.116-7], esse resultado mais limitado já estaria garantido por princípios mais modestos. As premissas (i) e (ii) poderiam ser substituídas pela *tese A*. O argumento assim obtido poderia ser igualmente convertido para a forma silogística consolidada por Kant na *Crítica* [A26/B42].

- (a) Se conhecemos a necessidade absoluta de certas propriedades *P* de *x*, então tais propriedades são impostas a *x*, são propriedades subjétivas e *x* é, ao menos em parte, produto de nossa criação. [*tese A*]
- (b) Se certas propriedades *P* são impostas pelo sujeito aos objetos, então o que é independente do sujeito, a coisa em si mesma, não possui tais propriedades subjétivas impostas pelo sujeito.
- (c) Logo, se conhecemos a necessidade absoluta de certas propriedades *P* de *x*, então o que é independente do sujeito, a coisa em si mesma, não possui tais propriedades subjétivas. [paráfrase da *premissa maior* do silogismo kantiano; de a e b]
- (d) Ora, nós conhecemos a necessidade absoluta das propriedades espaciais dos objetos; [paráfrase da *premissa menor* do silogismo kantiano]
- (e) Logo, o que é independente do sujeito, a coisa em si mesma, não possui as propriedades espaciais subjétivas impostas pelo sujeito.

Essa nova reconstituição não desrespeita as leis lógicas da inferência. Todavia, se antes a proximidade com o texto kantiano constituía uma virtude da interpretação de Guyer, talvez agora possa se nos afigurar como defeito. Na presente leitura, o silogismo kantiano seria capaz de demonstrar *somente* a versão mais fraca da tese da não espacialidade. Não acabaríamos, assim, por subestimar a importância do texto em questão?

A avaliação geral das dificuldades anteriores permite-nos finalizar a discussão da interpretação de Guyer. O resultado não é dos mais comoventes. Conformados com o fato de que as premissas identificadas por Allison seriam insuficientes para a demonstração de uma tese forte da não espacialidade, pretendíamos determinar quais outros princípios poderiam ser acrescentados a fim de garantir essa conclusão. Esperávamos encontrar algumas pistas no comentário de Guyer, mas nossa expectativa não se confirmou.

A disposição mais fantástica do otimismo é poder avistar vantagens no infortúnio. Quem desconhece as tortuosidades da alma não há de suspeitar da dissimulação existente em manobras tão positivas. No entanto, mesmo os mais instruídos costumam ceder a sublimes tentações.

Nem tudo se perde em nossa incursão pelos textos de Guyer. Em primeiro lugar, pudemos constatar que sua interpretação não está tão distante da posição defendida por Allison. Particularmente, vimos que os dois autores, ao contrário do que parece, assumem certos compromissos incompatíveis com a *teoria dos dois mundos*. Em segundo lugar, veremos na próxima seção, o esclarecimento das diferenças entre as duas leituras fornece-nos melhores critérios para avaliar a *segunda objeção* que é endereçada a Allison. De quebra, esse juízo lança luz sobre o modo como Allison poderia fundamentar as premissas de sua particular reconstrução do argumento kantiano.

3.4. Resposta às questões (A) e (B):

Esta última seção será dividida em três partes. Primeiro, vamos encerrar o tratamento da questão sobre o alcance do argumento kantiano [questão (B); cf. p.100], sugerindo a plausibilidade de uma leitura que não é defendida por nenhum dos intérpretes que estudamos. Em seguida, passaremos a um breve exame da segunda objeção apresentada por Guyer. Finalmente, em um terceiro momento, tentaremos responder a questão sobre a justificação das premissas subjacentes à reconstrução de Allison [questão (A); cf. p.100].

Allison tem mais sucesso que Guyer na tentativa de indicar os fundamentos de uma tese *forte* da não espacialidade. Ao fazer alusão às contrapartes incongruentes, ele introduz a condição que, acrescida à tese da subjetividade, estabeleceria a inexistência de um espaço *qualitativamente idêntico* ao espaço empírico. Tais condições não são suficientes para garantir que as coisas em si mesmas seriam não espaciais no sentido de um espaço *análogo* ao espaço subjetivo [cf. pp.109-10]. Elas asseguram, no entanto, um resultado melhor que o alcançado pelo conjunto de princípios introduzidos por Guyer. Esse segundo corpo de premissas é incapaz de excluir não somente a analogia, mas também a identidade qualitativa entre os espaços subjetivo e não subjetivo.

Nosso exame das interpretações de Allison e Guyer talvez tenha conseguido mostrar como é complexa a tarefa de deduzir a versão mais forte da tese kantiana. A percepção dessa dificuldade pode tornar menos absurda uma interpretação rejeitada pelos dois autores. Kant talvez não tenha pretendido negar que as coisas em si mesmas fossem espaciais em *todo e qualquer* sentido que se pudesse emprestar ao adjetivo ‘espacial’. Algumas passagens da *Crítica da Razão Pura* apontam justamente para impossibilidade de determinarmos se a

realidade independente da relação cognitiva seria espacial. No *Quarto Paralogismo* [primeira edição], Kant é explícito em sustentar uma *indeterminação epistêmica* acerca da constituição (material? espiritual?) do que subjaz às aparições interna e externa:

Se quisermos estender, tal como acontece habitualmente, o conceito de dualismo e considerá-lo no sentido transcendental, então nem este conceito nem o *pneumatismo* que se lhe opõe, por um lado, nem o *materialismo* que se lhe opõe, por outro, teriam o mínimo fundamento; pois se falsearia então a determinação dos seus conceitos e se tomaria a diferença de modos de representação de objetos, que se mantêm desconhecidos para nós no que respeita ao que são em si, por uma diferença dessas próprias coisas. O eu representado no tempo pelo sentido interno e os objetos representados no espaço fora de mim são, sem dúvida, aparições especificamente, completamente diferentes, mas não são concebidas, por isso, como coisas distintas. O *objeto transcendental*, que está na base das aparições externas, tanto como aquele que serve de fundamento à intuição interna, não é, em si, nem matéria nem um ser pensante, mas um fundamento, que nos é desconhecido, das aparições que nos fornecem o conceito empírico tanto da primeira como da segunda espécie.¹⁰²

A indeterminação epistêmica acerca da *materialidade* do objeto transcendental parece confirmar a impossibilidade de determinarmos cognitivamente se essa realidade subjacente às aparições seria ou não *espacial*. Não é preciso ir tão longe para se obter, no texto kantiano, o testemunho dessa limitação cognitiva. Já na *Estética Transcendental*, lemos que “[o] que há com os objetos em si e separados de toda esta receptividade da nossa sensibilidade, permanece-nos inteiramente desconhecido”.¹⁰³

Não raro se atribui a Kant o mau hábito de incorrer em contradições, sejam elas triviais ou mais sofisticadas. As formulações anteriores servem de pretexto a essa crítica, pois se alega que a impossibilidade de uma cognição das coisas em si mesmas seria incompatível com a tese da não espacialidade. Não teríamos, afinal, conhecimento das coisas em si mesmas, se as pudéssemos determinar como desprovidas de localização espacial? Não seria necessária uma apreensão determinada da constituição de tais entidades, para se lhes negar a espacialidade? Ora, quanto maior o peso da negação dos atributos espaciais, e isso é o que

¹⁰² *KrV*. A379-80.

presentemente nos interessa ressaltar, mais difícil seria contornar a acusação de inconsistência. De sorte que haveria uma vantagem em adotar a interpretação alternativa sugerida acima.

Consideremos rapidamente o que acreditamos serem os principais passos de uma resposta a essa particular acusação de inconsistência. Primeiro, caberia reconhecer, dentre os requisitos do conceito kantiano de *cognição*, a *apreensão determinada* de um objeto.¹⁰⁴ Uma tal apreensão caracterizar-se-ia não apenas por nos informar *que* existe uma realidade apreendida, ou *que* essa realidade tem uma certa natureza, mas também por determinar, com maior ou menor detalhe, *qual* é essa natureza. Uma vez esclarecida essa noção, poder-se-ia definir um *conceito restrito de indeterminação epistêmica* que respeitasse a seguinte regra: deve haver indeterminação acerca de uma coisa, se dela não pudermos obter nenhuma apreensão determinada. Segundo, caberia justificar por que não é possível uma apreensão determinada das coisas em si mesmas. Terceiro, restaria comprovar que a *demonstração* da tese da não espacialidade não reclama nenhuma apreensão determinada da natureza, ou ainda, como Kant muitas vezes se expressa, da constituição [*Beschaffenheit*] das coisas em si mesmas.

O *segundo* passo estaria garantido com a demonstração de que só nos é possível a *apreensão determinada* daquilo (daquelas formas) que *impomos* aos objetos. O que justifica essa última afirmação é o mesmo princípio que fundamenta as premissas subjacentes à reconstrução que Allison propõe ao argumento da não espacialidade. Retornaremos a essa questão no momento oportuno.

O *terceiro* passo, por sua vez, requer a execução de quatro movimentos. Em *primeiro* lugar, mostrar que, embora a tese da não espacialidade pressuponha a *realidade* das coisas em

¹⁰³ KrV. A42/B60

si mesmas, essa pressuposição não depende de nenhuma *apreensão determinada* de tais entidades.¹⁰⁵ Em *segundo*, destacar o fraco sentido da tese kantiana. Ela afirmaria tão somente que: (a) as coisas em si mesmas não têm como propriedade algo que mantenha um vínculo essencial com o sujeito de apreensão e (b) o espaço empírico tem como qualidade esse vínculo. Em *terceiro*, mostrar que a proposição (b), por depender apenas da tese da subjetividade e do reconhecimento daquelas propriedades do espaço empírico descobertas na diferenciação de contrapartes incongruentes, não reclama a *apreensão determinada* do que é *não subjetivo*. Finalmente, em *quarto* lugar, estabelecer que a proposição (a) não depende de nenhuma *apreensão determinada* das coisas em si mesmas, mas simplesmente do fato que elas, *por definição*, não são dependentes do sujeito. Ora, é justamente nessa última etapa que se torna relevante o enfraquecimento da tese da não espacialidade!

* * *

O que impede Paul Guyer de se aproximar dessa leitura mais fraca da tese da não espacialidade é, curiosamente, o mesmo postulado que ampara a *segunda* objeção endereçada a Allison.

Na interpretação de Guyer, a premissa chave do argumento da não espacialidade seria a *tese A*: se nós temos conhecimento de que um objeto *x* é necessariamente espacial, então *x* é

¹⁰⁴ Para a relação entre as noções kantianas de *cognição* [*Erkenntnis*] e *determinação* [*Bestimmung*], vejam-se: *KrV*. B157-8 (§25); B158 n.; B422-3 n.; B426-7; B429-30.

¹⁰⁵ A pressuposição da existência das coisas em si mesmas parece depender de certa compreensão da finitude do sujeito cognoscente. A existência das coisas em si mesmas seria garantida pela finitude do ser humano. Isso indicaria que, muito embora não pudéssemos conhecer a natureza (formas) das coisas, teríamos um certo conhecimento de sua realidade ou existência. Daí a importância de definir a *cognição* como uma apreensão determinada da natureza ou forma; pois algum fundamento para a apreensão da realidade das coisas em si mesmas seria possível. Aliás, essa assimetria entre existência e natureza (no que tange o nosso conhecimento) é o que Kant parece ressaltar, quando se refere ao idealismo transcendental como um idealismo *formal* [cf. *KrV*. B519; *Prolegomena* §49]. A filosofia kantiana seria, para usar um mote (por cuja invenção somos gratos ao Prof. J.A.Guerzoni), *um idealismo de essência e um realismo de existência*.

Por outro lado, deve-se observar que a oposição entre as teses dos dois mundos e dois aspectos implica em uma importante diferença na caracterização do princípio da finitude. Ele pode ter uma formulação mais genérica e outra mais específica, respectivamente: (i) o finito é limitado (por algo outro). (ii) “*sem imposição não há cognição*”, ou seja, para haver cognição, o objeto não pode ser inteiramente criado, deve ser em parte

produto de nossa criação e tais propriedades lhe são impostas. Em outros termos, se x é independente de nossa criação, então não sabemos se x é necessariamente espacial. Essa segunda formulação tem vantagem sobre a primeira, na medida em que evidencia o quão próximo está Guyer de admitir, como tese interpretativa, a indeterminação de nosso conhecimento em relação à espacialidade (não subjetiva) das coisas em si mesmas. A *tese A* exprime, desde já, certa limitação de nossas faculdades cognitivas: não poderíamos saber que as coisas em si mesmas são *necessariamente* espaciais. O que impede Guyer de extrair daqui a indeterminação quanto à *espacialidade* é a recusa do seguinte princípio: *se soubermos que algo x é espacial, saberemos que x é necessariamente espacial*. Com efeito, uma vez admitido esse princípio, poder-se-ia inferir, da impossibilidade de sabermos que as coisas em si mesmas são *necessariamente* espaciais (*tese A*), a impossibilidade de conhecermos se elas são ou não *espaciais*.¹⁰⁶

A negação do princípio acima (por simplicidade, referido como *princípio P*) pode facilmente ser reconhecida como pressuposto da segunda objeção que Guyer dirige a Allison. Esta consistia em uma acusação de circularidade. O raciocínio de Allison seria circular, por assumir como premissa do argumento kantiano uma tese que supostamente seria seu corolário, a saber, a *subjetividade* das formas sensíveis. Se Guyer aceitasse o *princípio P*, teria de admitir que a razão de não podermos conhecer a *necessidade absoluta* da espacialidade das coisas em si mesmas seria já o fundamento da impossibilidade de conhecermos a sua *espacialidade*. Nesse caso, qual seria a razão? Uma resposta bastante razoável é dizer que toda espacialidade cognoscível a nós (a espacialidade dos objetos de conhecimento) seria

independente da relação cognitiva. O defensor da teoria dos dois mundos pode aceitar apenas a primeira maneira de enunciar a premissa da finitude.

¹⁰⁶ Certamente, há que distinguir entre condições do *saber* [*Wissen*] e condições de uma *representação objetiva* ou *cognição* [*Erkenntnis*] [cf. cap.II p. 82 n. 62]. A impossibilidade de *sabermos* se as coisas em si mesmas são espaciais não significa ainda aquela estrita *indeterminação epistêmica* que foi acima definida com base no conceito de cognição [cf. pp. 129-30].

apenas subjetiva. Pois bem, se não é isso o que precisamente afirma a *premissa da subjetividade*, é ao menos algo que dela se pode inferir.

O *princípio P* sugere ainda uma possível resposta à crítica de Guyer a Kant. Bastaria uma justificação desse princípio, para garantir que não haveria *dogmatismo* em alegar conhecimento da *necessidade* absoluta da espacialidade dos objetos empíricos. Com efeito, se é possível justificar que o conhecimento do caráter *necessário* da espacialidade de algo x pode ser obtido a partir do conhecimento de sua *espacialidade*, a acusação de dogmatismo teria de incidir sobre esse segundo conhecimento. Seria, então, dogmática a rasa afirmação segundo a qual sabemos que certos objetos ocupam algum lugar no espaço.

Ao discutir os problemas da leitura de Guyer [pp.123-6], vimos que uma das premissas ociosas de sua reconstrução (premissa ii) seria contrária a uma tese nada absurda sobre a peculiaridade dos atributos espaciais. Conforme essa tese, *ser espacial* seria uma propriedade que, caso pertencesse a algo x, pertenceria necessariamente a x (fosse x constituído ou não pela relação cognitiva). Ora, essa tese fornece um caminho para a demonstração do *princípio P*: o conhecimento da peculiaridade do atributo *ser espacial*, mais o conhecimento de que algo x é espacial, permite-nos inferir que sabemos ser x necessariamente espacial.

Talvez se possam interpretar os dois primeiros itens da *Exposição Metafísica* como justificando a *peculiaridade* de propriedades como a espacialidade. *Ser espacial* ou *temporal* seriam atributos que, caso pertencessem a algo, lhe pertenceriam necessariamente. Assim, não haveria dogmatismo em sustentar que conhecemos o caráter necessário dos atributos espaciais. Pelo contrário, haveria em Kant uma *tentativa* de justificar aquele traço característico das propriedades espaciais e temporais. De resto, é estranho que Guyer acuse

Kant de dogmatismo, sem dizer nenhuma palavra sobre o segundo parágrafo (§2) da *Estética Transcendental*.¹⁰⁷

* * *

Essa interpretação da *Exposição Metafísica* sugere uma possível explicação para os fundamentos das premissas admitidas por Allison. Identificamos duas premissas fundamentais: (1) o objeto de conhecimento é constituído pela relação cognitiva (2) o espaço empírico é um conteúdo de representação imposto aos objetos de conhecimento.

Argumentamos [p.109; pp.83-5, p.90] que a *imposição* dos conteúdos de representação envolveria dois requisitos: (i) a *necessidade* da atribuição desses conteúdos aos objetos a que são atribuídos e (ii) a *subjetividade* do que é imposto. A interpretação de Allison destaca a importância da subjetividade das formas sensíveis para o argumento kantiano. Já a interpretação de Guyer enfatiza o papel da noção de necessidade. Pode-se dizer, assim, ainda que à revelia de seus autores, que as duas interpretações se completam na explicitação dos requisitos da imposição. Além disso, vemos que a exegese de Guyer indiretamente assinala a passagem do texto kantiano que apresentaria o requisito da necessidade.

A proposição (2) seria obtida mediante a confirmação das condições necessárias da imposição. Primeiro, os artigos iniciais da *Exposição Metafísica* – o espaço é uma representação *a priori* – demonstram a *peculiaridade* do atributo *ser espacial*: a espacialidade pertence necessariamente àquilo a que pertence. Essa seria a premissa menor do já conhecido

¹⁰⁷ Guyer não torna claro qual seria o objeto da acusação de dogmatismo. É certo que o intérprete qualifica de dogmática a afirmação de certo conhecimento de *necessidade*, a saber, o conhecimento expresso no segundo dos dois enunciados acerca de nosso conhecimento da espacialidade [enunciado (2); cf. p. 114]. Ele oscila, porém, entre duas caracterizações da diferença entre os enunciados, as quais, por simplicidade, não distinguimos em nossa exposição. Ora se afirma que o enunciado (2) expressa uma necessidade *absoluta*, oposta à necessidade *condicional* do enunciado (1), ora se afirma que (2) expressa uma necessidade *de re*, oposta à necessidade *de dicto* de (1). No entanto, é sabido que necessidade *absoluta* não é equivalente à necessidade *de re*: pode haver uma necessidade absoluta *de dicto*. Nossa suspeita é que a objeção dirigida a Kant tenha nascido desse equívoco. Na esteira de Quine, Guyer condenaria as modalidades *de re*. O caráter *de re*, e não a natureza *absoluta* da modalidade, seria o real motivo para a acusação de dogmatismo. No entanto, sua confusão não o permitiria

silogismo kantiano [A26/B42]. Até aqui, temos apenas a justificação do primeiro requisito da imposição. Ainda não foi estabelecida a segunda condição, a subjetividade do espaço empírico. Ora, há passagens na obra de Kant, situadas no contexto de uma justificação da idealidade das representações sensíveis, que introduzem o princípio desejado. Na *Dissertação* de 1770, lemos que:

[Pois] os objetos não afetam os sentidos pela forma ou espécie [*“Nam per formam seu speciem obiecta sensus non feriunt”*]¹⁰⁸

Kant parece aqui recusar uma tese da epistemologia aristotélica, a teoria das formas sensíveis. Se, ao contrário do que diria Aristóteles, as formas apreendidas *não* provêm de uma realidade que seja independente da relação cognitiva e se a apreensão das formas é necessária para uma cognição, então as formas necessariamente apreendidas em uma cognição devem ter uma *origem subjetiva*. Eis a segunda condição necessária da imposição.

Uma vez satisfeitos esses dois requisitos da imposição, necessidade e subjetividade, caberia perguntar se sua conjunção é *suficiente* para concluirmos que as formas apreendidas seriam impostas ao objeto de conhecimento. Há duas objeções a essa inferência.

Em primeiro lugar, o defensor da *tese dos dois mundos* diria que as duas condições acima determinam apenas que as formas apreendidas *constituem* o objeto de conhecimento, não que elas sejam *impostas*. A imposição requer que o objeto de conhecimento seja, ao menos em parte, idêntico à realidade independente da relação cognitiva. A tese dos dois mundos exige que as formas subjetivas constituam *completamente* o objeto. Allison, como bom adepto da tese dos aspectos, parece entender que a constituição dependeria de uma realidade independente do sujeito, à qual o subjetivo seria imposto. Para o intérprete, toda constituição pela relação cognitiva de um sujeito finito seria imposição. Naturalmente, essa é uma proposição a ser demonstrada. Vamos, no entanto, concedê-la a Allison. O que mais nos

perceber que, por serem as aparições *constituídas* pelas formas cognitivas, a necessidade *absoluta* de sua espacialidade seria antes uma necessidade *de dicto* que uma necessidade *de re*.

importa examinar é outra objeção, anterior à polêmica entre as duas linhas interpretativas da distinção transcendental.

Poder-se-ia contestar, em segundo lugar, que a tão só recusa da tese aristotélica não garante a imposição do conteúdo de representação ao objeto de conhecimento, mesmo quando satisfeito o requisito da necessidade. Com efeito, a mera *origem subjetiva* do conteúdo não parece implicar que ele tenha apenas *validade subjetiva*. Uma representação cujo conteúdo tenha origem subjetiva poderia, casualmente, dar-nos a conhecer [*erkennen*] o que é *não subjetivo*.¹⁰⁹

A resposta a essa objeção demanda a introdução de uma nova premissa que estabeleça as condições do vínculo entre a *cognição* e seu objeto. O princípio deve determinar que, se o conteúdo de uma representação tem origem subjetiva, não teríamos nenhum fundamento para fazer dessa representação uma cognição do que é *não subjetivo* (i.e., da realidade independente da relação cognitiva). O único fundamento para a *relação* da representação *com um objeto* seria a *imposição* do conteúdo. Em outras palavras, só haveria fundamento para relação com o objeto, se esse fosse constituído pelo conteúdo de representação.

Conforme o novo princípio, se a *origem* das formas apreendidas é subjetiva, só haveria cognição mediante imposição. Ora, se é condição necessária da cognição de um sujeito finito a imposição do conteúdo de representação, as formas apreendidas teriam apenas *validade* subjetiva. Em suma, a origem subjetiva implicaria a validade subjetiva.

A conclusão anterior permite-nos finalizar a demonstração das premissas de Allison. A *Exposição Metafísica* responderia pela necessidade do espaço empírico. A tese anti-aristotélica da *Dissertatio* confirmaria a origem subjetiva das formas por nós apreendidas, dentre elas, o espaço empírico. Por sua vez, a origem subjetiva do espaço empírico

¹⁰⁸ *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*, §4.

¹⁰⁹ Veja-se o uso que Vaihinger faz dessa distinção entre *origem* e *validade* subjetiva na enunciação do problema da *alternativa negligenciada* [*Commentar zu Kant's KrV*. v.2, pp. 136-42, pp. 289-91].

determinaria sua validade subjetiva. Seriam, assim, dadas condições suficientes para se inferir que o espaço empírico é uma forma imposta ao objeto de conhecimento [premissa (2)]. A demonstração da premissa (1) apresentaria uma estrutura análoga. Tendo recusado o princípio aristotélico, Kant sustentaria que *toda* forma por nós apreendida só teria validade subjetiva. Novamente, a *Exposição Metafísica* demonstraria que há certas formas por nós apreendidas que, se são atribuídas a um objeto, o são necessariamente. Estabelecidas essas duas condições, poder-se-ia concluir que *todo* objeto acessível a nosso conhecimento é um objeto constituído pela imposição de formas apreendidas.

Nos *Prolegomena*, há um texto paralelo ao da *Dissertatio*, no qual se encontra, porém, uma variação significativa:

Naturalmente, é mesmo então incompreensível como a intuição de uma coisa presente devesse fazer-me conhecer [*erkennen*] como ela é em si, já que suas propriedades não podem migrar para minha faculdade de representação; mas, concedida a possibilidade disto, não se produziria a mesma intuição *a priori*, isto é, antes que o objeto me fosse representado: pois, sem isso, não se poderia pensar nenhum fundamento para a relação de minha representação com ele; ela deveria, pois, repousar na inspiração [*Eingebung*].¹¹⁰

Nesse texto, Kant não recusa totalmente que uma afecção pela coisa em si mesma pudesse nos transmitir suas propriedades. Ele introduz uma outra razão para rejeitar que a intuição nos dê a conhecer essa realidade independente do sujeito: se as propriedades das coisas migrassem para nossa faculdade de representação, não se produziria nenhuma intuição *a priori* e, nesse caso, não haveria nenhum *fundamento* para a relação de nossa representação com o objeto.

A tese que Kant pretende justificar nessa passagem é a seguinte: mesmo sendo os conteúdos de representação ou formas apreendidas *originários* das coisas em si mesmas, não teríamos nenhum *fundamento* para cognição de tais entidades. A razão aduzida em favor dessa declaração pode ser analisada em duas afirmações: (i) só há fundamento para a

cognição se dispusermos de uma intuição *a priori*. (ii) se a intuição é *a priori*, teríamos apenas fundamento para a relação com aparições, não com as coisas em si mesmas. O vínculo necessário entre as noções kantianas de *cognição* e *relação com objeto*¹¹¹ sugere uma paráfrase à segunda proposição: a intuição *a priori* fornece fundamento apenas para a *cognição* de aparições.

Não obstante a caracterização que ali se oferece à intuição *a priori* pareça ressaltar a *origem subjetiva* do representado [“[...] *a priori*, i.e., *antes que o objeto me fosse representado*”¹¹²], a ênfase do texto parece residir no problema da *validade*. Vejamos por quê.

Em primeiro lugar, não é o mero fato de possuir uma origem subjetiva o que faria da intuição *a priori* o fundamento da relação de uma representação com o objeto. Se assim fosse, representações subjetivas como os conteúdos específicos das sensações (a vermelhidão, a aspereza, etc.) também poderiam ser fundamento de cognição.

Em segundo lugar, Kant admite que as propriedades das coisas em si mesmas poderiam migrar para nossa faculdade de representação. Ora, por que tais propriedades, enquanto presentes em nossa faculdade, não poderiam dar a conhecer as coisas como são em si mesmas? Afinal, se a apreensão de tais propriedades tem origem nas próprias coisas, parece razoável admitir que seja justamente esta procedência o que forneceria o fundamento de sua relação, enquanto formas apreendidas, com a realidade que as transmite. Kant não aceita esse argumento. Mas qual é a justificativa para essa recusa, senão afirmar que, muito embora as propriedades das coisas em si mesmas migrassem para o sujeito cognoscente, o único fundamento para relacionar *o conteúdo de representação* (seja qual for a sua origem) com um objeto seria a imposição desse conteúdo de representação ao objeto?

¹¹⁰ *Prolegomena*, §9.

¹¹¹ Cf. *KrV*. A320/B376-7.

Se isso é correto, mesmo os conteúdos de representação cuja origem fosse a coisa em si mesma poderiam fornecer uma cognição, caso fossem impostos ao objeto. O texto dos *Prolegomena* parece indicar que Kant não estaria interessado na *origem* dos conteúdos de representação. Estaria, antes, enunciando um princípio sobre o *fundamento* da cognição, vale dizer, da relação com objeto. O texto não pretenderia afirmar que a afecção pela coisa em si mesma não nos fornece formas cuja origem seja subjetiva (afirmar isso é dizer uma banalidade). Sua intenção é declarar que a migração das propriedades das coisas em si mesmas para nossas faculdades não garante o único fundamento de que dispomos para relacionar o que está presente em nossas faculdades cognitivas com um objeto, qual seja, a *imposição* do conteúdo.

Desse modo, a *subjetividade* não mais significaria a *origem* subjetiva (como parece propor a *Dissertatio*). O interesse de Kant estaria, antes, na *validade*. Os conteúdos de representação seriam subjetivos no sentido de *valer* somente para o que é constituído pela relação cognitiva. O que está presente em nossa faculdade de representação, seja qual for a sua origem, teria apenas validade subjetiva, ou seja, não teria nenhum fundamento para sua relação com as coisas em si mesmas. A formulação exata da *tese da subjetividade* seria, portanto: *qualquer que seja a origem das formas por nós apreendidas, não dispomos de nenhum fundamento para relacioná-las com a realidade independente da relação cognitiva*.

Essa tese seria um dos axiomas fundamentais da *Crítica*. Dela dependeriam os princípios sobre a imposição do conteúdo de representação [as premissas de Allison, cf. p.134]. Dela dependeria a restrição de nossas cognições ao que é constituído pela relação cognitiva. A cognição da coisa em si mesma só nos seria possível por *inspiração*. Isso é tudo o que Kant nos concede.

¹¹² Esse uso da expressão aparece em outras passagens da *Crítica*, como no §1 da *E.T.*, quando Kant argumenta em favor da origem *a priori* da forma da aparição. Todavia, isso não parece definir o sentido em que o termo é empregado nos primeiros itens da *Exposição Metafísica*.

A passagem dos *Prolegomena* permite-nos complementar o esclarecimento das condições *gerais* de uma cognição. Vimos que uma cognição envolveria certa apreensão da natureza dos objetos. Essa condição era exigida pela solução do problema de conciliar a incognoscibilidade das coisas em si mesmas com a tese da não espacialidade [cf. pp.129-31]. Constatamos que outro importante requisito da cognição é o *fundamento* da relação com objeto. Uma cognição seria, portanto, uma representação que envolve: (i) a apreensão de certa natureza e (ii) um fundamento para a relação com o objeto.

Dada a tese da subjetividade, o único modo de se obter a apreensão de uma certa natureza com fundamento de sua objetividade seria a *imposição* dessa mesma natureza ou forma ao objeto. Com isso, confirmamos o segundo passo do esquema de resposta ao problema da incognoscibilidade [cf. p.130]: *só temos cognição do que é imposto*; só temos apreensão determinada do que é constituído pelo sujeito cognoscente (enquanto cognoscente).

Por fim, podemos melhor compreender por que o defensor da tese *forte* da não espacialidade não teria uma boa solução para ao paradoxo da incognoscibilidade. A demonstração de que as coisas em si mesmas seriam não espaciais no sentido de um espaço *não subjetivo* parece depender de uma cognição das coisas em si mesmas. Com efeito, para *saber* que tais entidades não são espaciais (no sentido não subjetivo), devemos dispor de um *fundamento* para *representá-las* assim, i.e., para representar que elas não possuem tais formas. Ora, se não temos nenhum fundamento para relacionar as formas por nós apreendidas com as coisas em si mesmas, teríamos *algum* fundamento para *representar* que elas não possuem as formas que, por definição, só poderiam pertencer a elas? Cremos que a resposta seja negativa.

Conclusão

Baseados nos objetivos traçados na Introdução – investigar se e como a leitura de Allison logra preservar o requisito de consistência e determinar se ela encontra suficiente apoio textual –, podemos agora assentar alguns resultados de nosso estudo.

O exame da resposta de Allison à (primeira) objeção suscitada por Guyer revela alguns pressupostos subjacentes à sua reconstrução do argumento em favor da não espacialidade das coisas em si mesmas. Dentre os quais, as premissas acerca da *imposição* das formas cognitivas [p.134]. A justificativa encontrada no texto kantiano para tais proposições concorre para o esclarecimento do conceito de *cognição* [pp.137-40]. Por sua vez, essa elucidação conceitual lança severas suspeitas sobre a versão mais *forte* da tese da não espacialidade.

O que Kant defende é a *validade* subjetiva de nossos conteúdos de representação. Se a sua intenção não é deliberar sobre a *origem* das formas cognitivas, não parece haver nenhum inconveniente na suposição que as coisas em si mesmas seriam espaciais no sentido de uma espacialidade *não subjetiva*. A impossibilidade de uma *cognição* das coisas em si mesmas implicaria, então, a impossibilidade de se *conhecer* quais são as formas não subjetivas de que estariam desprovidas.

As premissas de Allison, ou melhor, o fundamento que Kant apresenta em favor dessas premissas estabeleceria a global *indeterminação epistêmica* acerca da realidade independente da relação cognitiva. A tese da não espacialidade afirmaria tão somente que as coisas em si mesmas são não espaciais no sentido de um espaço *subjetivo*. Ora, Allison não só pretende que o argumento de Kant alcance um resultado mais expressivo, a tese forte da não

espacialidade, como às vezes dá a entender, pela alusão às contrapartes incongruentes, que a subjetividade do espaço empírico exerceria um importante papel nessa demonstração.

O que se consegue *determinar* sobre as coisas em si mesmas é a impossibilidade de estarem constituídas por uma espacialidade *subjetiva*. Ponderamos [pp.129-31] que essa determinação não dependeria de uma cognição (i.e., de uma apreensão com fundamento da específica constituição) das coisas em si mesmas. Ela está antes amparada nos dois eixos medulares da interpretação de Allison: (i) a estrutura lógica de um juízo reduplicativo; (ii) o caráter constitutivo da relação cognitiva (a imposição dos conteúdos de representação).

Pelo *primeiro* princípio, a tese da não espacialidade não seria a mera expressão de uma *indeterminação lógica* que resultasse de um modo peculiar de designação do sujeito do juízo. Sem o *segundo* princípio, não haveria os dois qualificativos da predicação, dos quais depende necessariamente a aplicação do instrumental dos reduplicativos na *determinação* da não espacialidade (subjetiva) das coisas em si mesmas. O segundo princípio seria o resultado da conjunção de duas teses: o caráter necessário e a subjetividade das formas impostas. Daí poder-se afirmar que uma mesma tese – a subjetividade das formas cognitivas – estaria na base de sustentação não apenas da *indeterminação epistêmica* acerca das coisas em si mesmas, como também da *determinação* de sua não espacialidade (subjetiva).

Enfim, a interpretação que Allison propõe ao argumento da não espacialidade não parece obedecer ao requisito de consistência. Ele pressupõe a premissa da subjetividade, mas pretende admitir a versão forte da tese da não espacialidade. Pudemos encontrar claras evidências de que Kant aceita a premissa da subjetividade [pp.134-7] e defende uma indeterminação geral de nosso conhecimento em relação à espacialidade (não subjetiva) das coisas em si mesmas [p.129]. Assim, não apenas a interpretação de Allison desrespeita a condição de consistência, como o texto kantiano parece conter uma unidade que Allison não reproduz.

Referências Bibliográficas

1. Obras citadas de Kant:

KANT, I. *De mundi sensibilis atque intteligibilis forma et principiis*. In: *Werkausgabe*, Band V. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.

_____. *Von dem ersten Grunden des Unterschiedes der gegenden im Raume*. In: *Werkausgabe*, Band II. Frankfurt: Suhrkamp, 1991.

_____. *Kritik der reinen Vernunft*. In: *Werkausgabe* Band III und IV. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.

_____. *Crítica da Razão Pura*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. Traduzido por Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão.

_____. *Crítica da Razão Pura*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Traduzido por Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger.

_____. *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können*. In: *Werkausgabe* Band V. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.

_____. *Kritik der Urteilskraft* In: *Werkausgabe* Band X. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.

_____. *Metaphysik der Sitten* In: *Werkausgabe* Band VIII; Frankfurt: Suhrkamp, 1997.

2. Outras obras citadas:

ALLISON, H. 'The non-spatiality of things in themselves', *Journal of the History of Philosophy*, Durham, n. 14, pp. 313-21, 1976.

_____. 'Transcendental idealism: a retrospective'. In: *Idealism and Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-26, 1996.

_____. *Kant's Transcendental Idealism: an interpretation and defense*. New Haven: Yale University Press, 1983.

AQUINO, T. *The Summa Theologica*. 2. v. In: *The GREAT Books*. Encyclopaedia Britannica, 1952.

- ARISTOTELES. *De Interpretatione*. In: *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1995. v.1.
- _____. *Topics*. In: *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1995. v. 1.
- _____. *Sofistical Refutations*. In: *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1995. v. 1.
- _____. *Metaphysics*. In: *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1995. v. 2.
- ARNAULD A. & NICOLE P. *La Logique ou l'Art de Penser*. Paris, Flammarion, 1970.
- FREGE, G. *Begriffsschrift und Andere Aussätze*, 2. ed.. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1998. Editado por Ignacio Angelleli.
- _____. 'Über Sinn und Bedeutung'. In: *Funktion, Begriff, Bedeutung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 40-65, 1994.
- _____. 'Der Gedanke' In: *Logische Untersuchungen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 30-53, 1993.
- GEACH, P. T. *Mental Acts*. Wiltshire: Thoemes, 1992.
- _____. 'Identity'. In: *Logic Matters*. Berkeley and Los Angeles: California University Press, pp. 238-47, 1980.
- GUERZONI, J.A. 'Sobre o Fundamento da Distinção de Regiões no Espaço'. In: *Lógica e Ontologia: Ensaio e homenagem a Balthazar Barbosa Filho*. São Paulo: Discurso Editorial, pp. 111-30, 2004. Editado por Fátima Évora, Paulo Faria, Andréa Loparic, Luiz Henrique L. dos Santos, Marco Zingano.
- GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- LOUZADO, G. *Não é não é não: phaenomenon e noumenon na Crítica da Razão Pura*. 2003. Tese (Doutorado em Filosofia) – UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- PRAUSS, G. *Kant und das Problem der Dinge an Sich*. Bonn: Bouvier, 1974.
- VAIHINGER, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. New York: Garland, 1976. 2 v.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1993. Traduzido por Luiz Henrique Lopes dos Santos.